



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

MARTA MARIA BRASIL FERREIRA

A Lei da Ficha Limpa e as eleições senatoriais no Pará, em 2010

BELÉM-PA

2013

MARTA MARIA BRASIL FERREIRA

A Lei da Ficha Limpa e as eleições senatoriais no Pará, em 2010

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Mestrado em Ciência Política da Universidade Federal do Pará, como exigência para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a
Marise Rocha Morbach.

BELÉM-PA
2013

FERREIRA, Marta Maria Brasil

Dissertação: As eleições senatoriais no Pará, em 2010, e a aplicação da lei da ficha limpa

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Mestrado em Ciência Política da Universidade Federal do Pará, como exigência para a obtenção do título de Mestre.

Dissertação defendida e aprovada em ____/____/2013 pela Banca Examinadora:

Prof.^a. Dr.^a. Marise Rocha Morbach - PPGCP – Orientadora

Prof. Dr. Carlos Augusto Silva Souza – PPGCP

Prof. Dr. Otácilio Amaral - Examinador externo

Prof. Dr. Carlos Augusto Silva Souza

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Aos meus pais, Domingos e Maria de Nazaré, pelo esforço de toda uma vida, meus faróis que me guiaram nessa longa jornada que me trouxe até aqui;

Aos meus irmãos queridos: Ana, Socorro, Carmem, Carlos, Marco Antonio, Joãozinho, José e Rai (in memoriam) e ao meu filho, Danilo, pelo apoio e paciência por tantos dias de ausência.

À Samantha, in memoriam, pela força e luz que trouxe aos dias mais cinzentos.

AGRADECIMENTOS

Muitos agradecimentos são necessários ao final de jornada tão longa e árdua.

Agradecimento especial à minha orientadora, professora Marise Morbach, que nunca desistiu deste trabalho, forçando-me a ir em frente, sempre.

Ao professor Celso Vaz, dileto amigo e mestre, que me incentivou a fazer este mestrado e cuja força foi fundamental; ao professor Carlos Souza, pelas orientações preciosas na indicação do melhor caminho a seguir; e professor Roberto Corrêa, pelas “luzes” que abriu.

Às colegas Sheyla Moraes e Marla Mesquita, sempre prontas a ajudar e aos demais, Bruna, Izaquiel, Américo, João Augusto, Sílvia, Gerbson, Carlos França, Feitosa, Vicente e Rafael, que compartilharam comigo os sabores e as dores de fazer mestrado.

À Rita Martins pela difícil tarefa de ajustar e formatar o trabalho; à Larisse Ferreira, Aline Carvalho, Alberto Amaral, Francielcio Belúcio, Elck Oliveira e todos os que contribuíram de alguma forma para dar corpo a esta pesquisa. Ao amigo, advogado Eduardo Sizo pela preciosa troca de ideias sobre a Lei da Ficha Limpa.

Agradecimento especial ao colega, mestre Dornélio Silva, cujas contribuições foram imprescindíveis ao desdobramento que este trabalho ganhou.

À minha amiga-irmã, professora Rita Soares, pela presença constante, companhia de risos e lágrimas, noites mal dormidas e pelas palavras certas na hora exata. Sem a sua força não teria conseguido.

RESUMO

A presente dissertação analisa o grau de influência da institucionalização da Lei da Ficha Limpa sobre a decisão do eleitor paraense nas eleições senatoriais de 2010. Para aferir o impacto desse novo critério de elegibilidade, analisamos quatro pesquisas de intenção de voto e sua variação ao longo do processo eleitoral. Pesquisamos ainda a intercessão das matérias sobre o assunto publicadas no período nos dois principais jornais de Belém-Pará. A pesquisa desdobra-se, ao analisar a razão dos impactos terem sido diferenciados entre os dois candidatos impugnados pela lei. A nossa hipótese é de que o debate acerca da Lei da Ficha Limpa, disseminado por meio dos veículos de comunicação, impactou o resultado das eleições senatoriais no Pará.

Palavras-chave: Ficha Limpa, Neoinstitucionalismo, Decisão do voto, Voto Personalizado

ABSTRACT

This dissertation examines the influence degree of institutionalization of law in Brazil clean record in the voter's decision in Senate elections of Pará, in 2010. To assess the impact of this new eligibility criterion elections analyzed four surveys of voting intentions and their variation over the electoral process. Searched even the intercession of articles on the subject published between the two major newspapers in Belém-Pará, in the two months leading up to the election. Our hypothesis is that the debate about the law's clean record, disseminated through the media, affected the result of the elections to the Senate that year in Pará.

Keywords: Clean Record Law, Institutions, Neo-institutionalism, Decision of the vote.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Desempenho dos candidatos impugnados pela Lei da Ficha Limpa, nas eleições.. de 2010.	25
Gráfico 1 – Pesquisa IBOPE – estimulada (até duas opções) – Jader Barbalho – evolução da intenção de voto interna às faixas de renda.	44
Gráfico 2 – VERITATE – primeiro voto estimulado para senador – Jader Barbalho. evolução da intenção de voto interna às faixas de renda	44
Gráfico 3 – VERITATE – primeiro voto estimulado para senador – Jader Barbalho. evolução da intenção de voto interna aos níveis de escolaridade	45
Gráfico 4 – IBOPE – estimulada (até duas opções) – Jader Barbalho – variação da intenção de voto interna ao nível de escolaridade.	45
Gráfico 5 – IBOPE – estimulada (até duas opções) – Paulo Rocha – evolução da intenção de voto interna às faixas de renda.	46
Gráfico 6 – VERITATE – primeiro voto estimulado para senador – Paulo Rocha. evolução da intenção de voto interna às faixas de renda.	47
Gráfico 7 - IBOPE – estimulada (até duas opções) – Paulo Rocha variação da intenção de voto interna ao nível de escolaridade.	47
Gráfico 8 - VERITATE – primeiro voto estimulado para senador – Paulo Rocha. evolução da intenção de voto interna aos níveis de escolaridade.	48
Gráfico 9 - IBOPE – estimulada (até duas opções) – Flexa Ribeiro – evolução da intenção de voto interna às faixas de renda.	49
Gráfico 10 - VERITATE – primeiro voto estimulado para senador – Flexa Ribeiro. evolução da intenção de voto interna às faixas de renda.	49
Gráfico 11 – IBOPE – estimulada (até duas opções) – Flexa Ribeiro – variação da intenção de voto interna ao nível de escolaridade.	50
Gráfico 12 - VERITATE – primeiro voto estimulado para senador – Flexa Ribeiro. evolução da intenção de voto interna aos níveis de escolaridade.	50
Quadro 2 - Análise qualitativa das matérias publicadas.	55
Gráfico 13 - IBOPE – estimulada (até duas opções) – Variação da intenção de voto para Senador dos três candidatos com maiores percentuais.	60
Gráfico 14 - VERITATE – primeiro e segundo votos estimulados para Senador Variação da intenção de voto para Senador dos três candidatos com maiores percentuais.	60

Mapa 1 - Distribuição dos votos de Jader Barbalho por Mesorregiões.....	63
Mapa 2 – Percentual de votos de Jader Barbalho por Mesorregiões.....	64
Mapa 3 - Concentração dos votos de Paulo Rocha por mesorregiões.....	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Pedidos de registro ao TRE/PA nas eleições de 2006/ 2010.....	27
Tabela 2 - Pedidos de registro ao TRE/PARÁ nas eleições municipais de 2008/2012.....	27
Tabela 3 - Distribuição votos Jáder/Escolaridade/Índice de Analfabetismo.....	65
Tabela 4 - Distribuição votos de Jáder/PIB Municípios.....	66
Tabela 5 - Classificação dos municípios por faixa de renda.....	66
Tabela 6 - Maiores percentuais de concentração de votos de Jader Barbalho, no Marajó...	67
Tabela 7 – Distribuição votos de Paulo Rocha PIB Municípios.....	68
Tabela 8 – Média de analfabetismo do Pará: 11%.....	68

LISTA DE SIGLAS

PMDB - Partido do Movimento Democrático do Brasil

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

PP - Partido Progressista

DEM - Democratas

PR - Partido da República

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PMN - Partido da Mobilização Nacional

PV - Partido Verde

PPS - Partido Popular Socialista

PSC - Partido Social Cristão

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PRTB - Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PRB - Partido Republicano Brasileiro

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PHS - Partido Humanista da Solidariedade

PT do B - Partido Trabalhista do Brasil

PTC - Partido Trabalhista Cristão

SUMÁRIO

RESUMO	06
ABSTRACT	07
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	08
LISTA DE TABELAS	10
LISTA DE SIGLAS	11
INTRODUÇÃO	13
1º CAPÍTULO - APRESENTAÇÃO DO OBJETO	16
1.1 O PERCURSO DA LEI DA FICHA LIMPA NO BRASIL.....	16
1.2 O BRASIL ANTES DA LEI DA FICHA LIMPA.....	17
1.3 ARENAS DEMOCRÁTICAS E A LEI DA FICHA LIMPA.....	20
1.4 IMPACTOS IMEDIATOS DA APLICAÇÃO DA LEI DA FICHA LIMPA.....	25
2º CAPÍTULO - ANÁLISE TEÓRICA DO PROBLEMA	29
2.1 AS INSTITUIÇÕES E SUA INFLUÊNCIA NA DETERMINAÇÃO DO JOGO.....	29
POLÍTICO	
2.2 AS VÁRIAS FACES DO NEOINSTITUCIONALISMO.....	31
2.3 AS TEORIAS DO COMPORTAMENTO ELEITORAL.....	33
2.3.1 A Teoria Sociológica do Voto	34
2.3.2 A Teoria da Escolha Racional	37
3º CAPÍTULO APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	40
3.1 O CENÁRIO ELEITORAL PARAENSE EM 2010.....	40
3.2 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS PESQUISAS ELEITORAIS.....	43
3.2.1 Descrição dos resultados das pesquisas Ibope e Veritate/UFPA relativas	43
ao candidato - Jader Barbalho	
3.2.2 Descrição dos resultados das pesquisas Ibope e Veritate/UFPA relativas ao	46
candidato - Paulo Rocha	
3.2.3 Descrição dos resultados das pesquisas Ibope e Veritate/UFPA relativas	49
ao candidato Fernando - Flexa Ribeiro	
3.3 ANÁLISE DAS PESQUISAS ELEITORAIS.....	51
3.4 A MÍDIA E A LEI DA FICHA LIMPA.....	55
3.5 VOTO X INDICADORES SOCIAIS.....	62
CONCLUSÃO	71
REFERÊNCIAS	75
APÊNDICES	83

INTRODUÇÃO

Este trabalho traz como proposta a análise dos impactos que a aprovação da Lei da Ficha Limpa provocou nas eleições para o Senado, em 2010, no Pará. O estudo é focado na Câmara Alta por que dois candidatos paraenses ao Senado tiveram seus registros impugnados com base na Lei da Ficha Limpa. Uma das perguntas que este trabalho buscou responder é se a introdução de novas regras, por via institucional, no sistema eleitoral brasileiro, resultou em mudanças no comportamento político dos atores. Também estávamos interessados em saber se havia uma tendência de voto personalizado no Estado do Pará. Esta questão surgiu em função dos impactos diferenciados da Lei da Ficha Limpa sobre os candidatos impugnados. No caso do estudo aqui apresentado, um dos questionamentos foi analisar se é possível melhorar a qualidade dos parlamentares pela via institucional.

A Lei da Ficha Limpa, deve-se ressaltar, surgiu no seio da sociedade civil organizada, liderada pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, formado por 46 Organizações Não Governamentais e outras entidades, inclusive a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Contou com a assinatura de mais de um milhão e 300 mil brasileiros que desejavam melhorar a qualidade da representação política brasileira. Mesmo assim, milhares de eleitores votaram em candidatos considerados “fichas sujas” no Estado do Pará e em outros Estados da Federação. João Capiberibe (AP), Cássio Cunha Lima (PB) e Jader Barbalho (PA) foram eleitos com folga para o Senado, apesar de terem sido impugnados por conta da lei.

Assim, a pergunta central deste trabalho é: A aprovação da Lei da Ficha Limpa, em 2010, e a conseqüente midiaticização do debate em torno dela, foi um fator determinante para o resultado das eleições. Um segundo questionamento que deriva deste é porque os impactos da aprovação da Lei não foram uniformes no Pará, já que um dos atores do processo – no caso o candidato Jader Barbalho – conseguiu furar o bloqueio da lei e eleger-se.

Nossa primeira hipótese é de que a aprovação da Lei da Ficha Limpa teve um impacto decisivo para o resultado das eleições ao Senado em 2010, no cenário paraense, e também no cenário nacional, visto que a maioria dos candidatos com registros impugnados, com base na lei, não se elegeram.

A segunda hipótese é de que a polarização do debate em torno do assunto, entre os dois principais jornais impressos do Estado, atingiu o eleitor que teve como fonte de informação direta para formular sua decisão esses dois veículos de comunicação.

O objetivo geral do trabalho é avaliar o grau de influência exercida pela promulgação da Lei da Ficha Limpa nas eleições para o Senado no Pará, em 2010.

O objetivo específico é analisar as pesquisas de opinião registradas pelo Ibope e Veritate/UFGA no Tribunal Regional Eleitoral (TRE), durante o período eleitoral de 2010, verificando o impacto da aprovação da Lei da Ficha Limpa e das disputas judiciais e midiáticas nas oscilações de voto registradas no período; analisar o material divulgado pelos jornais O Liberal e Diário do Pará sobre a Lei da Ficha Limpa nos dois meses que antecederam o pleito; e os mapas eleitorais dos dois candidatos impugnados, a fim de se traçar um perfil do eleitor que votou nos candidatos atingidos pela Lei da Ficha Limpa.

A metodologia utilizada partiu do levantamento bibliográfico sobre o tema, concentrando-se em matérias publicadas nos jornais O Liberal e Diário do Pará, site do Supremo Tribunal Federal, Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sites do Congresso em Foco e Lei da Ficha Limpa, além do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na análise das matérias publicadas, observou-se o contexto de aplicação da lei; além da batalha jurídico-midiática em que se envolveram os candidatos do Pará ao Senado, alvo de impugnações do Ministério Público Eleitoral. No período de 1º de agosto a 30 de setembro de 2010, foram analisadas 84 matérias publicadas pelos dois jornais locais.

Foi realizada uma análise minuciosa de quatro pesquisas eleitorais de intenção de votos registradas à época pelos institutos Ibope e Veritate, em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFGA, cruzando os resultados com a polêmica trajetória de decisões envolvendo a aplicação da Lei da Ficha Limpa nas eleições de 2010, os recursos dos candidatos para garantir a validade dos seus registros e, paralelamente, as matérias veiculadas com informações sobre as possíveis cassações das candidaturas de Paulo Rocha e Jader Barbalho.

Para traçar um quadro do impacto da Lei da Ficha Limpa no cenário nacional, pesquisamos entre as candidaturas impugnadas com base na lei, aquelas exclusivas ao Senado, que resultaram em 30 candidaturas, das quais somente três lograram sucesso. Embora não se enquadre como nosso principal enfoque, essa parte da pesquisa foi importante para contextualizar o caso do Pará no cenário nacional da Lei da Ficha Limpa.

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo contextualizamos o cenário institucional brasileiro quando do lançamento do projeto de iniciativa popular descrevendo a trajetória institucional da Lei da Ficha Limpa. Também contabilizamos os impactos da aprovação da lei entre os candidatos ao Senado em todo o Brasil, verificando a proporção dos impugnados que conseguiram eleger-se.

No segundo capítulo fazemos a análise teórica do problema à luz das teorias do institucionalismo histórico e das teorias do comportamento eleitoral. No terceiro capítulo, a

análise dos dados é dividida em duas etapas: primeiro, estamos analisando a flutuação do comportamento dos eleitores em um momento pré-eleitoral, a partir de pesquisas de opinião. Descrevemos os impactos da aprovação da Lei da Ficha Limpa nas eleições ao Senado, pelo Pará, observando as flutuações nas curvas de intenção de votos de pesquisas de opinião elaboradas durante o processo. Na segunda etapa, estamos quantificando e qualificando as relações entre os mapas eleitorais dos candidatos, os índices de escolaridade e renda dos municípios paraenses, e as decisões de voto, materializadas já nos resultados das eleições de 2010 para o Senado, no Pará. Estamos discutindo ainda, no terceiro capítulo, as razões dos impactos da Lei da Ficha Limpa terem sido diferenciados entre os dois candidatos impugnados no Pará. O que foi determinante para a eleição de um e derrota de outro? Concluimos pela tendência à personalização do voto do eleitor paraense.

Embora nosso trabalho não seja um estudo de mídia e política, observamos os veículos de comunicação e as novas formas de interação entre o eleitor e o eleito. Como não foram feitas pesquisas sobre a opinião do eleitor focadas na ficha limpa durante o pleito, utilizamos as pesquisas de intenção de voto verificando as alterações nas curvas de intenção e sua relação com as notícias veiculadas no período a respeito do andamento da lei e sua possível aplicação nas eleições de 2010.

A movimentação jurídica dos candidatos, as informações publicadas pela mídia e as pesquisas de intenção de voto registradas no mesmo período, foram elementos importantes na tentativa de mensuração dos impactos da implementação da lei no processo eleitoral brasileiro e paraense. Sem muitos trabalhos publicados na área política sobre os impactos da lei no Brasil, e os desdobramentos que podem ser observados a partir desse fenômeno, consideramos nosso estudo, além de atual e inédito, uma importante contribuição para as pesquisas sobre decisão do voto.

1º CAPÍTULO

APRESENTAÇÃO DO OBJETO

O objetivo desse capítulo é mostrar as condições políticas e institucionais que permitiram a discussão e mobilização da sociedade civil em torno da apresentação do projeto da Lei da Ficha Limpa, visando mais qualidade na oferta de candidatos ao Poder Legislativo, que compõe o sistema representativo brasileiro. Descrevemos os impasses criados para a introdução da Lei Complementar 135, a mobilização da sociedade civil organizada para aprovar o projeto de iniciativa popular que deu origem à lei; o histórico de corrupção no Brasil; os impactos imediatos da aplicação da nova regra e a redução do número de candidatos que pediram registro ao TRE nas eleições de 2012, evidenciando que a lei funcionou como uma espécie de cláusula de barreira.

1.1 O PERCURSO DA LEI DA FICHA LIMPA NO BRASIL

A matriz do debate em torno da Lei da Ficha Limpa surgiu em 2007 quando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) começou a coletar assinaturas para a elaboração de um projeto de iniciativa popular que proibisse a candidatura de pessoas condenadas em vários tipos de crimes em primeira instância. O foco da lei era, então, o vasto alcance da corrupção nas instituições políticas brasileiras e a tentativa de reduzir sua disseminação no sistema, o que era visualizado pelo elevado número de ações de toda ordem envolvendo crimes de colarinho branco que chegavam ao Supremo Tribunal Federal.

A implementação da Lei deu-se por meio de um Projeto de Iniciativa Popular, um dos instrumentos de democracia semidireta criados pela Constituição Federal de 1988, período marcado pela redemocratização do Brasil, para ampliar a participação popular nas decisões dos rumos que o País tomaria nos anos que se seguiram aos chamados “anos de chumbo”¹.

O termo democracia, mais voltado para o exercício democrático dos antigos gregos, e o seu contemporâneo **democracia semidireta**, aplicados em maior ou menor instância, fornecem, para os Estados atuais, os meios mais importantes para ampliação da participação popular. Direcionam para um Estado atuando sob a vigilância da coletividade, impondo o alargamento do princípio democrático a diferentes formações da vida social, econômica e cultural, incorporando instrumentos de participação direta, reconhecimento de partidos e associações como relevantes agentes de dinamização democrática. (GARCIA, 2001, p. 02).

¹O termo se refere ao período marcado pela ditadura militar, que comandou o Brasil a partir de 1964, e que se prolongaria por 20 anos).

Democracia semidireta, na definição de Pimenta Bueno (*Apud* GARCIA, 1958, p. 475), é todo instrumento “que permite ao cidadão exercício concreto da liberdade de participação nos negócios políticos do Estado - inclusive oferecimento de proposições para fomento de atos e espécies legislativas, conferindo-lhe atributos da cidadania”.

Aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva, a Lei da Ficha Limpa entrou em vigor em 4 de junho de 2010. Foi uma tentativa institucional de melhorar a qualidade da representação política brasileira e, embora não tenha valido para as eleições de 2010, constituiu-se num marco em torno das discussões sobre a corrupção nas instituições políticas brasileiras.

1.2 O BRASIL ANTES DA LEI DA FICHA LIMPA

É importante contextualizar a emergência e as circunstâncias que cercaram a aprovação da Lei da Ficha Limpa na cena política brasileira para tentarmos identificar o grau de influência dessa nova regra no resultado das eleições de 2010.

Em 1988, o Brasil tentava superar o trauma de 24 anos de um golpe militar², buscando elementos para redemocratizar o País. É nesse contexto que os legisladores trataram de incluir mecanismos de democracia semidireta na nova Constituição, como artifícios para garantir ao cidadão o direito de exercer a democracia, participando das decisões e manifestando sua livre vontade frente aos grandes desafios da nação.

“A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito; referendo; e iniciativa popular”. (Constituição Brasileira. cap. IV. Art. 14, 1988).

Quando se fala em iniciativa popular, é importante ressaltar que os grandes movimentos de massa contemporâneos hoje representados no País têm origem no Brasil pós 88, como registra a pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Simone Mateos:

A participação deu um salto na década de 1980, quando diferentes setores da sociedade se mobilizaram pela defesa de seus interesses, multiplicando comitês de fábrica, de bairro, de luta contra a carestia, além das comunidades eclesiais de base. Nessa época tem início o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Luta por Eleições Diretas. (MATEOS, 2011).

A Lei da Ficha Limpa (LC 135/2010) surge como projeto de iniciativa popular, que pode ser apresentado à Câmara dos Deputados em forma de projeto de lei subscrito por, no

² Ver mais sobre o assunto em Skidmore, Thomas. 1988. “Brasil de Castelo a Tancredo”.

mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído em pelo menos cinco Estados, com no mínimo 0,3% de eleitores em cada um deles. (Subseção III. Art. 61, §2º, 2007, p. 60). Apesar das exigências limitadoras do poder de mobilização das massas para a elaboração de leis de iniciativa popular, – apenas quatro leis nessa categoria foram aprovadas pelo Congresso até 2010 - os cidadãos brasileiros conseguiram emplacar nessas duas décadas, importantes exemplos de participação popular.

Estão nessa categoria as seguintes leis: a que enquadra como crime hediondo as chacinas patrocinadas por grupos conhecidos como “esquadrão da morte”; a que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social; e a que torna crime passível de cassação a compra de voto, outra iniciativa popular pautada no conceito da moralidade política e que é considerada a “mãe da Lei da Ficha Limpa”, a Lei 9.840, de setembro de 1999³. A Lei da Ficha Limpa, aprovada em maio de 2010, rompe um jejum de onze anos sem aprovação de leis de iniciativa popular pelo Congresso Nacional Brasileiro.

O tema da corrupção no Brasil é recorrente. Vários casos de corrupção permeiam a história do País em todos os seus períodos, desde o Império, mantendo-se forte essa prática na história republicana brasileira, desde 1889 até o período recente, quando se tem registro de dezenas de exemplos, sendo o mais emblemático da Nova República o do impeachment do primeiro presidente eleito diretamente pelo povo, após a ditadura militar de 1964, Fernando Collor de Melo.

A mobilização popular para afastar o presidente, que ficou conhecida como o movimento dos “caras pintadas” representa um marco na história do movimento popular brasileiro, tendo sido fundamental para a cassação dos direitos políticos do ex-presidente. Eleito em 1989, aos 40 anos, Collor foi acusado pelo próprio irmão de liderar uma quadrilha que desviava dinheiro do País, capitaneada pelo seu tesoureiro de campanha, conhecido como PC Farias. Afastado do cargo, sofreu impeachment em 1992 e teve seus direitos políticos cassados por oito anos. Tentou eleger-se depois governador de Alagoas, sem sucesso, mas nas eleições de 2010 conseguiu eleger-se senador. Seu mandato vai até 2015. Vicentino (2010), assim descreve o ex-presidente:

O presidente que pregava austeridade, cortava os gastos do governo, arrochava salários e ampliava o número de desempregados, vivia luxuosamente de dinheiro obtido ilegalmente, conforme as denúncias e investigações provavam. O ‘caçador de marajás’ revelava-se o maior de todos eles. A mobilização da sociedade brasileira

³Disponível em: www.fichalimpa.org.br/assets/arquivos/pdf/Lei9840.pdf. Acesso em: 27Abr.2013.

pelo impeachment, ou seja, o afastamento legal do presidente, levou PC Farias a fugir do País, logo após ser decretada sua prisão. (VICENTINO, 2010).

A partir de 1996, o combate à corrupção começou a perpassar a agenda do movimento social organizado sob a liderança de alas progressistas da igreja católica. Naquele ano, o tema da Campanha da Fraternidade, lançado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi: “Fraternidade e Política”, que deflagrou a campanha “Combatendo a corrupção eleitoral”. A campanha culminou com a aprovação do projeto de lei 9.840/99, que pune com a cassação do mandato crime de compra de voto.

Quase 10 anos depois, em abril de 2008, o mesmo movimento - Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), rede formada por 46 ONG’s, inclusive a CNBB – lança nova campanha de moralidade na política, desta vez a Lei da Ficha Limpa, “com objetivo de mudar os padrões éticos da política brasileira”. (ASSUNÇÃO e ASSUNÇÃO, 2010).

Não bastou lutar pela redemocratização e pelo direito de escolher livremente presidentes, governadores, senadores, deputados e vereadores: sem balizamentos éticos nesse processo, eles serão apenas figuras alegóricas de uma democracia ilusória. (CAVALCANTE, 2010)

A Lei da Ficha Limpa alterou a Lei de Inelegibilidades, incluindo novos critérios para os elegíveis. Até então, para se candidatar a cargos eleitorais, o cidadão não precisava apresentar certidão negativa de ficha limpa em nenhuma esfera. A principal mudança do novo texto em relação à Lei que alterou (Lei nº 64/90) foi passar a considerar como critério de inelegibilidade, além do candidato ter sido condenado “em decisão transitada em julgado (ou seja, sem direito a recurso) também por sentença proferida por órgão judicial colegiado”; ou ainda aqueles que renunciaram para escapar a processo de possível cassação.

Cavalcante (2010) destaca em estudo sobre as mudanças da Lei da Ficha Limpa em relação à antiga Lei de Inelegibilidades que “a lei modifica profundamente diversos aspectos do procedimento eleitoral. A negativa ou cancelamento de registro de candidatura não mais dependerá do trânsito em julgado, sendo suficiente a decisão proferida por órgão colegiado.

De igual modo, com a alteração do art. 15 da Lei Complementar nº 64, de 1990, a negativa ou cancelamento de registro de candidatura, bem assim a anulação do diploma, o que significa a cassação de mandato, não mais dependerá do trânsito em julgado de decisão que declara a inelegibilidade do candidato ou eleito, bastando que seja publicada a decisão proferida por órgão colegiado. (CAVALCANTE, 2010, p. 21)

Essas alterações foram cruciais para o alcance da Lei da Ficha Limpa no Brasil, já que muitos candidatos, mesmo com processos em andamento, por falta de aprovação de contas ou

denúncias de desvio de dinheiro público se valiam da morosidade e da possibilidade interminável de recursos para continuar na vida pública.

A prática de renunciar ao mandato para escapar de cassação e assim ficar livre do período de inelegibilidade previsto em lei, também foi barrada com a inclusão da alínea “K” da Lei da Ficha Limpa, que proíbe candidatos que renunciaram de requererem registro junto aos Tribunais de Justiça (ASSUNÇÃO E ASSUNÇÃO, 2010, p.82).

1.3 ARENAS DEMOCRÁTICAS E A LEI DA FICHA LIMPA

Pelo sistema legislativo brasileiro, as leis de iniciativa popular percorrem um longo caminho até serem sancionadas pelo presidente da República. O primeiro crivo é a coleta de assinaturas – são mais de um milhão de assinaturas, válidas somente com apresentação do título de eleitor. Superada essa etapa, os projetos são encaminhados ao Congresso Nacional. O Legislativo brasileiro é bicameral, constituído pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. (BRASIL, 2007, p. 51).

Para chegar ao plenário da Câmara, os projetos devem primeiro passar pelo crivo das comissões técnicas da Casa – no caso em questão, o projeto da Lei da Ficha Limpa teria que passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) – o que, por vezes, pode acabar inviabilizando a aprovação de uma lei, dependendo dos arranjos políticos realizados em torno do dispositivo. Só após a aprovação nas Comissões, o projeto é encaminhado à votação pelo plenário da Câmara. Se passar nessa primeira etapa, segue para o Senado.

Para que fosse aplicado já nas eleições de 2010, o projeto precisava ser aprovado até o dia 10 de junho daquele ano, data prevista para o início das convenções dos partidos. Mas havia uma grande resistência à aprovação da lei no Congresso porque boa parte dos membros da base aliada do governo na Câmara e no Senado (PMDB-PT-PTB-PR-PP) tinha pendências com a justiça, o que levou a base aliada a votar contra o pedido de “urgência urgentíssima” para o projeto e mandá-lo para a Comissão de Constituição e Justiça. No total, o site Congresso em Foco apontava que 152 dos 513 deputados tinham pendências com a Justiça e os Tribunais de Contas.

Mas mesmo se arriscando a serem enquadrados na lei, os deputados acabaram se posicionando a favor do projeto. Afinal, num ano de eleições presidenciais, para governador, deputados estaduais, federais e senadores, com a sociedade mobilizada em torno da aprovação de uma Lei anticorrupção na política, o risco era muito alto para quem se posicionasse contra a Lei da Ficha Limpa. Ademais, a base aliada não podia fugir à aprovação da lei. Acima de

interesses pessoais, estava um projeto maior e coletivo, que era a eleição da candidata do governo à presidência, Dilma Rouseff.

Ao longo da disputa, várias foram as ações executadas pelas entidades pró-Ficha Limpa para emplacar a Lei, que também tinha contra si parte dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Ao julgar pedido da Associação de Magistrados do Brasil para divulgar a lista dos candidatos fichas-sujas, o Supremo negou o pedido por 9 a 2. (ASSUNÇÃO E ASSUNÇÃO, 2010). Em 06 de outubro, o site Congresso em Foco divulgou uma relação de 165 candidatos que concorreram com recurso, impugnados com base na Lei da Ficha Limpa, sendo que 30 do total eram candidatos ao Senado.

A presunção de inocência para os candidatos que respondiam a processo era um argumento das entidades contrárias à implantação da Lei. Assunção e Assunção (2010) registra que o presidente da Associação Brasileira de Magistrados, Procuradores e Promotores Eleitorais (Abrampe), Marlon Reis, defendeu a tese de que a presunção de inocência valeria somente para o direito penal e não para o eleitoral, marcando um ponto a mais na aprovação da lei. Reis diria que “inelegibilidade não é pena. É critério. E nós queremos acrescentar mais um critério como requisito para a candidatura: que os candidatos não tenham sentenças condenatórias por crimes graves”.

Aprovar a lei com alterações no texto foi parte da estratégia defendida por setores da Câmara para evitar seus enormes impactos. A maioria dos deputados mostrava-se favorável a aceitar que somente candidatos condenados em última instância fossem impedidos de obter registro, o que contrariava o espírito da lei e deixava tudo como antes. Muitos avanços e recuos foram registrados na disputa pela aprovação da lei da ficha limpa no Brasil, incluindo pressão sobre senadores e membros da CCJ para que o projeto fosse aprovado até o fim de maio para ir à sanção do presidente e valer para as eleições de outubro.

Negação de pedido de urgência e emergência e retirada estratégica de plenário foram mecanismos usados por parlamentares para adiar a votação. Por seu lado, o MCCE levava o embate para as ruas, coletando assinaturas em locais de grande circulação como igrejas e universidades. “Nos dias que antecederam a votação, o portal www.avaaz.org contabilizou 2 milhões de assinaturas virtuais em prol da aprovação que se somavam às 1,6 milhões em papel”. (ASSUNÇÃO E ASSUNÇÃO, 2012, p.36).

O ano eleitoral e o receio da base governista de que a luta pela aprovação da Lei da Ficha Limpa se tornasse um embate entre governo e oposição, abalando a candidatura de Dilma Rouseff, então chefe da Casa Civil e candidata do governo à presidência, foi um dos fortes fatores da mudança de posição da base governista. “Os partidos da oposição – PSDB,

DEM e PPS, decidiram transformar o embate da luta pela aprovação em uma luta entre governo e oposição” (ASSUNÇÃO E ASSUNÇÃO, 2010, p.33). O projeto já contava com o apoio de mais de 1,6 milhões de assinaturas, além de importantes entidades da sociedade civil, o que agravava ainda mais a situação de quem se opunha a aprovação da lei:

Havia a questão em jogo de que, além de contar com o apoio de mais de 1,6 milhão de assinaturas, algumas das mais importantes entidades da sociedade civil como a OAB e CNBB apoiavam o projeto de lei. O relator da CCJ, José Eduardo Martins Cardoso, secretário-geral do PT, teve que fazer um enorme esforço para aparar algumas arestas do texto e garantir a sua aprovação. (ASSUNÇÃO E ASSUNÇÃO, 2010, p.33).

Cardoso apresentou substitutivo que tornava inelegível por 8 anos políticos condenados por decisão colegiada da Justiça e criava o “efeito suspensivo”. Isso significa que o candidato podia concorrer ao pleito com recurso. Se eleito, o caso seria julgado pelo Supremo, o que viria a acontecer posteriormente com o deputado federal Jader Barbalho, então candidato ao senado pelo Pará. O texto-base foi aprovado na Câmara em 5 de maio, e posteriormente, aprovado por unanimidade no Senado, por 76 senadores, após um acordo que definiu o calendário de votações de projetos de interesse do Executivo no Senado. (ASSUNÇÃO E ASSUNÇÃO, 2010).

Sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 5 de junho de 2010, a Lei da Ficha Limpa entrou em vigor imediatamente, dando início a uma nova batalha sobre sua validade para as eleições de 2010.

O maior obstáculo enfrentado pelos defensores da aplicação da Lei da Ficha Limpa já nas eleições de 2010 foi o artigo 16 da Constituição Federal, que determina que “a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência”. (BRASIL, 2007, p. 26).

Os favoráveis à aplicação da lei imediatamente defendiam a tese de que ela não alteraria o processo eleitoral, mas tão somente as regras de inscrição dos candidatos. A ministra Helen Grace, uma das vozes mais contundentes dessa corrente, argumentou que a lei se editou em momento anterior ao registro dos candidatos, criando requisito para deferimento dos registros. Grace defendeu que a renúncia para evitar cassação “desdenha dos princípios mais caros à democracia⁴”.

O julgamento do recurso do ex-senador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, em setembro de 2010, pelo Supremo Tribunal Federal, foi o primeiro caso a suscitar o debate

⁴MINISTRA Ellen Gracie vota a favor da ficha limpa. **Congresso em foco**. Disponível em: <<http://eleicoes.uol.com.br/2010/ultimas-noticias/2010/09/23/ministra-ellen-gracie-vota-a-favor-da-lei-da-ficha-limpa-em-2010.jhtm>>. Acesso em 16 jun. 2012.

sobre a validade ou não da lei naquele pleito. Enquadrado na alínea K da Lei da Ficha Limpa, por ter renunciado ao mandato em 2007, para evitar possível cassação por conta do episódio que ficou conhecido como “o escândalo da bezerra”⁵, Roriz recorreu ao STF para garantir sua candidatura ao governo do Distrito Federal. O recurso foi apreciado em dois dias (23, 24/09/10) com a votação terminando empatada em 5 a 5, já que um dos ministros – Eros Grau – havia se aposentado. Aguardando a nomeação do novo ministro, a Corte não definiu uma data certa para a nova votação, o que levou o ex-senador a renunciar ao recurso, assim como ao registro de sua candidatura, passando a apostar na candidatura de sua esposa, Weslian Roriz. O caso foi acompanhado de perto pelo site especializado na cobertura política Congresso em Foco (2010)⁶:

Outro caso emblemático envolvendo a Lei da Ficha Limpa é do ex-governador do DF Joaquim Roriz (PSC). Ele é candidato ao quinto mandato como chefe do Executivo da capital do País, o quarto eleito. Porém, no dia em que completou 74 anos, ele ganhou um presente de grego do TRE-DF. Por maioria dos votos (quatro a dois), os integrantes da corte decidiram negar o registro de candidatura ao favorito na corrida eleitoral no DF por conta da renúncia ao mandato de senador em 2007.

A validade da aplicação da Lei da Ficha Limpa para as eleições de 2010 criou polêmicas e debates acirrados gerando disputas teóricas na área jurídica e política, à medida que candidatos eram impugnados com base na lei e recorriam ao Supremo para garantir suas candidaturas. Em todo o País, 30 candidatos ao Senado foram impugnados pelo Ministério Público Eleitoral, com base na Lei da Ficha Limpa, concorrendo às eleições mediante recursos. Esse número foi obtido a partir de pesquisa feita no site Congresso em Foco, que disponibilizou uma lista com 1.200 candidatos impugnados em todas as esferas da disputa⁷.

Do total geral de candidatos, 27 não se elegeram, o que indicou um forte impacto dessa agenda política no processo eleitoral brasileiro de 2010. No Pará, dos dois candidatos impugnados, somente Jader Barbalho conseguiu furar o bloqueio da polêmica Lei.

⁵De acordo com denúncia do Ministério Público do Distrito Federal, o Banco de Brasília (BRB) foi usado na simulação de uma transação bancária para repassar dinheiro a Roriz e mais cinco pessoas no escândalo que ficou conhecido como “escândalo da bezerra”. Condenado a devolver aos cofres públicos a quantia de R\$ 223 mil, o ex-governador alegou que os recursos seriam oriundos de um empréstimo pessoal tomado para comprar o embrião de uma bezerra.

⁶TREs barraram 43% dos impugnados por ficha limpa. Disponível em: <congressoemfoco.uol.com.br/noticias/manchetes-antiores/três-barraram-43-dos-impugnados-por-ficha-limpa/>. Acesso em: 15 jun. 2012.

⁷ Congresso em Foco. **Jornalismo para mudar**. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/manchetes-antiores/saiba-quem-sao-os-1-200-candidatos-sub-judice/>>. Acesso em: 07 set. 2013.

A Lei da Ficha Limpa dividiu opiniões junto à Corte Suprema do Brasil. De um lado, a favor da aplicação da lei em 2010, estavam os ministros: Carlos Ayres Britto, Carmem Lúcia Antunes Rocha, Joaquim Barbosa, Ricardo Lewandowski e Ellen Gracie Northfleet; e de outro, contra a aplicação da lei: Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Marco Aurélio Mello, Celso de Mello e Cezar Peluso. Ao assumir a vaga deixada por Eros Grau, em 3/03/11, o ministro Luiz Fux pôs fim ao impasse, declarando-se contra a aplicação da lei naquele ano⁸:

A lei é um dos mais belos espetáculos democráticos já vistos, posto como iniciativa popular. Dos candidatos, espera-se moralidade no pensar e no atuar...O melhor dos direitos não pode ser aplicado contra a Constituição. A Lei da Ficha Limpa é a lei do futuro. É uma aspiração legítima da nação brasileira, mas não pode ser um desejo saciado no presente, porque isso fere a Constituição. (FUX, 2011)

A base da argumentação dos ministros contrários à aplicação da lei foi a de que ela afrontaria o artigo 16 da Constituição, que estabelece a anterioridade de um ano para leis que alterem o processo eleitoral. O entendimento dos ministros, que acabou sendo predominante numa disputa teórica acirrada, foi de que esta é uma cláusula pétrea eleitoral, que não pode ser mudada, nem mesmo por lei complementar ou emenda constitucional. Mas, na outra ponta dos discursos, o ministro Carlos Ayres Brito, contrapôs: “quem não tiver vida pregressa limpa, não pode ter a ousadia de pedir registro de sua candidatura⁹”.

Em março de 2011, o STF decidiu que a lei não valeria para as eleições de 2010, provocando uma dança das cadeiras no Senado. Saiu Marinor Brito (PSOL), que havia assumido a vaga no lugar de Jader Barbalho (PMDB), cedendo lugar ao candidato que havia sido impugnado. Jader tomou posse somente no início de 2012.

A aprovação da Lei da Ficha Limpa, obtida por pressão de setores da sociedade civil organizada e grupos de parlamentares, mostra que no Brasil a organização do Legislativo, com Câmara e Senado, e a permissão de projetos de iniciativa popular pela Constituição, garante o exercício da democracia no Brasil. Mas não foi só esse desenho institucional que permitiu a aprovação da Lei da Ficha Limpa no Brasil, mas interesse políticos outros, como as eleições presidenciais, foram cruciais à aprovação da lei que trouxe novos critérios de inelegibilidade para o sistema eleitoral brasileiro e pretendia mostrar que ética e prática política são indissociáveis.

⁸BRASIL. Supremo tribunal federal. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=175078&caixaBusca=N>> Acesso: 16 jun. 2012.

⁹BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=175082&caixaBusca=N>>. Acesso em: 9 jun. 2012.

1.4 IMPACTOS IMEDIATOS DA APLICAÇÃO DA LEI DA FICHA LIMPA

Os impactos da aprovação da Lei da Ficha Limpa no Brasil se fizeram sentir nas duas eleições que se seguiram à sua aprovação. Duas análises empíricas mostram os impactos do dispositivo nos dois processos eleitorais. A primeira análise concentra-se na verificação do desempenho dos candidatos ao Senado impugnados pela Lei da Ficha Limpa em todos os Estados da Federação. A segunda será uma análise quantitativa de candidatos aos pleitos de 2010 e 2012, somente no Estado do Pará. Nesta última, verifica-se que a Lei da Ficha Limpa funcionou como cláusula de barreira. Ou seja, já houve uma redução significativa no número de candidatos que solicitaram registro ao Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em relação ao pleito anterior.

No caso das eleições de 2010, acreditamos que por se tratar de um fenômeno político que se deu concomitante ao processo de inscrições de candidatos, não se verificou impacto na quantidade de inscritos. Por outro lado, analisando-se o desempenho de candidatos ao Senado, que foram impugnados pelo Ministério Público Eleitoral com base na lei, e concorreram ao pleito com recurso, verificou-se um impacto significativo.

Durante o processo eleitoral de 2010, o Ministério Público Eleitoral impugnou 165 candidatos com base na Lei da Ficha Limpa no Brasil¹⁰.

Limitamos nossa análise aos candidatos ao Senado, em função do nosso objeto de estudo tratar-se dos impactos da Lei da Ficha Limpa nas eleições para o Senado no Pará. Dos candidatos impugnados com base na Lei da Ficha Limpa em todo o Brasil, 30 concorriam ao Senado, tendo disputado a eleição com recurso, caso em que se enquadram os candidatos do Pará, Jader Barbalho e Paulo Rocha. A análise do desempenho dos 30 candidatos impugnados revela que desse grupo somente três foram eleitos. Ou seja, 90% dos impugnados foram derrotados nas eleições de 2010 (ver quadro 1):

Quadro 1- DESEMPENHO DOS CANDIDATOS IMPUGNADOS PELA LEI DA FICHA LIMPA, NAS ELEIÇÕES DE 2010.

CANDIDATO	UF	PARTIDO/COLIGAÇÃO	SITUAÇÃO
João Capiberibe	AP	PT/PSB	Eleito
Jader Barbalho	PA	PMDB	Eleito
Cassio C. Lima	PB	PDT/PTN/PPS/DEM/PTC/PSB/PV/PRP/PSDB	Eleito. Continua
José Carlos Gratz	ES	PSL/ PRTB	Não eleito

¹⁰ CONGRESSO EM FOCO/site do TSE: Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/manchetes-antiores/saiba-quem-sao-os-1-200-candidatos-sub-judice/>>. Acesso em: 21 set 2013.

Paulo Rocha	PA	PRB / PP / PDT / PT / PTB / PTN / PSC / PR / PHS / PTC / PSB / PV / PC do B / PT do B	Não eleito
Rosana Martins de Castro	DF	CHAIB / PCB	Não eleito
Gilson Vasconcelos Dobbin	DF	PCO	Não eleito
Maria de Lourdes Abadia	DF	PP/PSC/PR/DEM/PSDC/PRTB/PMN/PSDB/PT do B	Não eleito
Diógenes Alves Paes	AL	PCB	Não eleito
Francisco Pereira Castelo	AM	PCB	Não eleito
Tarcísio Leitão de Carvalho	CE	PCB	Não eleito
Paulo Eduardo Teixeira Lima	CE	PV	Não eleito
Adib Elias Júnior	GO	PT/PMDB/PC DO B	Não eleito
Maria do Perpetuo Socorro Silva Pereira	MA	PSOL	Não eleito
AdonilsonLima	MA	PPS/PSB/PC DO B	Não eleito
Edgard Afonso Malagodi	PB	PSOL	Não eleito
Jeronimo de Melo Ribeiro	PE	PSOL	Não eleito
João Gervásio dos Santos Neto	PI	PSTU	Não eleito
Marineide Lins de Albuquerque	PI	PSOL	Não eleito
Zilton Vicente Duarte Junior	PI	PSOL	Não eleito
Dário Barbosa de Melo	RN	PSTU	Não eleito
Alexandre Guedes Fernandes	RN	PSTU	Não eleito
Clóvis Ferreira da Costa	RN	PTC	Não eleito
Melkisedek Donadon	RO	PP/PTB/PSL/PTN/PPS/PSDC/PHS/PMN/PV/PRP	Não eleito
Lauro Ribeiro pinto de Sa Barretto	RR	PHS	Não eleito
Joaninha de Oliveira	SC	PSTU	Não eleito
Wesley Oliveira Collyer	SC	PPS	Não eleito
Dirceu Travesso	SP	PSTU	Não eleito
Antonio Carlos Mazzeo	SP	PCB	Não eleito
Ernesto Freire Pichler	SP	PCB	Não eleito

Fonte: TSE/Congresso em Foco

Numa análise comparada das eleições para representantes do Estado do Pará de 2010 e 2012, percebe-se que os impactos da Lei da Ficha Limpa no quantitativo de inscritos às eleições se fizeram sentir com mais força nas eleições municipais de 2012 do que nas eleições gerais de 2010. Dos números de candidatos que solicitaram inscrição na justiça eleitoral para

vereador e prefeito nas eleições municipais de 2008 e 2012, percebe-se uma redução considerável no número de inscritos.

Nas eleições municipais de 2008, solicitaram registro à Justiça Eleitoral do Pará 349.772 candidatos a vereador. Já nas eleições de 2012, o número de candidatos a vereador no Pará caiu para 17.651. A redução de candidatos a prefeito também foi significativa após a aprovação da Lei da Ficha Limpa. Em 2008, foram registrados no Estado 15.903 candidatos a prefeito. Já em 2012, esse número caiu para 498 candidatos. No pleito de 2012, de acordo com o site do TSE, tiveram registro cassados pelo TSE, no Pará, um total de 45 candidatos: 26 candidatos a prefeito e 19 candidatos a vereador.

Já no comparativo das eleições de 2006 e 2010, percebe-se que não houve grande impacto no número de inscritos. Em 2006, solicitaram registro de candidatura 415 candidatos a deputado estadual, seis candidatos ao governo do Estado, 137 candidatos a deputado federal e quatro candidatos ao senado. No pleito de 2010 o número de candidatos a deputado estadual foi de 626; a governador cinco, a senador 11 e a deputado federal, 180.

Tabela 1 - PEDIDOS DE REGISTRO AO TRE/PA NAS ELEIÇÕES DE 2006/ 2010

CARGO	Nº CANDIDATOS/2006	Nº CANDIDATOS/2010
GOVERNADOR	06	05
SENADOR	04	11
DEP. FEDERAL	137	180
DEP. ESTADUAL	415	626

Fonte:TSE

Tabela 2 - PEDIDOS DE REGISTRO AO TRE/PARÁ NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2008/2012

CARGO	Nº CANDIDATOS/2008	Nº CANDIDATOS/2012
PREFEITO	15.903	498
VEREADOR	349.772	17.651

Fonte:TSE

“Não somente as instituições fornecem informações úteis de um ponto de vista estratégico como também afetam a identidade, a imagem de si e as preferências que guiam a ação”. (Hall e Taylor, 2003). É assim que a Lei da Ficha Limpa provocou, e continua provocando, no Brasil, impactos nos resultados eleitorais. No Pará, os impactos foram atestados a partir da análise dos resultados das pesquisas eleitorais de intenção de votos, que

apontavam caminhos diversos dos resultados das urnas após a introdução do debate da Lei da Ficha Limpa na agenda eleitoral de 2010. É o que vamos ver no próximo capítulo.

2º CAPÍTULO

ANÁLISE TEÓRICA DO PROBLEMA

Neste capítulo analisamos como as instituições políticas podem influenciar nas decisões e no comportamento do indivíduo, no caso do nosso estudo, no comportamento do eleitor paraense. Utilizamos para o debate as correntes teóricas do neoinstitucionalismo, com ênfase no institucionalismo histórico; e as teorias do comportamento eleitoral, focando mais a fundo na teoria sociológica do voto, que aborda a importância das interações sociais para a decisão do voto, bem como o efeito dos apelos momentâneos de campanha, que chegam até os eleitores pela cobertura da imprensa.

2.1 AS INSTITUIÇÕES E SUA INFLUÊNCIA NA DETERMINAÇÃO DO JOGO POLÍTICO

Nosso objeto de estudo – a Lei da Ficha Limpa e seus impactos no comportamento político dos eleitores do Pará em 2010 – se enquadra no problema teórico sobre como as instituições afetam o comportamento dos indivíduos. Este é o questionamento básico dos estudiosos do institucionalismo, teoria que tem pautado a ciência política ao longo de décadas. Diferentes escolas de pensamento respondem à sua maneira a essa questão. No caso de nosso trabalho, o estudo das instituições é necessário para identificarmos até que ponto houve impacto dessa lei – que representa nada mais do que a institucionalização de uma nova regra de comportamento, tanto para eleitores como para candidatos - no direcionamento do voto nas eleições de 2010, e que mudanças esse novo critério para os elegíveis pode implicar no sistema representativo e eleitoral brasileiro. Neste capítulo fazemos um breve resumo dos conceitos do institucionalismo e neoinstitucionalismo, nos detendo no institucionalismo histórico, corrente teórica em que situamos nosso trabalho, aliado aos estudos sobre o comportamento eleitoral, que buscam identificar as diversas variáveis e sua relevância para a decisão do voto.

“As decisões políticas são o resultado direto das preferências de indivíduos que agem isoladamente e de forma egoísta ou são processos induzidos por instituições políticas e sociais que regulam as escolhas coletivas?”. Essas foram as questões centrais das abordagens teóricas que competiram e dominaram a Ciência Política desde o início do século XX, o *Institucionalismo* e o *Comportamentalismo*. Já nos últimos 40 anos, uma nova abordagem teórica surgiu na análise dos fenômenos políticos: o neoinstitucionalismo, defendendo que as

instituições – e não indivíduos ou classe – são o elemento central da vida política. (PERES, 2008).

O termo novo institucionalismo, ou neoinstitucionalismo surge como resposta ao predomínio das tendências comportamentalistas nas ciências sociais após a II Guerra Mundial (HALL e TAYLOR, 2003; PERES, 2008), inspiradas pela psicologia corrente nos Estados Unidos. Aproximar as ciências sociais às ciências naturais, com a utilização de métodos e técnicas de mensuração dos fenômenos era a principal característica da teoria comportamentalista aplicada à psicologia (RIBEIRO, 2012).

A crítica à abordagem comportamentalista se concentra no fato dela ter reduzido os sistemas políticos a “padrões de comportamentos apreendidos por meio de surveys e de pesquisas de opinião, fazendo-se, portanto, tábula rasa para o contexto institucional da dinâmica política” (PERES, 2008, *apud* Ribeiro).

Nesse contexto e em reação à tendência comportamentalista é que surge o neoinstitucionalismo, mantendo características dos traços positivistas do comportamentalismo, qual sejam a objetividade/racionalidade, empirismo, formalizações, método dedutivo (escolhas racionais) e, de outro lado recolocando o velho institucionalismo como foco de análise das escolhas sociais. Pode-se dizer que o neoinstitucionalismo caracteriza-se pelo abandono do caráter especulativo e normativo das reflexões políticas e do método indutivo praticado pelos velhos institucionalistas (PERES, 2008, *apud* Ribeiro).

March e Olsen (1984) definem instituições, de um ponto de vista comportamental, como “arenas dentro das quais o comportamento político, motivado por fatores mais fundamentais, ocorre”. Destacam que “a maioria dos principais atores nos sistemas econômicos e políticos modernos são organizações formais e as instituições da lei e da burocracia ocupam papel dominante na vida contemporânea”.

Douglass North (1990) aponta que desde os primórdios até hoje, indivíduos interagem a partir de regras. Somente a partir do surgimento destas, é possível entender a organização das sociedades:

As instituições são a base de todo comportamento político e social. Algumas são formais (como normas constitucionais), outras são informais (como normas culturais), mas sem instituições não poderia haver política organizada. Simplesmente tentar considerar um mundo em que não havia regras que regem o comportamento social ou político. No mundo hobbesiano, no inferno não poderia haver nenhuma organização política, de fato nenhuma organização social. (NORTH, 1990, *Apud* STEINMO, 1990).

2.2 AS VÁRIAS FACES DO NEOINSTITUCIONALISMO

Na perspectiva do neoinstitucionalismo, há pelo menos três métodos de análises diferentes: o Institucionalismo da Escolha Racional, o Institucionalismo Sociológico e o Institucionalismo Histórico (HALL E TAYLOR, 2003). Este último é o que vai mais interessar à nossa pesquisa.

Os teóricos do Institucionalismo Histórico definem as instituições, de maneira geral, como “os procedimentos, protocolos, normas e convenções oficiais e oficiosas inerentes à estrutura organizacional da comunidade política ou da economia política”.

Isso estende-se das regras de uma ordem constitucional ou dos procedimentos habituais de funcionamento de uma organização até às convenções que governam o comportamento de sindicatos ou as relações entre bancos e empresas. Em geral, esses teóricos têm a tendência de associar as instituições às organizações e às regras ou convenções editadas pelas organizações formais. (HALL e TAYLOR, 2003).

No caso da lei da ficha limpa, surge como regra de elegibilidade no cenário político brasileiro no momento em que a sociedade civil busca formas de contrapor-se aos desvios de comportamento considerados adequados aos seus representantes no parlamento. A introdução da Lei da Ficha Limpa funcionaria, assim, em duas mãos. Como um freio à prática da corrupção e como forma de educar o povo a escolher de maneira mais correta seus representantes no parlamento. Stuart Mill (1981) disse que “um povo pode não estar preparado para boas instituições, mas acender nele o desejo de tais instituições é uma parte necessária da operação”:

Quando uma instituição ou um conjunto de instituições têm os seus caminhos preparados por ocasiões, gostos e hábitos do povo, não apenas esse povo será levado mais facilmente a aceitá-la, mas, desde o começo, ele aprenderá mais facilmente e estará mais disposto a fazer o que lhe é exigido, tanto para a preservação das instituições quanto para o seu desenvolvimento e fecundidade mais vantajosos. (MILL, 1981).

Analisando-se a Lei da Ficha Limpa deve-se ressaltar que surgiu no seio da sociedade civil organizada, mas não há pesquisas científicas que nos permitam afirmar que seja uma lei oriunda do povo-massa, como na definição de Oliveira Viana (1999). Ao discutir a formação das instituições políticas brasileiras, Viana faz um contraponto útil ao nosso debate entre “direito-escrito” e “direito-costume”. O primeiro seria baseado nas normas e regras “importadas” de outras sociedades para a sociedade brasileira em formação. Enquanto o direito-costume se referia às normas surgidas das aspirações da própria sociedade. Viana atribui a falta de vocação do povo brasileiro às práticas democráticas a essa formação inicial forjada em regras importadas de tradições europeias. No Brasil, é corrente que as classes de

mais baixa renda são mais tolerantes à corrupção política do que as classes A, B e C, de maior poder aquisitivo e de maior capacidade de mobilização. A Lei da Ficha Limpa surgiu em um contexto de mobilização de entidades já fundadas em bases de forte apelo contra a corrupção. Mas sua manutenção e consolidação pode depender de sua absorção pela maioria da população, pelo “povo-massa”.

Como as instituições se mantêm? É um dos questionamentos para os quais as análises institucionais buscam respostas. Os institucionalistas históricos apontam dois tipos de respostas a essa questão: a perspectiva calculadora e a perspectiva cultural. (Hall e Taylor, 2003).

A perspectiva calculadora sugere que as instituições se mantêm porque os indivíduos aderem a esses modelos de comportamento porque perderiam mais ao evitá-los do que ao aderir a eles. “Quanto mais uma instituição contribui para resolver dilemas relativos à ação coletiva, ou quanto mais ela torna possíveis os ganhos resultantes de trocas, mais ela será robusta”, dizem os teóricos da perspectiva calculadora. Já pela perspectiva cultural, muitas das convenções ligadas às instituições sociais não podem ser o objeto explícito de decisões individuais.

Pelo contrário, enquanto componentes elementares a partir das quais a ação coletiva é elaborada, certas instituições são tão "convencionais" ou são tão usuais que escapam a todo questionamento direto e, enquanto construções coletivas, não podem ser transformadas de um dia para o outro pela simples ação individual. Em suma, as instituições resistem a serem postas radicalmente em causa porque elas estruturam as próprias decisões concernentes uma eventual reforma que o indivíduo possa adotar. (HALL e TAYLOR, 2003).

Pela perspectiva calculadora, os indivíduos examinam todas as escolhas possíveis para selecionar aquelas que oferecem benefício máximo. Com relação à questão sobre como as instituições afetam o comportamento dos indivíduos, essa perspectiva acredita que elas entram em ação ao incidirem sobre as expectativas de um ator dado no tocante às ações que os outros atores podem realizar em relação às suas próprias ações ou ao mesmo tempo que elas.

A perspectiva cultural, embora reconheça que o comportamento humano é racional e orientado para fins, acredita que indivíduos recorrem com frequência a protocolos correntes ou modelos de procedimentos já conhecidos para atingir seus objetivos.

O indivíduo é concebido como uma entidade profundamente envolvida num mundo de instituições, composto de símbolos, de cenários e de protocolos que fornecem filtros de interpretação, aplicáveis à situação ou a si próprio, a partir das quais se define uma linha de ação. Não somente as instituições fornecem informações úteis de um ponto de vista estratégico como também afetam a identidade, a imagem de si e as preferências que guiam a ação. (HALL e TAYLOR, 2003).

Steinmo (2001) aponta que instituições são variáveis intervenientes através da qual batalhas sobre juro, ideias e energia são travadas. “As instituições são importantes porque elas são os pontos focais da atividade política. Ao invés de ser caixas neutras em que lutas políticas ocorrem, instituições verdadeiramente estruturam a luta política em si”.

Immergut (1992) ressalta que “as instituições não permitem prever as soluções resultantes de disputas em torno de políticas. Mas, ao definirem as regras do jogo, elas realmente criam condições que permitem prever a maneira pela qual esses conflitos deverão se desenrolar”. De acordo com ela, “as instituições nos indicam quais cursos de ação terão mais probabilidades de sucesso ou fracasso, mas não preveem as escolhas finais dos atores”.

Está provado que um povo pode ter outro comportamento a partir das instituições já existentes ou com a entrada em cena de novas, mas há muito mais fatores ligados às escolhas políticas, entre eles, fatores de ordem culturais, sociais e psicológicos, como aqueles que influenciaram o eleitor nas eleições de 2010. Ter uma regra institucionalizada indicando o melhor caminho a seguir nas suas escolhas pode ser um ponto de partida na análise que o eleitor fará ao decidir em quem confiar o seu voto, mas não é o único fator determinante nessa decisão. Outros elementos entram nessa análise, como apontam as teorias do comportamento eleitoral que veremos a seguir. As teorias do comportamento eleitoral são importantes nos estudos de predição do voto do eleitor. Elas nos ajudam a entender a cabeça do eleitor e quais são os vários fatores que podem contar na hora da decisão do voto.

2.3 AS TEORIAS DO COMPORTAMENTO ELEITORAL

Os teóricos do comportamento eleitoral concordam que não existe uma regra matemática para se prever o voto do eleitor. Fatores diversos concorrem para a predição do voto. Sabe-se que as escolhas obedecem a um cálculo racional, que colocam na balança perdas e ganhos; também consideram parâmetros culturais, sociais e psicológicos. Todos concordam que não existe um comportamento padrão e a volatilidade do voto é reforçada a cada eleição.

Entre esses fatores, Almeida (2003) relaciona as predisposições individuais, ou seja, as visões de mundo de cada um; as preferências partidárias; a avaliação do desempenho do governo; propostas dos candidatos e dos partidos; o nível de informação política dos eleitores; o pertencimento a redes sociais; a influência de amigos, parentes e colegas de trabalho; e a imagem dos candidatos.

Vários autores já fizeram a revisão da literatura das teorias de decisão do voto. Figueiredo (1991) descreve entre elas, três teorias que abordam a questão do comportamento político e as que mais se sobressaem nas análises de comportamento: a teoria psicológica, também conhecida como Modelo Michigan de decisão; as teorias sociologistas e economicistas, ligadas a modelos de explicações histórico-contextuais; e a teoria da escolha racional, que tem como base o modelo criado por Anthony Downs. (1999)

A teoria psicológica parte do indivíduo para o geral e suas nuances psicológicas, cujas bases são formadas em seu convívio cotidiano, como a chave para o comportamento político. Os teóricos desse modelo mostram que “indivíduos semelhantes do ponto de vista social e de atitudes tendem a ter comportamentos semelhantes, a votarem na mesma direção, independentemente de contextos históricos”. (FIGUEIREDO, 1991, p. 21). Para analisar nosso objeto de estudo lançamos mão da Teoria Sociológica do voto, embora a Teoria da Escolha Racional também mereça destaque.

2.3.1 A Teoria Sociológica do Voto

Para corroborar a tese de que a Lei da Ficha Limpa foi fator preponderante nas análises do eleitor paraense nas eleições de 2010 no Pará, ao Senado, recorremos à teoria sociológica do voto, que aponta que fatores exógenos aos processos eleitorais, assim como apelos momentâneos de campanha, que chegam ao eleitor através dos meios de comunicação, podem gerar variações nas decisões do eleitor.

Os sociologistas defendem que “a direção do voto de um indivíduo depende da natureza das relações políticas e sociais em que ele está envolvido, da densidade da identidade política do grupo a que ele pertence e, obviamente, dos apelos momentâneos das campanhas” (FIGUEIREDO, 1991). No processo eleitoral de 2010, a agenda de campanha que norteou debates e propostas políticas foi a introdução da Lei da Ficha Limpa no cenário político nacional.

Sancionada em 04 de junho daquele ano pelo presidente da República, já quase no limite do prazo previsto em lei para ser aplicável ao pleito, 10 de junho, a Lei da Ficha Limpa pautou as discussões políticas em praticamente todas as esferas da vida política brasileira. Debates acirrados no Congresso Nacional, no Supremo Tribunal Federal e, principalmente, o debate midiático que se deu em esfera nacional e local, direcionaram as discussões em torno das candidaturas naquele ano, sendo impossível não se fazer correlações entre os resultados

eleitorais, a emergência da lei em 2010 e como o tema foi abordado pelos meios de comunicação.

Um dos pressupostos da teoria sociológica do voto é de que “as respostas aos apelos de votos momentâneos variam inversamente à densidade das identidades políticas, nos diferentes contextos”. Mas embora as identidades políticas em geral convirjam para identificações partidárias, resultando em um excelente previsor da decisão do voto, isso não significa que identidade política seja sinônimo de identificação partidária. (FIGUEIREDO, 1991). Um eleitor pode identificar-se, politicamente, com um candidato específico sem, contudo, identificar-se com o partido que ele representa. No caso brasileiro, sabe-se que os índices de identidade partidária são muito baixos, o que é corroborado por pesquisas do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), que apontam que 92% dos brasileiros escolhe seu candidato pelos seus atributos pessoais e não pela filiação partidária. Nas escolhas dos paraenses para o Senado, em 2010, a Lei da Ficha Limpa – enquanto elemento exógeno ao processo eleitoral – promoveu impactos na cabeça do eleitor, que tem fraca identidade partidária. Embora na hora da decisão tenha pesado mais o personalismo dos candidatos, como veremos adiante.

Os sociologistas – especialmente os influenciados pela teoria do voto classista – defendem que são as condições sociais objetivamente vividas que formam as atitudes políticas. Essas formam “campos” de consciência política que passam a responder aos apelos políticos conforme o contexto social. De acordo com essa proposição, quanto maior for a densidade de interação social, maior será a densidade de identidade política. Em outras palavras, quanto mais coeso for um grupo social, menor será a probabilidade de que os membros desse grupo respondam com seus votos aos apelos de forças momentâneas. (MUNDIM, 2010).

A essência do pensamento sociológico situa o comportamento político em um contexto social, onde se dá a interação e a conversação social, elementos fundamentais para as decisões políticas. Os sociologistas sustentam que “não são os indivíduos e sim os coletivos sociais que imprimem dinâmica à política”. Assim, “para compreender o voto de um jovem ou de um idoso é necessário conhecer seu contexto social e político”. (FIGUEIREDO, 1991, p. 43).

Figueiredo (1991, p. 44) afirma que a fonte da interpretação sociológica para o fenômeno do comportamento político e decisão do voto são leis probabilísticas que regem a ocorrência de interações sociais e a formação de opiniões. A primeira lei probabilística da interação social implica que “quanto mais abrangente for a característica social definidora do

grupo sob observação, menor será a probabilidade de que dois membros desse grupo interajam entre si”. A segunda lei funcional preconiza que: “quanto mais amplos forem os grupos, menor será a probabilidade de que dois de seus membros se encontrem”. (idem, p. 45).

Finalmente, a lei geral da teoria sociológica define que o comportamento futuro dos indivíduos é função do grau de interação em que estão envolvidos com seus pares próximos e com outros mais distantes e também de seu grau de coerência de opinião, no momento em que a observação é feita. Em resumo, a teoria sociológica de decisão conclui que as opiniões políticas surgem a partir das interações que fazemos. As opiniões, porém, não são perpétuas, podendo mudar ao longo do tempo, conforme explica Figueiredo (1991, p.48):

As opiniões políticas não surgem do nada. E quando surgem não são eternas. Para manter um grupo ideologicamente coeso por muito tempo é necessário um grande esforço organizacional (leia-se interacionista), onde até mesmo sanções sociais são previstas para inibir os comportamentos que provocam desvio. (FIGUEIREDO, 1991)

As explicações para mudanças de comportamento e de valores sociais que se baseiam na mobilidade social – seja ocupacional ou demográfica – originam-se da alteração das relações probabilísticas entre as interações sociais. Ao tratar das consequências políticas da interação entre membros de grupos diferentes:

No comportamento político, que é nosso interesse mais próximo, é óbvio que os membros de uma organização interagem muito mais entre si do que com seus simpatizantes; e muito menos com membros de outros grupos, exceto em circunstâncias muito especiais (FIGUEIREDO, 1991, p. 46).

Aqui vale ressaltar que os autores da teoria sociológica não consideravam naquele contexto social e histórico em que os estudos foram realizados - entre os anos 40 e 50 - o avanço dos meios de comunicação, especialmente a televisão, e as interações que viriam a ser permitidas pelas redes sociais tornando possível a interação social e a conversação entre membros de diferentes grupos, facilitando a disseminação de ideias e informações entre indivíduos que talvez nunca tenham se encontrado, com consequente impacto no seu comportamento e decisões políticas.

Em resumo, para os sociologistas, é “através da conversação social que os indivíduos se identificam e formam opiniões que passam a ser mais ou menos compartilhadas, dependendo do grau de coesão do grupo ou classe social”. Ou seja, “a formação da identidade partidária decorre da ‘conversação’ social entre os partidos e a população em geral”. (FIGUEIREDO, 1991, p. 55). Ressalte-se que o fator “conversação social”, presente nas eleições de 2010, incluiu entre os atores interagentes a mídia, como um forte elemento formador de opinião, que contribuiu para o debate em torno da introdução das novas regras de

exclusão impostas pela Lei da Ficha Limpa. Seja com linha editorial contrária à introdução da nova regra, seja com linha editorial favorável à sua aplicação.

A relação entre a teoria sociológica do voto e a comunicação tem suas raízes nos estudos produzidos por pesquisadores da Universidade de Columbia, entre os anos 40 e 50, chefiados por Paul Lazarsfeld. Eles analisaram o poder de influência dos veículos de comunicação na decisão do eleitor. Mas ao final das pesquisas concluíram que o máximo que os veículos de comunicação de massa provocavam era a ativação de pré-disposições partidárias. O impacto dos meios de comunicação aconteciam apenas de forma limitada, daí porque essa teoria ficou conhecida como teoria dos efeitos limitados (Mundim, 2010).

O que eles encontraram no final da pesquisa foi uma grande estabilidade das preferências dos eleitores e uma pequeníssima propensão à mudança de voto. Os efeitos midiáticos dominantes foram o “reforço” ou a “ativação” das predisposições partidárias. A “conversão” das intenções de voto, verdadeiro sinônimo para influência causada pelos meios de comunicação, ocorria apenas de maneira limitada. (MUNDIM, 2010).

O que consideramos importante ressaltar sobre as conclusões dos estudos de Columbia que se aplicam ao trabalho em questão é o poder indireto de influência da mídia, ou seja, a capacidade dos meios de comunicação de influenciarem o debate abastecendo com informações as discussões e conversas políticas. É nesse trabalho que os pesquisadores chamam a atenção para a figura dos “líderes de opinião”, aqueles que têm forte poder de persuasão sobre determinado grupo:

Os líderes de opinião não eram políticos ou militantes profissionais, nem faziam parte da máquina de campanha dos partidos. Eles não eram as pessoas mais proeminentes e ricas da comunidade, nem líderes cívicos, já que estavam presentes “em todos os grupos ocupacionais” (LAZARFELD, BERELSON e GAUDET, 1948 [1942]: 50). Tinham capacidade de persuasão por serem pessoas próximas, como parentes, amigos e colegas de trabalho, ou companheiros de grupos sociais a que os indivíduos já estavam ligados. (MUNDIM, 2010).

A necessidade de analisar fenômenos políticos em sua relação com os meios de comunicação é um debate também travado por estudiosos do tema mídia e política, como Thompson e Manin, e que deverão ser considerados em análises nos próximos capítulos desse trabalho.

2.3.2 A Teoria da Escolha Racional

A teoria da escolha racional toma o eleitor como um agente racional, cujos interesses individuais, visando maximizar benefícios e reduzir custos, se constituem como o elemento

que o guia no momento da realização de suas escolhas. No caso em estudo, diante do dilema entre escolher candidatos enquadrados na Lei da Ficha Limpa, que talvez fossem os que lhe proporcionariam maiores ganhos pessoais, e candidatos outros, o eleitor paraense pode ter feito equações mentais colocando na balança benefícios e custos de votar nesses candidatos.

Para esta teoria, o eleitor é capaz de reconhecer seus interesses e, em função disto, escolhe o candidato que está mais sintonizado com os seus objetivos. Sendo assim, esta escola ressalta a racionalidade da decisão do eleitor, dando pouca importância para os aspectos sociológicos e atitudinais, que marcam as teorias sociológica e psicológica de decisão.

Downs (1999) enfatiza que o processo de escolha se assemelha a uma situação de mercado, onde os candidatos e partidos competem entre si e os eleitores escolhem entre os políticos disponíveis no mercado o que melhor atende a seus interesses individuais.

Para Downs (1999), a política é vista como um espaço de confronto entre a oferta e a procura, base do entendimento da relação entre governantes e governados. Em se tratando do mercado eleitoral, há ofertas públicas de programas de partidos e procura dos eleitores, com ênfase para a ideia de um eleitor individualista e racional. Os políticos entram em concorrência agindo segundo uma lógica racional equivalente a dos empresários no campo da economia.

Essa linha de investigação parte do princípio de que, se a economia vai bem, os governantes ganham mais votos; se, por outro lado, a economia vai mal, a oposição se beneficia. (FIGUEIREDO, 1991).

A visão épica da obrigação cívica cede lugar ao realismo histórico de luta política em defesa de interesses sociais e econômicos, individuais ou coletivos. Ideologia, identidades políticas e culturais e valores são reduzidos a sistemas codificados de interesses, com a função instrumental de simplificar a aquisição e processamento de informações necessárias para uma decisão política inteligente. (FIGUEIREDO, 1991, *apud* DOWNS, 1957).

Pela lógica da teoria da escolha racional, “os eleitores votam pelos seus bolsos”. Gerald Kramer dá origem às explicações das teorias economicistas da decisão do voto. “O voto posto na urna é um instrumento de ligação entre os meios – mudança dos governantes – e os fins desejados – políticas governamentais”. Ele ressalta que “cada cidadão-eleitor gera uma função-utilidade, que deriva das atividades governamentais, e que pode ser, substancialmente, qualquer benefício – exceto os psicológicos”. (FIGUEIREDO, 1991, *Apud* KRAMER, 1971).

Kramer (1971) sugere que, mesmo um eleitor auto-interessado, capaz de adquirir e processar informações relevantes e avaliar corretamente o melhor “time” alternativo de

governantes, talvez não ache racional dispendir tanta energia e tempo nessa tarefa, “já que, de qualquer forma, as plataformas partidárias e os discursos políticos usualmente tendem para a vagueza”. Além do mais, raciocinam que as diferenças entre as propostas dos diversos políticos são tão sutis que para captá-las seriam necessários conhecimentos especializados que a maioria não tem. Desta forma, os eleitores tendem a basear-se em informações prontamente disponíveis para todos, ou seja, o desempenho passado dos governantes ou do partido a que eles pertencem.

Os agentes sociais estariam interessados na maximização da riqueza, de votos, ou de outras dimensões mais ou menos mensuráveis em termos de quantidades e sujeitas a constrangimentos de recursos materiais. Todas as teorias resultantes se estruturam da mesma forma: as escolhas feitas pelos agentes devem ser explicadas em termos da variabilidade dos constrangimentos materiais enfrentados por eles. (FEREJOHN e PASQUINO, 2000).

Sejam de cunho sociológico, racional ou de outra natureza, foram diversos os fatores que influenciaram no comportamento eleitoral do eleitor paraense em 2010. A percepção da Lei da Ficha Limpa pelo eleitor, e as flutuações nas intenções de voto provocadas por elas foram atestadas em pesquisas de intenção de votos realizadas ao longo do processo e que iremos analisar nos próximos capítulos.

Todas as teorias de decisão do voto são importantes elementos para nos auxiliar nos estudos do comportamento do eleitor. No caso dos impactos produzidos pela introdução da Lei da Ficha Limpa no processo eleitoral de 2010, acreditamos que a teoria sociológica do voto tem maior capacidade explicativa por se aprofundar na complexidade das interações sociais que influenciam as decisões do indivíduo. Interações que no caso foram potencializadas pela força dos veículos de comunicação, que interferem decisivamente nas conversações sociais.

3º CAPÍTULO

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo a análise dos dados é dividida em duas partes. A primeira traz a observação do objeto de estudo em um momento pré-eleitoral. A metodologia utilizada é a análise comparada das pesquisas eleitorais realizadas no período e sua relação com matérias veiculadas nos dois jornais de maior circulação do Estado acerca da Lei da Ficha Limpa nos dois meses que antecederam as eleições.

A segunda parte ocupa-se da análise dos resultados eleitorais, com apresentação dos mapas eleitorais dos candidatos mais votados e sua relação com indicadores sociais do Estado, recortados os indicadores de Renda e Escolaridade. O objetivo desse desdobramento foi tentar entender as razões dos impactos diferenciados da Lei da Ficha Limpa entre os candidatos impugnados no pleito e contribuir para uma pesquisa mais ampla sobre os estudos do comportamento do eleitor paraense.

Mas antes de entrarmos diretamente na análise dos dados vamos contextualizar a disputa política pelo Senado, em 2010, no Pará. Quem eram os principais candidatos e qual sua relação com a Lei da Ficha Limpa.

3.1 O CENÁRIO ELEITORAL PARAENSE EM 2010

Nas eleições para o Senado em 2010 renovou-se dois terços dos representantes, com cada Estado elegendo dois senadores. O Estado do Pará registrou 11 candidatos às duas cadeiras disponíveis. Dentre eles, dois tiveram suas candidaturas impugnadas pela Lei da Ficha Limpa: Paulo Roberto Galvão da Rocha (coligação Frente Popular Acelera Pará) e Jader Fontenelle Barbalho (PMDB), concorrendo ao pleito na situação “impugnado com recurso”.

Enquanto aguardavam as decisões do STF sobre recurso do Ministério Público Eleitoral, ambos protagonizaram um processo eleitoral com disputas na área jurídica e midiática, com recursos, informações e contra informações, ora afirmando que estavam inelegíveis, ora assinalando a validade de suas candidaturas. O comportamento do eleitor apresentou variações que reproduziram o debate pró e contra a aplicação da Lei da Ficha Limpa para barrar as candidaturas de Jader Barbalho e Paulo Rocha, considerados favoritos ao pleito, conforme Cavalcante (2010) em reportagem publicada em O Liberal: “Batalha decisiva colocará STF à prova”.

Paulo Rocha e Jader Barbalho haviam renunciado ao mandato para escapar de possível processo de cassação, por conta disso, foram enquadrados na alínea K da Lei da Ficha Limpa:

k) O Presidente da República, o Governador de Estado e do Distrito Federal, o Prefeito, os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa, das Câmaras Municipais, que renunciarem a seus mandatos desde o oferecimento de representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infringência a dispositivo da Constituição. (BRASIL, 2010)

Paulo Roberto Galvão da Rocha iniciou sua atuação política como militante na defesa dos interesses da categoria gráfica. Foi um dos fundadores do PT e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Pará. Em 1990, foi eleito deputado federal pela primeira vez. Emendou cinco mandatos, sempre entre os mais votados do PT.

Em 2005 renunciou ao mandato de deputado federal, após um período de 20 anos sem perder eleição, envolvido no escândalo que ficou conhecido como “mensalão”. Acusado de receber dinheiro público para compor o chamado “caixa dois” das campanhas eleitorais do Partido dos Trabalhadores no Pará, acabou sendo forçado a renunciar para evitar processo de cassação. O caso do “mensalão” só começou a ser julgado neste ano. Nas últimas eleições, declarou bens no valor de R\$ 233.344,45.

Jader Fontenele Barbalho (PMDB) tornou-se milionário após várias décadas na política paraense. Começou a carreira política como vereador de Belém em 1966. Foi duas vezes governador do Pará, passando pela pasta da Reforma Agrária e da Previdência Social. Nas eleições de 2010 aparecia em primeiro lugar nas pesquisas do Ibope para o senado com 50% das intenções de voto.

Tendo renunciado ao mandato de senador em outubro de 2001 para escapar de possível cassação, foi impugnado pelo Ministério Público Eleitoral acusado de desvios na extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), no Banco do Estado do Pará e no Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Chegou a ser preso e algemado, mas os processos contra ele não chegaram a ser transitado em julgado, situação jurídica em que o réu não tem mais direito a entrar com recurso.

Em decisão mais recente, a Justiça Federal do Tocantins condenou o senador a ressarcir à União o valor de R\$ 2.227.316,65, sob acusação de apropriação indébita de verbas públicas federais provenientes do programa Finam, da Sudam, para um projeto de uma empresa localizada no Tocantins.

Magalhães (2001) revela que Jader Barbalho construiu um império de comunicação cujo início se entrelaça aos seus primeiros mandatos políticos no executivo estadual do Pará. Foi eleito governador do Pará pela primeira vez em 1982, ano de fundação do jornal Diário do

Pará. No início dos anos 90 comprou a rede de TV RBA, retransmissora da Rede Bandeirante de Comunicação. Em 1995 assumiu o cargo de senador pela primeira vez, mas foi obrigado a renunciar ao cargo em 2001 para evitar um processo por quebra de decoro parlamentar instaurado pelo Conselho de Ética do Senado. É o pai de Helder Barbalho, prefeito de Ananindeua, cuja candidatura ao governo do Estado vem articulando nos bastidores da política paraense.

De acordo com o site do TSE (2010), a fortuna declarada nas últimas eleições foi de R\$ 4,9 milhões. Segundo candidato mais votado no pleito, com 1.799.762 votos, só assumiu o cargo de senador em dezembro de 2011, mais de um ano após a proclamação do resultado eleitoral, quando o ministro Luiz Fux, recém-empossado no STF, declarou ser inaplicável a Lei da Ficha Limpa ao processo eleitoral de 2010, desempatando a votação no Supremo.

O terceiro candidato na disputa foi o senador Fernando Flexa Ribeiro (PSDB), empresário da construção civil que nunca tinha sido eleito para cargo público. Em 2002, fora 1º suplente na chapa do senador Duciomar Costa, assumindo o cargo de senador com a renúncia do titular. Em novembro de 2004 tinha sido preso pela Polícia Federal, acusado de participar de um esquema de fraudes em concorrências públicas, através de uma empresa de construção civil da qual era sócio. Entrou na disputa para o Senado com uma campanha alicerçada na defesa do açaí como importante produto da economia paraense. Declarou uma fortuna de R\$ 8.547.965,50. Foi o candidato mais votado ao Senado, pelo Pará, com 1.809.964 de votos.

Também disputava as eleições a professora e sindicalista do PSOL, Marinor Brito, que havia sido vereadora de Belém por três mandatos. Alicerçou sua campanha no combate aos “fichas sujas”. Funcionária pública declarou uma renda total de R\$ 31.500,00. Ficou em quarto lugar nas eleições.

Na disputa jurídica sobre a aplicação ou não da lei da ficha limpa nas eleições de 2010, valeu o entendimento da não aplicação da lei, por ferir o artigo 16 da Constituição Federal de 1988 (1997), que estabelece a anterioridade de um ano para leis que alterem o processo eleitoral (BRASIL, 1997, p.26). O entendimento dos ministros, que acabou sendo predominante, foi de que esta é uma cláusula pétrea constitucional, aquela que não pode ser mudada senão por uma Assembleia Nacional Constituinte, o que garantiu a manutenção da candidatura de Paulo Rocha e Jader Barbalho, mas não cessou os impactos produzidos pelo debate público alicerçado pela mídia paraense. Monopolizada por dois fortes grupos de comunicação, um de propriedade da família do senador Barbalho e outro de propriedade da família Maiorana, seu mais forte opositor no Pará, a mídia paraense foi o cenário de uma das

eleições mais emblemáticas de todos os tempos no Estado, onde os veículos de comunicação tornaram-se arenas de difusão de informações, fonte onde o eleitor buscou subsídios para a escolha dos candidatos que melhor se encaixavam nos seus objetivos políticos.

3.2 DESCRIÇÃO DAS PESQUISAS ELEITORAIS

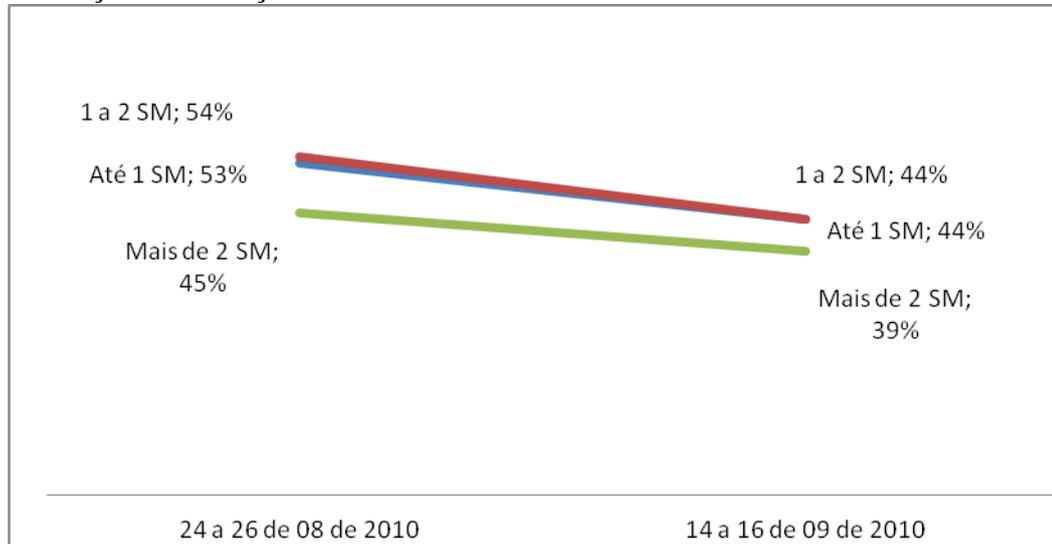
Tanto nas pesquisas feitas pelo Ibope quanto nas elaboradas pelo instituto Veritate/UFGA para as eleições de 2010 no Pará, e analisadas neste trabalho, são destacadas as preferências do eleitor por faixa etária, renda, escolaridade e sexo, bem como a concentração do voto por região geográfica do Estado. O Ibope realizou pesquisas no período de 24 a 26 de agosto e de 14 a 16 de setembro, ambas consultando um universo de 812 entrevistados. O Veritate realizou pesquisas no período de **9 a 14 e 24 a 28 de setembro**, ambas abrangendo um universo de 1.600 entrevistados.

Vale observar que na metodologia utilizada pelos institutos há algumas variações nas terminologias de variáveis. Na variável Renda, o Ibope utiliza três faixas: Até um salário mínimo; de Um a Dois salários mínimos e Mais de dois salários mínimos. O Veritate utiliza a terminologia Até um salário mínimo; de Um a cinco salários mínimos e Mais de cinco salários mínimos. As terminologias da variável Escolaridade também apresentam pequenas diferenças. O Ibope classifica os eleitores em três faixas: Até a 4ª do Fundamental; De 5ª a 8ª do Fundamental; e Médio/superior. O Veritate classifica em quatro faixas: Até a 4ª do Fundamental; De 5ª a 8ª do Fundamental; Médio completo ou incompleto; e Superior completo ou incompleto. Seguem as pesquisas detalhadas, por candidato, com destaque para as variáveis Renda e Escolaridade e a tendência pré-eleitoral por região.

3.2.1 Descrição dos resultados das pesquisas Ibope e Veritate/UFGA relativas ao candidato - Jader Barbalho

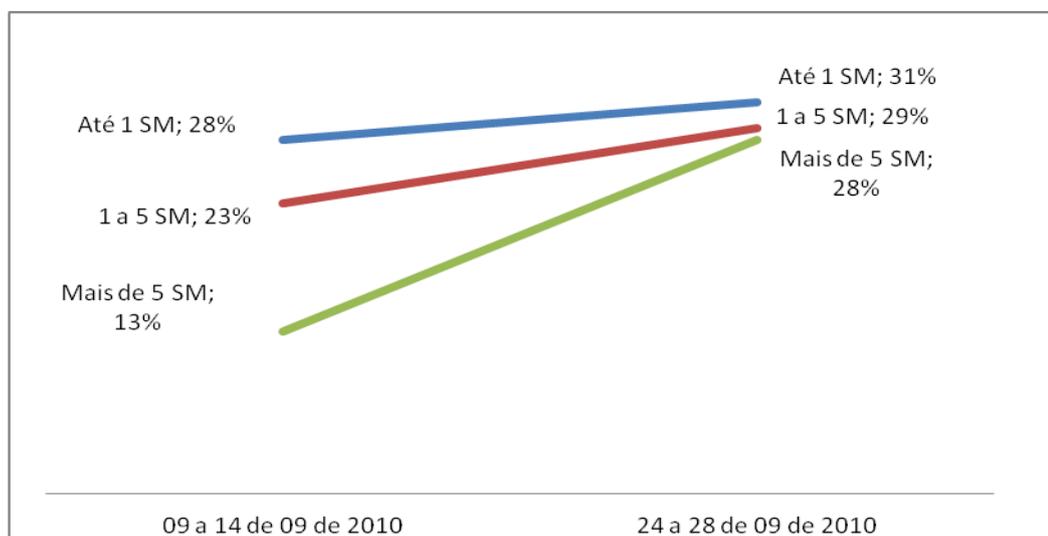
Renda – As pesquisas do **Ibope** (gráfico, 1) apontaram queda nas intenções de voto em todas as faixas de renda pesquisadas. Na faixa de mais de um a dois salários mínimos (caiu de 54% para 44%); até um salário mínimo (queda de 53% para 44%) e mais de 2 salários mínimos (queda de 45% para 39%). O **Veritate** apontou queda nas intenções de votos na faixa de até um salário mínimo (de 51% para 42%); com elevação na faixa de um a 05 salários mínimos (de 46% para 54%).

Gráfico 1 – Pesquisa IBOPE – estimulada (até duas opções) – Jader Barbalho – evolução da intenção de voto interna às faixas de renda



Fonte: IBOPE – elaboração própria

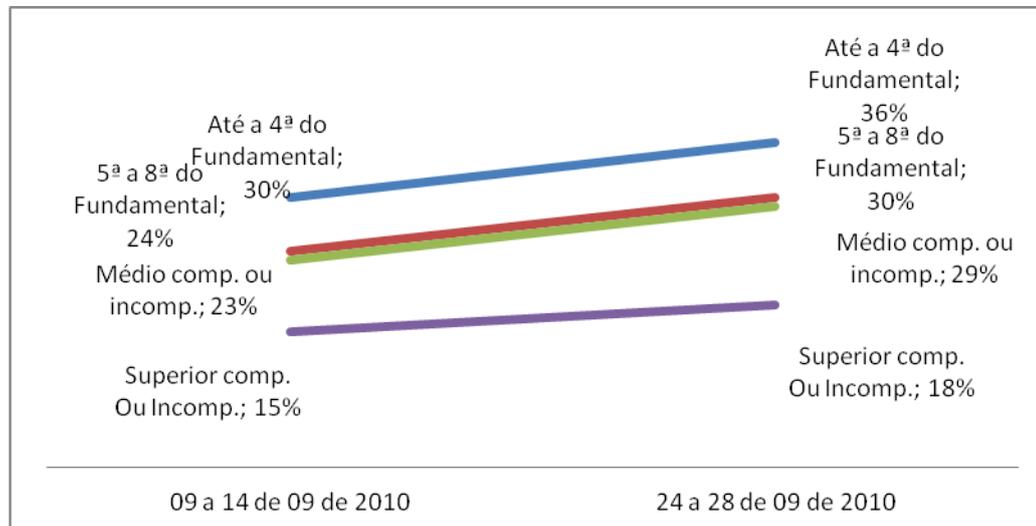
Gráfico 2 – VERITATE – primeiro voto estimulado para senador – Jader Barbalho – evolução da intenção de voto interna às faixas de renda.



Fonte: Veritate – elaboração própria

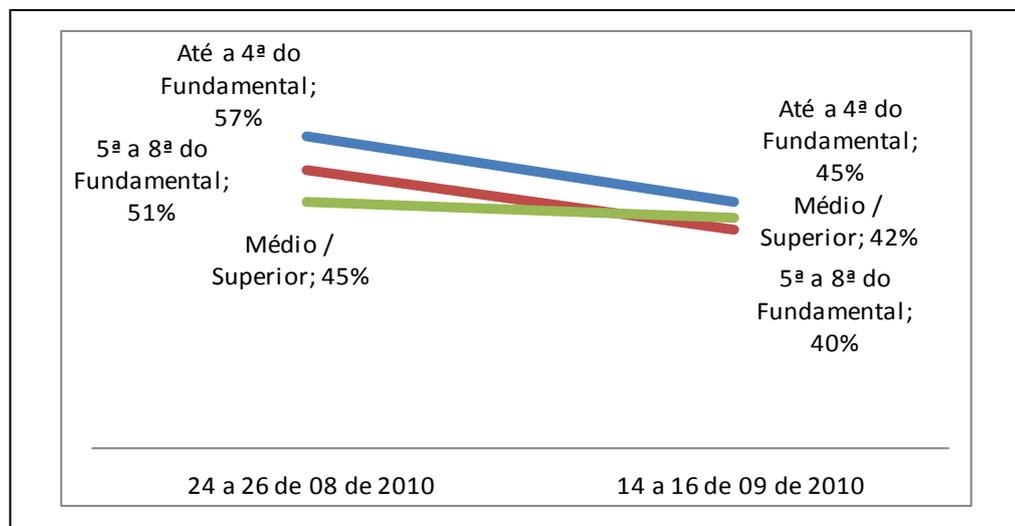
Escolaridade – Na variável escolaridade, o **Ibope** mostrou queda nas intenções de votos nas três faixas pesquisadas: até a 4ª do Fundamental (de 57% para 45%); de 5ª a 8ª do Fundamental (de 51% para 40%) e médio/superior (de 45% para 42%). Na pesquisa do **Veritate** houve elevação nas intenções de votos em todas as faixas. Médio completo ou incompleto (de 23% a 29%); até a 4ª do fundamental (de 30% para 36%); de 5ª a 8ª Fundamental (de 24% a 30%) e superior completo ou incompleto (de 15% para 29%).

Gráfico 3 – VERITATE – primeiro voto estimulado para senador – Jader Barbalho
evolução da intenção de voto interna aos níveis de escolaridade



Fonte: Veritate – elaboração própria

Gráfico 4 – IBOPE – estimulada (até duas opções) – Jader Barbalho –
variação da intenção de voto interna ao nível de escolaridade



Fonte: IBOPE – elaboração própria

Sexo – Nas pesquisas do **Ibope e Veritate**, na variável Sexo prevaleceram as intenções de voto no sexo masculino.

Faixa Etária – O **Ibope** revelou maior tendência de intenção de votos na faixa etária de 40 a 49 anos e o **Veritate** mostrou maior concentração na faixa de 25 e 44 anos.

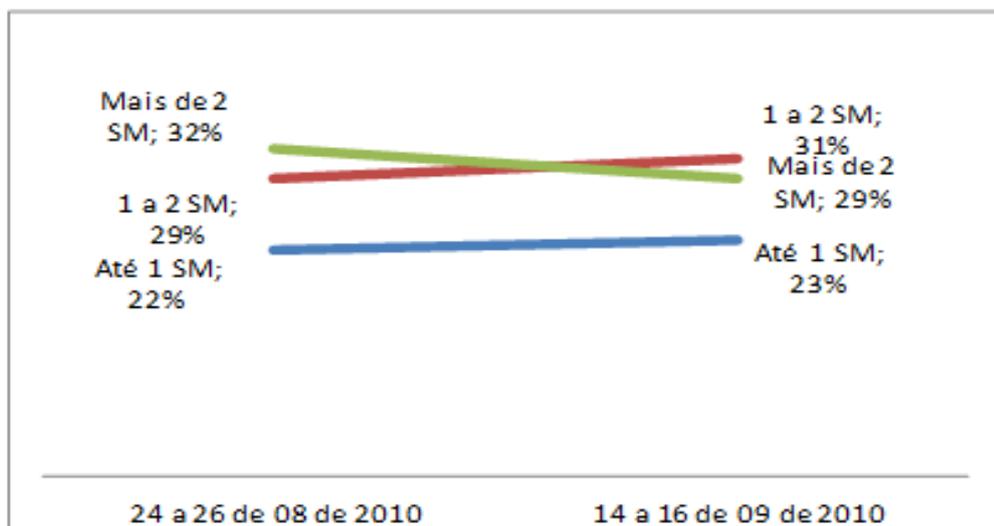
Região – O **Ibope** registrou queda de intenções de votos nas três regiões em que o candidato apresentava melhor performance. Na Metropolitana (de 35% para 32%); no Nordeste (de 28% para 25%); e no Sudeste (de 21% para 19%). O **Veritate** apresenta queda nas intenções de

voto na região Nordeste (de 63% para 49%) e Belém (de 46% para 38%). Metropolitana apresentou alta (de 39% para 42%).

3.2.2 Descrição dos resultados das pesquisas Ibope e Veritate/UFPA relativas ao candidato Paulo Rocha

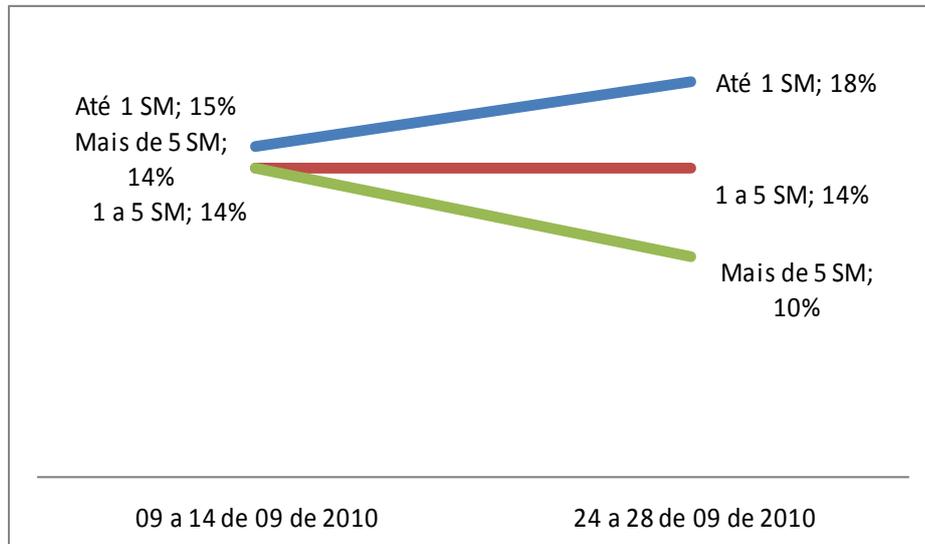
Renda – Pelo **Ibope**, a evolução das intenções de votos interna aos níveis de renda mostrou maior queda na faixa de mais de dois salários mínimos (de 32% a 29%), com elevação nas faixas de menor renda: até um salário mínimo (22% a 23%) e mais de um a dois salários mínimos (de 29% a 31%). O **Veritate** apontou maior queda na faixa de um a 05 salários mínimos (de 14% para 10%).

Gráfico 5 – IBOPE – estimulada (até duas opções) – Paulo Rocha – evolução da intenção de voto interna às faixas de renda



Fonte: IBOPE – elaboração própria

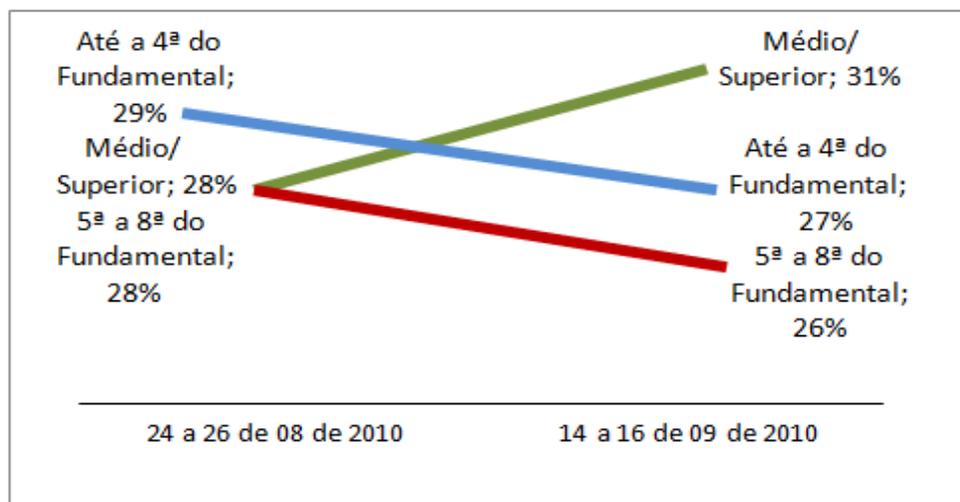
Gráfico 6 – VERITATE – primeiro voto estimulado para senador – Paulo Rocha evolução da intenção de voto interna às faixas de renda.



Fonte: Veritate – elaboração própria

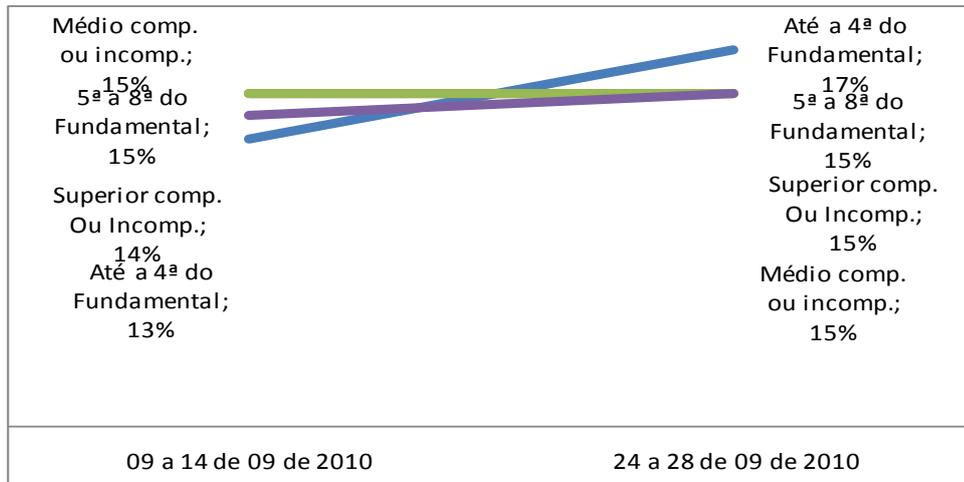
Escolaridade – Pelo **Ibope**, o candidato apresentou queda nas intenções de votos nas faixas de até a 4ª fundamental (de 29% para 27%) e 5ª a 8ª fundamental (de 28% para 26%). Na faixa médio/superior as intenções de voto subiram (de 28% para 31%). O **Veritate** mostrou maior concentração de intenções de votos na faixa até a 4ª Fundamental, onde o candidato apresentou alta de 13% para 17%.

Gráfico 7 – IBOPE – estimulada (até duas opções) – Paulo Rocha variação da intenção de voto interna ao nível de escolaridade.



Fonte: IBOPE – elaboração própria

Gráfico 8 – VERITATE – primeiro voto estimulado para senador – Paulo Rocha evolução da intenção de voto interna aos níveis de escolaridade



Fonte: Veritate – elaboração própria

Sexo - Na variável sexo, as pesquisas do **Ibope** mostraram predomínio de intenção de votos no sexo masculino. Já o **Veritate** registrou alteração no intervalo das duas pesquisas. Na primeira, o candidato aparece com intenções mais concentradas entre o sexo masculino (55%), e na segunda tem maior concentração no sexo feminino (57%).

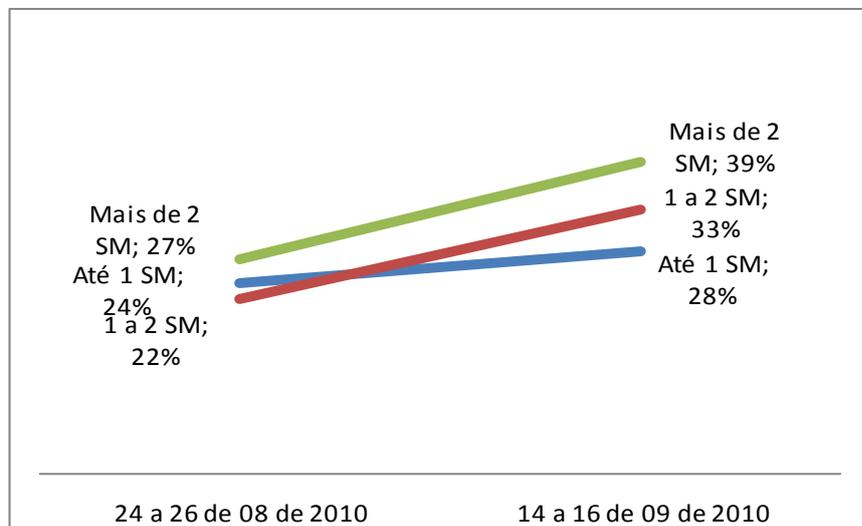
Faixa Etária – O **Ibope** registrou migração de intenções de votos entre as faixas etárias dos 40 a 49 anos para uma faixa etária mais jovem, de 16 a 24 anos. No **Veritate**, a faixa etária de maior concentração de intenção de votos foi de 25 a 44 anos.

Região – As pesquisas do **Ibope** apontaram queda sensível por região: No Nordeste (caiu de 37% para 14%), Belém (de 25% pra 12%) e Metropolitana (de 25% para 18%). O **Veritate** também apontou queda do candidato na maior parte das regiões. Na Metropolitana caiu de 34% para 32%; no Nordeste caiu de 25% para 19%; e no Sudeste houve alta de 24% para 30%.

3.2.3 Descrição dos resultados das pesquisas Ibope e Veritate/UFPA relativas ao candidato Fernando Flexa Ribeiro

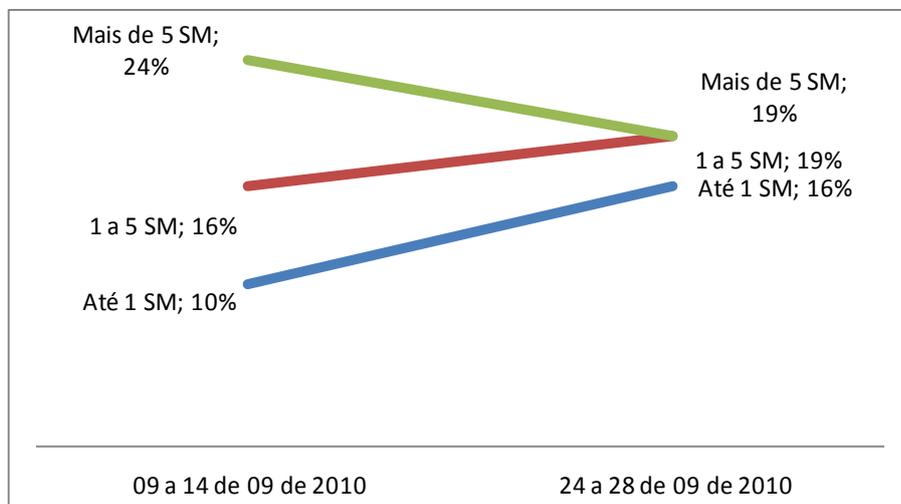
Renda – O Ibope apontou a maior alta nas intenções de votos do candidato na variável renda. Na faixa de mais de 2 salários mínimos subiu de 27% para 39%; na faixa de um a 2 salários mínimos foi de 22% para 33%; e na faixa até um salário mínimo foi de 24% para 28%. A alta também manteve-se nos registros das pesquisas do Veritate, nas faixas de um a 5 salários mínimos (de 16% a 19%); e até um salário mínimo (de 10% a 16%).

Gráfico 9 – IBOPE – estimulada (até duas opções) – Flexa Ribeiro – evolução da intenção de voto interna às faixas de renda.



Fonte: IBOPE- elaboração própria

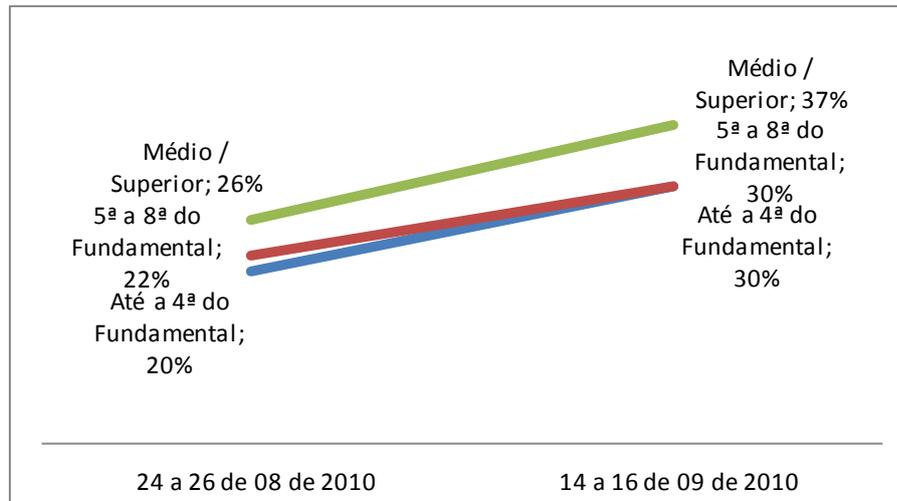
Gráfico 10– VERITATE – primeiro voto estimulado para senador – Flexa Ribeiro – evolução da intenção de voto interna às faixas de renda



Fonte: Veritate – elaboração própria

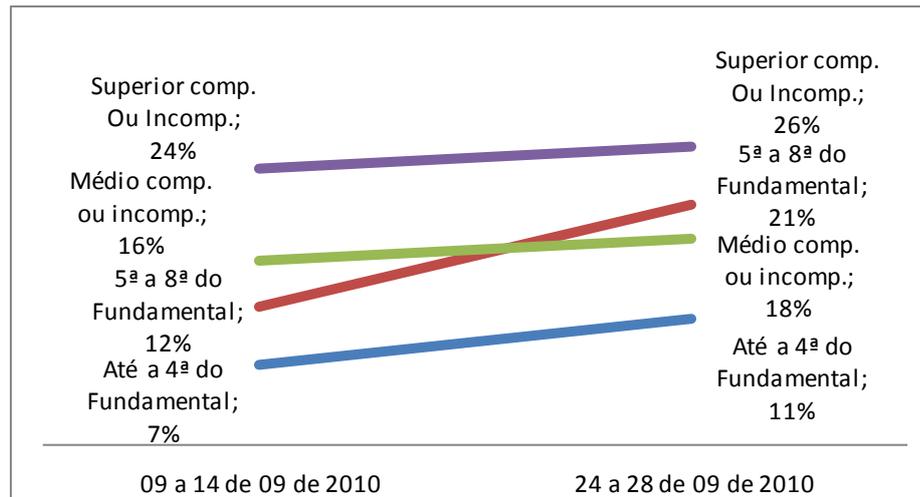
Escolaridade – O **Ibope** registrou alta em todas as faixas de escolaridade: médio/superior (de 26% a 37%); de 5ª a 8ª do fundamental (de 22% a 30%); e até a 4ª do fundamental (de 20% a 30%). O **Veritate** confirmou a tendência de alta: médio completo ou incompleto (subida de 16% a 18%); superior completo/incompleto (de 24% a 26%); de 5ª a 8ª Fundamental (de 12% a 21%) e até a 4ª do fundamental (de 7% a 11%).

Gráfico 11 – IBOPE – estimulada (até duas opções) – Flexa Ribeiro – variação da intenção de voto interna ao nível de escolaridade.



Fonte: IBOPE – elaboração própria

Gráfico 12 – VERITATE – primeiro voto estimulado para senador – Flexa Ribeiro – evolução da intenção de voto interna aos níveis de escolaridade.



Fonte: Veritate – elaboração própria

Sexo – O **Ibope** mostrou crescimento das intenções de voto do candidato tanto entre homens quanto entre mulheres. Na faixa masculino, as intenções passaram de 27% para 36% e no feminino, de 20% para 30%. O **Veritate** confirmou a tendência, com predomínio masculino de 56% na primeira pesquisa e 51% na segunda.

Faixa etária – Os votos do candidato concentram-se na primeira pesquisa na faixa etária dos 25 aos 44 anos (38%) e 16 a 24 (30%). Na segunda, mantém-se estável na faixa etária dos 25 aos 44 (38%) e caindo 1 ponto percentual na faixa de 16 a 24 anos (29%).

Região – O **Ibope** mostrou subidas nas intenções de voto do candidato nas regiões Nordeste (21% para 28%); e Metropolitana (de 26% para 28%). No **Veritate**, aparecia com intenções de votos concentradas na região Metropolitana e Nordeste.

3.3 ANÁLISE DAS PESQUISAS ELEITORAIS

As análises das pesquisas de intenção de voto do candidato Jader Barbalho apontam quedas de intenções nas duas pesquisas realizadas pelo Ibope e tendência de subida nas pesquisas realizadas pelo Veritate, já num período mais próximo das eleições.

Gráfico 13 – Pesquisa IBOPE

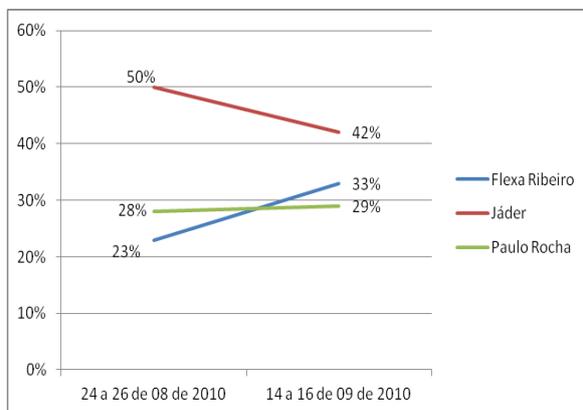
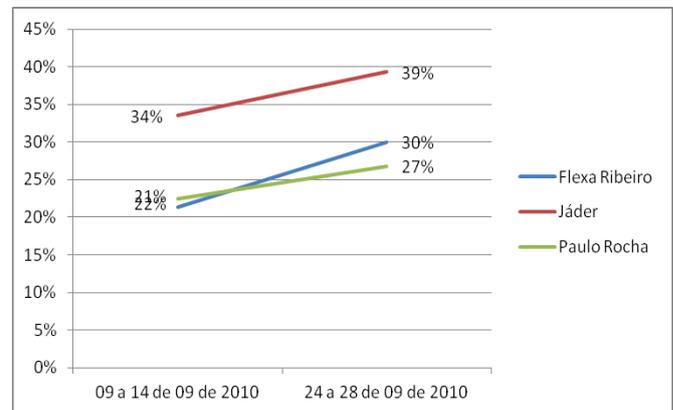


Gráfico 14 - VERITATE



Nas pesquisas do Ibope, nota-se um impacto grande na variável renda, nas faixas de até Um salário mínimo e de Um 1 a 2 salários mínimos, onde o candidato estava melhor posicionado, com quedas de onze e dez pontos percentuais, respectivamente. Na variável Escolaridade, a pesquisa também registra quedas em todos os segmentos. Até a 4ª do Fundamental, queda de 12 pontos percentuais; de 5ª a 8ª do Fundamental queda de 9 pontos percentuais; e Médio/superior, queda de 3 pontos.

Já nas pesquisas do Veritate, a candidatura de Jader Barbalho já dá sinais de reação confirmando nossa hipótese de que o debate e torno da Lei da Ficha Limpa no período pautou as oscilações de votos. Na variável Renda, faixa de até um salário mínimo, tem alta de 3 pontos percentuais; de um a 5 salários mínimos, alta de seis pontos, e na faixa de mais de 5 salários mínimos, a pesquisa registra uma elevação bastante acentuada, de 15 pontos percentuais. O candidato sai de 13% para 28% das intenções de voto. Na variável Escolaridade, apresenta alta em todas as faixas. Até a 4ª do Fundamental, alta de 6 pontos percentuais; de 5ª a 8ª do Fundamental, alta de 6 pontos percentuais; e Médio completo ou incompleto, alta de 7%.

Gráfico 1– Pesquisa IBOPE

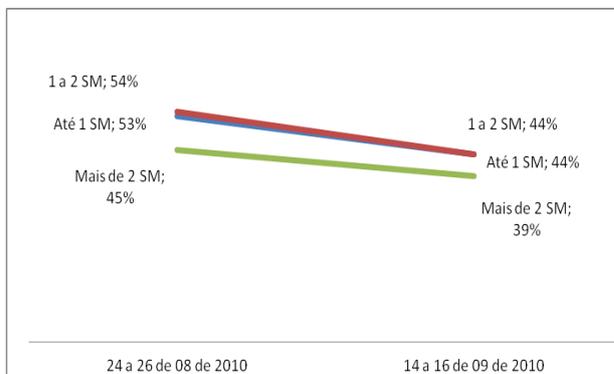


Gráfico 2-VERITATE

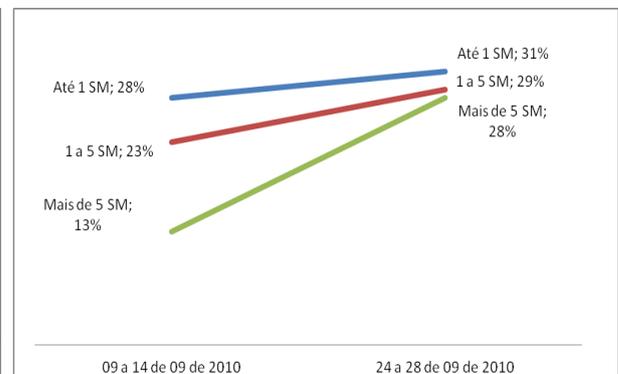


Gráfico 4– Pesquisa IBOPE

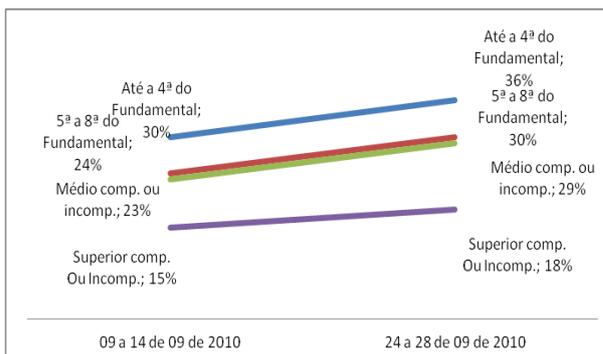
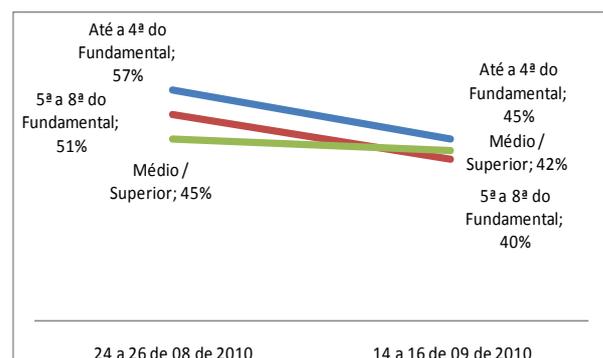


Gráfico 3- VERITATE



Na análise das pesquisas de intenção de voto para o candidato Paulo Rocha nota-se um impacto menor do debate da Lei da Ficha Limpa nas duas pesquisas, com quedas bem amenas. Na variável Renda, o Ibope registra queda de 3 pontos percentuais na faixa de Mais de 2 salários mínimos, onde predominava o voto do candidato; alta de dois pontos percentuais na faixa de Um a dois salários mínimos e alta de um ponto na faixa de Até um salário mínimo. Na variável Escolaridade, queda de dois pontos percentuais na faixa Até a 4ª do

Fundamental; alta de 3 pontos na faixa Médio/superior e queda de 2 pontos na faixa de 5ª a 8ª do Fundamental.

O Veritate também registra pouca oscilação nas intenções de votos do candidato. Na variável Renda, faixa de Até um salário mínimo, alta de 3 pontos percentuais; de Um a 5 salários mínimos, sem alteração; e queda de 4 na faixa de mais de 5 salários mínimos. Na variável Escolaridade registra impacto maior na faixa de Até a 4ª do Fundamental, com alta de 4 pontos percentuais. A faixa Superior completo e incompleto teve alta de um ponto percentual e as faixas Médio completo e incompleto e de 5ª a 8ª não apresentaram alteração.

Gráfico 5 – IBOPE

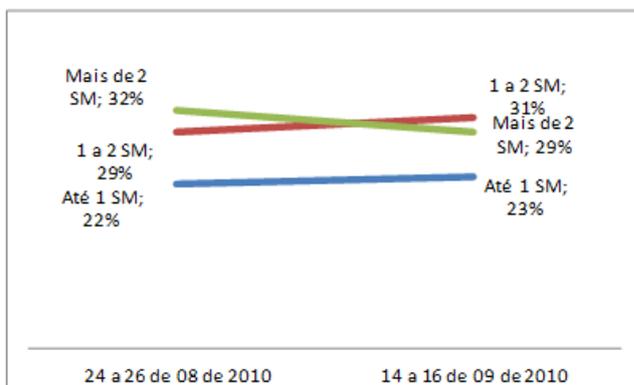


Gráfico 6 – VERITATE

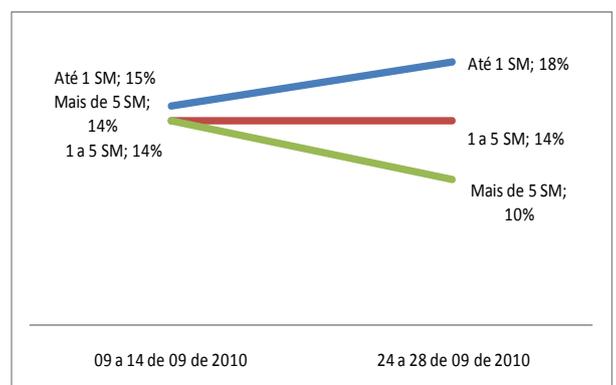


Gráfico 7 – IBOPE

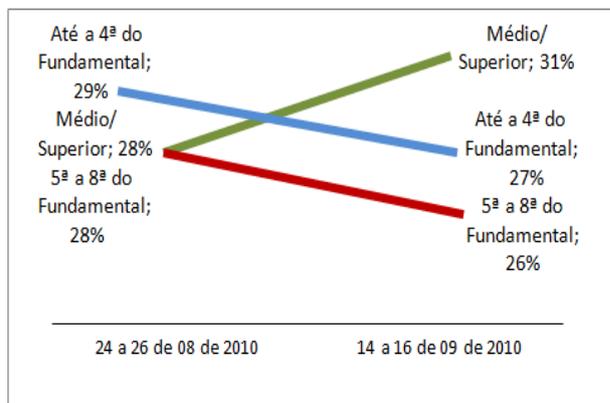
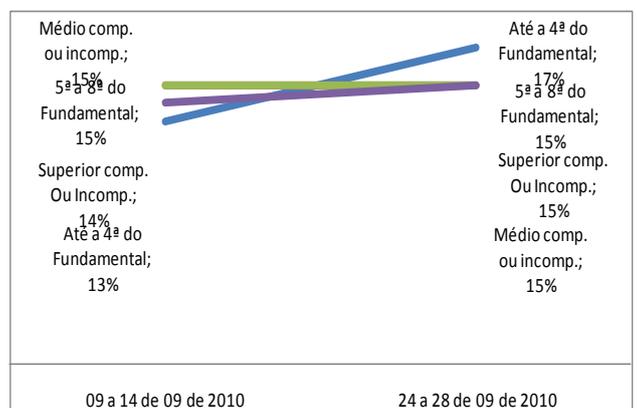


Gráfico 8 – VERITATE



A análise das pesquisas mostra que os impactos da introdução do debate sobre a lei da ficha limpa foram mais sentidos pela candidatura de Jader Barbalho do que de Paulo Rocha. Porém, ainda assim, aquele garantiu melhor colocação na disputa que o adversário, porque no início da campanha tinha maior densidade eleitoral que os adversários. Iniciou a disputa com índices de 54% da preferência do eleitor na faixa de Um a dois salários mínimos e com 53% da preferência entre os eleitores com renda de Até um salário mínimo. Embora as quedas tenham sido acentuadas, recuperou-se na segunda fase da campanha, mantendo a tradição de

líder carismático e quase imbativo no Estado do Pará. Em toda sua trajetória política, só perdeu uma única eleição no Estado, em 1998, contra o então governador Almir Gabriel, que venceu a disputa ao governo sendo reeleito governador do Estado.

Quanto a Paulo Rocha, começou a campanha com melhor aceitação na faixa de Mais de dois salários mínimos, mesmo segmento em que o candidato Fernando Flexa Ribeiro estava bem posicionado no início, com 27%. A diferença é que, com a campanha, Paulo Rocha caiu neste segmento, enquanto Flexa Ribeiro subiu 12 pontos. Os gráficos ascendentes da campanha de Fernando Flexa Ribeiro, em todas as pesquisas realizadas, corroboram a hipótese de que o debate em torno da aplicação da Lei da Ficha Limpa foi determinante para as variações nas intenções de votos dos eleitores. O debate foi maximizado pelos veículos de comunicação, como veremos no item a seguir.

Gráfico 9 – IBOPE - Flexa Ribeiro

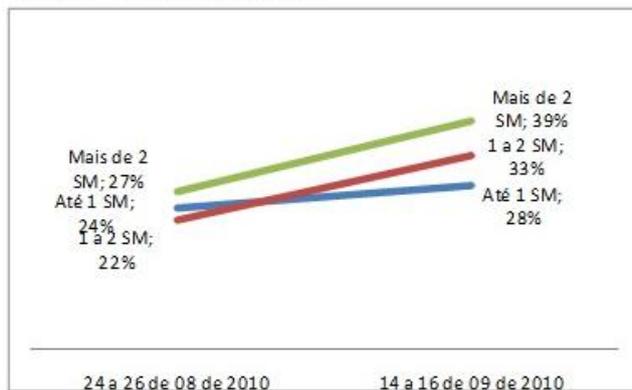


Gráfico 10 – VERITATE - Flexa Ribeiro

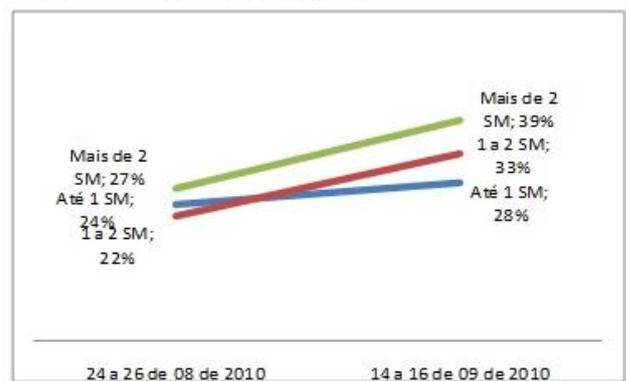


Gráfico 11 – IBOPE – Flexa Ribeiro

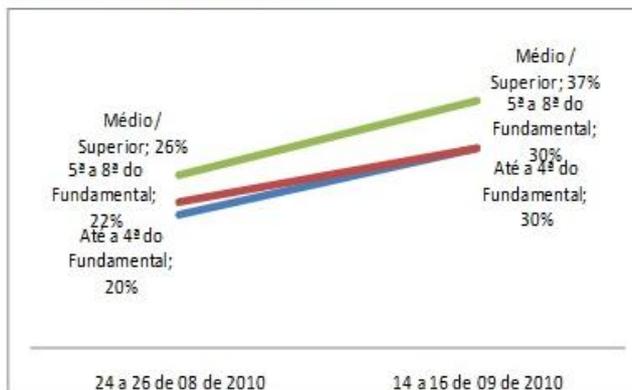
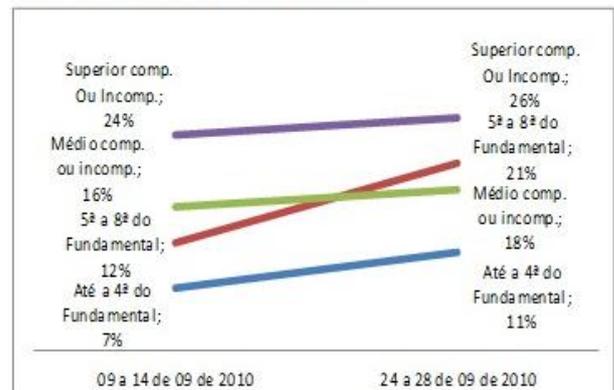


Gráfico 12 -VERITATE - Flexa Ribeiro



3.4 A MÍDIA E A LEI DA FICHA LIMPA

A partir da disseminação do debate sobre a Lei da Ficha Limpa por meio dos veículos de comunicação nas eleições de 2010 no Pará verificou-se que os dois candidatos melhor posicionados ao Senado pelo Pará – Jader Barbalho e Paulo Rocha - sofreram abalos em suas candidaturas ao longo do período, enquanto um terceiro candidato que aparecia bem atrás nas pesquisas, Fernando Flexa Ribeiro, não enquadrado na lei, acabou ocupando uma boa colocação nas intenções de voto. Flexa saltou da 4ª colocação, de acordo com as pesquisas analisadas, para o 1º lugar na disputa. O resultado da eleição confirmou as pesquisas e Flexa Ribeiro encerrou a campanha eleito senador com mais votos que Jader Barbalho.

Para reunir evidências sobre o impacto do debate público acerca de Lei da Ficha Limpa na decisão do eleitor e suas relações entre as notícias veiculadas no período em estudo e os resultados de pesquisas de intenção de voto, partimos da análise e recorte das notícias sobre o tema veiculadas nos dois jornais impressos de maior tiragem do Estado - Diário do Pará e O Liberal - e pesquisas de intenção de voto realizadas pelos institutos Ibope e Veritate/UFPA¹¹. Foram centenas de matérias publicadas nos dois jornais de maio a outubro de 2010. Mas nossa análise se concentra no material divulgado no período mais próximo ao pleito, nos meses de agosto e setembro.

Notou-se ao longo da análise das pesquisas de intenção de votos que os impactos da Lei da Ficha Limpa no processo eleitoral não obedeceram a níveis uniformes, mas foram diferenciados, e acabaram resultando na eleição de Jader Barbalho, apesar da força do debate que se travou no período. Para tentar identificar essas diferenças no impacto do fenômeno da Lei da Ficha Limpa sobre as eleições dos candidatos impugnados, fizemos estudos paralelos dos segmentos de voto dos dois candidatos atingidos pela lei.

Toda a polêmica envolvendo a Lei da Ficha Limpa, desde maio de 2010, quando foi aprovada, até março de 2011, quando o STF decidiu que ela não poderia valer para as eleições de 2010, foi posta a público por meio dos veículos de comunicação. Novos recursos de comunicação foram utilizados pelo Supremo Tribunal Federal, como a transmissão ao vivo pela TV Justiça dos julgamentos, com os argumentos dos ministros do STF, prós e contra a aplicação da lei no processo eleitoral de 2010, sendo levados a milhões de pontos de recepção em todo o País.

¹¹Veritate/Ufpa: O Veritate Pesquisa de Opinião e Mercado realizou pesquisas de intenção de voto nas eleições de 2010, em conjunto com o PPGCP/UFPA. O Ibope realizou pesquisas de intenção de voto a serviço da TV Liberal.

No caso específico do Pará, a participação dos veículos de comunicação para a decisão do voto foi materializada na mídia impressa. Os dois principais grupos de comunicação do Estado – Rede Brasil Amazônia de Comunicação (RBA) e Organizações Romulo Maiorana (ORM) participaram da disputa em lados opostos. De propriedade do candidato Jader Barbalho, o grupo RBA canalizava informações favoráveis aos candidatos que tiveram registros impugnados, casos de Jader Barbalho e Paulo Rocha. Do outro lado da arena política, o grupo ORM tornou-se o principal duto transmissor de notícias a favor da impugnação dos candidatos enquadrados na lei e um importante aliado dos que defendiam a aplicação da ficha limpa já no pleito de 2010. Esse cenário transformou os veículos de comunicação em verdadeiras arenas de difusão de escolhas políticas. Os veículos de comunicação se tornaram o local da escolha, cabendo ao eleitor o esforço para, a partir das informações obtidas dos dois lados, optar pelas melhores propostas ofertadas.

Para se entender o comportamento eleitoral nas democracias contemporâneas, Manin (2002) ressaltou que é fundamental se considerar a força dos veículos de comunicação. Para ele, hoje vivenciamos uma “democracia do público”, uma fase que se diferencia de fases anteriores da democracia representativa clássica – a democracia parlamentar e a democracia de partido - onde a mídia e as pesquisas de opinião passaram a ocupar o lugar do parlamento e dos partidos políticos na formação da opinião pública. Desta forma, o cenário da aplicação da Lei da Ficha Limpa nas eleições de 2010 no Pará, não pode ser estudado sem que analisemos a forte participação da mídia na influência do eleitor, permitindo o acesso deste a notícias e opiniões opostas, que contribuíram para a construção de uma rede própria de informações necessárias à sua decisão.

Fenômenos como os que se deram no processo eleitoral em estudo se encaixam na teoria do “eleitor flutuante”, que surge a partir do formato de debate que não mais se utiliza do parlamento ou dos partidos políticos, mas sim dos meios de comunicação que colocam os candidatos em sintonia direta com os eleitores através dos veículos de comunicação, como vimos nas eleições de 2010. “Os canais de comunicação política afetam a natureza da relação de representação: os candidatos se comunicam diretamente com seus eleitores através do rádio e da televisão, dispensando a mediação de uma rede de relações partidárias”. (MANIN,2002).

Outro autor que reforçou a importância dos meios de comunicação nos fenômenos políticos foi John B. Thompson, ao discorrer sobre a importância dos novos meios de comunicação a partir de meados do século XV em diante. Thompson (2008) conceitua três tipos de interação: a interação face a face, aquela que acontece “num contexto de co-

presença”, ou seja, situação em que os participantes estão “imediatamente presentes e partilham um mesmo sistema referencial de espaço e de tempo”; a interação mediada, que implica o uso de um meio técnico, tais como cartas, conversas telefônicas, que permitem a transmissão de informação e conteúdo simbólico para indivíduos situados remotamente no espaço, no tempo ou em ambos; e a “quase-interação mediada”, ou seja, as relações sociais estabelecidas pelos meios de comunicação de massa, tais como livros, jornais, rádio e televisão.

Ao contrário da interação face a face, que se caracteriza pelo caráter dialógico, ou seja, pela ida e volta no fluxo da informação, a quase-interação mediada é monológica, ou seja, o fluxo da comunicação é predominantemente de sentido único. “O leitor de um livro, por exemplo, é principalmente, o receptor de uma forma simbólica cujo remetente não exige (e geralmente não recebe) uma resposta direta e imediata”. O autor classifica a quase-interação mediada como um tipo de “quase-interação” pelo seu caráter monológico e porque implica a “produção de formas simbólicas para um número indefinido de receptores potenciais”.

Nas eleições de 2010 no Pará vimos a presença forte de veículos de comunicação produzindo opiniões e influenciando o comportamento político de indivíduos. O poder de alcance dessas interações é imensurável, dado o longo período em que o debate acerca da Lei da Ficha Limpa figurou na pauta e agenda da mídia paraense. Pertencentes a famílias tradicionalmente rivais em disputas políticas no Estado, os jornais O Liberal, das Organizações Romulo Maiorana e o Diário do Pará, polarizaram o debate midiático em torno do tema.

Ao analisar o impacto da mídia paraense, notadamente os jornais O Liberal e Diário do Pará, no resultado das eleições majoritárias de 2010 no Estado, Catete (2012) constata uma forte relação entre a ação da mídia e a formação da opinião pública:

Foi possível notar, por exemplo, os interesses particulares dos dois veículos nas manchetes principais de algumas de suas edições, especialmente no que se refere à divulgação da aprovação da Lei da Ficha Limpa e suas consequências – o possível indeferimento das candidaturas de Jader Barbalho e Paulo Rocha ao Senado, por terem renunciado aos seus respectivos mandatos, evitando a cassação em função de denúncias de corrupção (CATETE, 2012).

Sobre a finalidade dos jornais, Catete (2012) observa que “são produtos de empresas, que possuem interesses gerenciais e pessoais dos proprietários, inclusive interesses políticos”. E acrescenta que, mesmo sendo o papel da mídia expor informações e as várias versões do fato, “em alguns casos, há um ajuste entre ‘o ‘fato’ e a versão, o ‘real’ e o imaginário, o ‘acontecimento’ e a ficção, em prejuízo de algo e/ou alguém (indivíduo ou coletivo), uma desordem danosa à sociedade democrática”. (FONSECA, 2004, p. 15, *Apud* Catete, 2012).

Em sua conclusão, Catete afirma que, “também no Pará, a mídia é um ator que se utiliza das notícias para influenciar o voto do eleitorado, visando atingir seus interesses empresariais e políticos”. Especificamente em relação à Lei da Ficha Limpa, corrobora nossa hipótese de que os dois veículos tiveram posicionamentos distintos, com visões positivas e negativas, visando atingir o eleitor.

Para avaliar o tamanho do impacto do debate, via veículos de comunicação, optamos por analisar as matérias publicadas nesses dois veículos, partindo do princípio de que no Pará a mídia local – rádio e TV – é fortemente pautada pela mídia impressa. Como já assinalamos nas análises das pesquisas de intenção de voto, os Institutos Ibope e Veritate/UFPA fizeram pesquisas em momentos diferentes da campanha eleitoral. O Ibope realizou pesquisas no período de 24 a 26/08 e 14 a 16/09/10. O Veritate/UFPA fez pesquisas no período de 9 a 14 e 24 a 28 de setembro.

Acreditamos que o material jornalístico publicado nestes períodos, onde a mídia funcionou como caixa de ressonância do debate nacional e local, foi fator importante nas flutuações de opinião registradas pelas pesquisas. A Lei da Ficha Limpa surge neste cenário como um “apelo momentâneo de campanha” tal como descrito pelos teóricos da Teoria Sociológica do voto. A análise qualitativa das matérias publicadas obedece a critérios subjetivos fundados em técnicas da Comunicação. No caso deste trabalho, foram classificadas como matérias negativas as que utilizaram expressões como “ficha suja”, “sem recurso”, “lei se aplica a essas eleições” e expressões similares com o mesmo sentido.

No período analisado – de 01 de agosto a 30 de setembro - foram publicadas no jornal O Liberal 58 matérias, sendo 55 negativas para os candidatos impugnados e 3 positivas. No Diário do Pará, foram publicadas 26 matérias, sendo 09 negativas, 16 positivas e uma neutra.

Quadro 2: Análise quantitativa das matérias publicadas

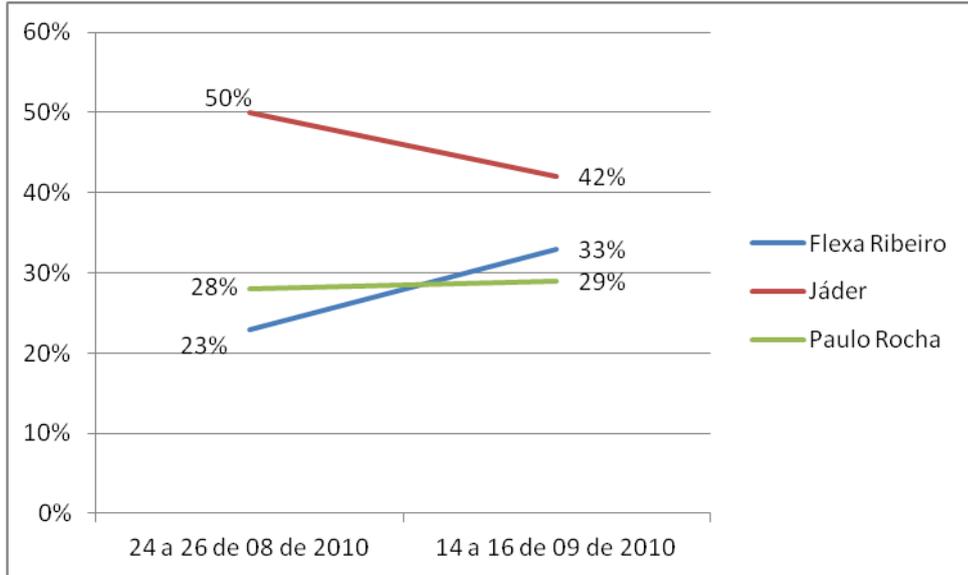
Veículo	Negativas	Positivas	Neutras	Total
O Liberal	55	3	0	58
Diário do Pará	09	16	1	26

Fonte: Jornais O Liberal/Diário do Pará

Pela análise das pesquisas, verificou-se que o maior impacto da Lei da Ficha Limpa nas intenções de voto deu-se no intervalo em que foram realizadas as duas pesquisas do Ibope (de 24 a 26/08 e 14 a 16/09/10), período em que a candidatura de Jader Barbalho registrou queda de 8 pontos percentuais, saindo de 50% para 42% das intenções de votos, e as intenções de voto em Paulo Rocha subiram somente um ponto percentual, passando de 28% para 29%,

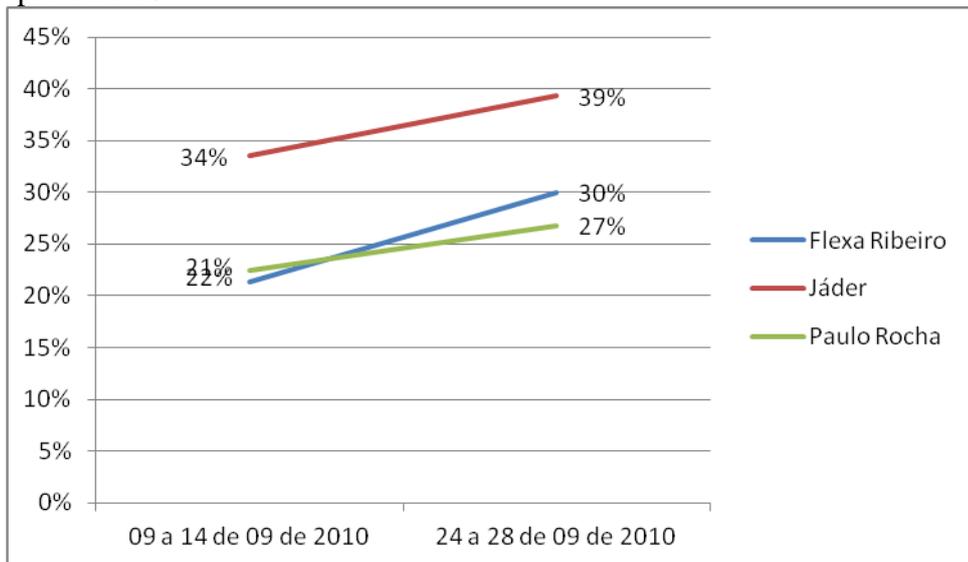
enquanto o candidato apontado em terceiro lugar, até então, pelas pesquisas, Fernando Flexa Ribeiro, disparou de 23% para 33%, uma alta de 10 pontos percentuais. Somente nesse período, O Liberal publicou 19 matérias negativas sobre o tema.

Gráfico 13 – IBOPE – estimulada (até duas opções) – Variação da intenção de voto para Senador dos três candidatos com maiores percentuais.



Fonte: IBOPE – elaboração própria

Gráfico 14 – VERITATE – primeiro e segundo votos estimulados para Senador Variação da intenção de voto para Senador dos três candidatos com maiores percentuais.



Fonte: Veritate – elaboração própria

O período da pesquisa do Ibope coincide com a fase do julgamento de recursos do Ministério Público Eleitoral ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para barrar o registro da candidatura de Jader Barbalho concedido pelo TRE do Pará. No dia 30 de agosto o TSE julgou o caso do ex-governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz; no dia 1º de setembro foi julgado o recurso do MPE contra Jader Barbalho; e no dia 13 de setembro, foi julgado o recurso contra Paulo Rocha. Todos foram condenados pelo TSE. Nesse período, o jornal O Liberal pautou o assunto diariamente com matérias negativas, como as relacionadas a seguir (anexos, O Liberal, p.98): dia 26 de agosto: “TSE barra o primeiro com base na lei da ficha limpa”; dia 28 de agosto: “Minha análise sobre a lei da ficha limpa” (análise negativa do ex-deputado federal Jorge Arbage); dia 1º de setembro: “TSE derruba ficha suja Roriz”.

No dia 02 de setembro, após o resultado da decisão do TSE, que cassou o registro de candidatura de Jader Barbalho, as manchetes de O Liberal seguiram a linha crítica: “Candidatura cassada: TSE corrige a decisão do Tribunal Regional do Pará”; “Lei prevê inelegibilidade por oito anos”; “TSE tira Jader da eleição”; e “Iguais e desiguais” (editorial de O Liberal do dia 2.09.10).

Na mesma linha crítica, O Liberal estampou matérias nos dias que se seguiram: entre elas, dia 3/09: “Paulo Rocha. Vou perder no TSE. Mas ganho no STF”; dia 5/09: “Em sintonia com a lei”; e “Pendurados na mira dos concorrentes”; 6/09: “TRE homologa resultado no Pará em até 2 semanas”; 7/09: “Batalha decisiva colocará STF à prova”; e 8/09: “Versiane cassa registro de Janete Capiberibe no Amapá”.

O passo seguinte seria a apreciação do recurso de Jader Barbalho pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Acompanhando a conjuntura política, O Liberal manteve-se na linha editorial pela cassação da candidatura de Jader Barbalho pelo Supremo. Nesse período, até o dia 16/09, O Liberal divulgou quatro matérias negativas: no dia 10/09, “STF quer julgar Ficha Limpa antes da eleição” e “O STF no bom caminho”; 14/09: “TSE barra candidatura de Paulo Rocha ao Senado”; e 15/09: “O exemplo edificante do TSE”; 19/09: “O Dia D dos ‘fichas sujas’ no Supremo”; 25/09: “Juristas garantem que lei é constitucional”; 27/09: “Aumenta expectativa de renúncia”; 30/09: “Ficha suja, Jader está inelegível”

Já o Diário do Pará publicou em reação à linha editorial de ataque do concorrente, entre outras matérias: (anexos, Diário do Pará, p. 96): no dia 02/09: “Jader mantém candidatura ao Senado”; 12/09: “O jogo sujo da Ficha Limpa”; 15/09: “Perfil senadores/Jader Barbalho: Tenho orgulho de minha carreira política”; 22/09: “Perfil

senadores/Paulo Rocha: Temos que brigar por mais infraestrutura”; 27/09: “Jader e Rocha reafirmam candidaturas ao Senado”; e 30/09: “Jader e Rocha continuam candidatos ao Senado”.

Os resultados das pesquisas do Ibope no Pará, especialmente quando se referem à categoria “indecisos” denotam insegurança eleitoral, mostrando uma alta de 9 pontos percentuais nessa categoria no intervalo entre as duas pesquisas. Na segunda pesquisa 42% dos eleitores ainda estavam indecisos quanto à escolha do seu candidato ao Senado, o que sugere forte impacto das notícias envolvendo a lei da ficha limpa.

As flutuações evidenciadas pelas pesquisas apontam para a influência de um fator exógeno ao processo eleitoral, ou um “apelo momentâneo de campanha”, como já enfatizado, e que nosso estudo identifica como possível agente causador de mudanças temporárias na direção do voto, ainda que de forma indireta, pela ação dos formadores de opinião e limitada, esbarrando nas predisposições já existentes no eleitorado estudado.

3.5 VOTO E INDICADORES SOCIAIS

Ao analisarmos os impactos da Lei da Ficha Limpa nas eleições de 2010 para o Senado, no Pará, focando nos dois candidatos impugnados com base na lei, Jader Barbalho e Paulo Rocha - verificamos impactos diferenciados por candidato e por níveis de estratificação do eleitorado, a partir da observação de tendências de intenção de votos reveladas nas pesquisas de opinião realizadas pelos Institutos Ibope e Veritate/UFGPA.

A partir daí recortamos as variáveis Renda e Escolaridade, com o objetivo de verificar o perfil do eleitor dos três candidatos mais votados ao Senado, em 2010, na busca de explicações para os impactos diferenciados da Lei da Ficha Limpa no desempenho dos três candidatos.

Assim, passamos a fazer relações entre os resultados eleitorais obtidos pelos candidatos com indicadores de Escolaridade verificando índices de analfabetismo e de níveis de pobreza e riqueza nas seis mesorregiões paraenses.

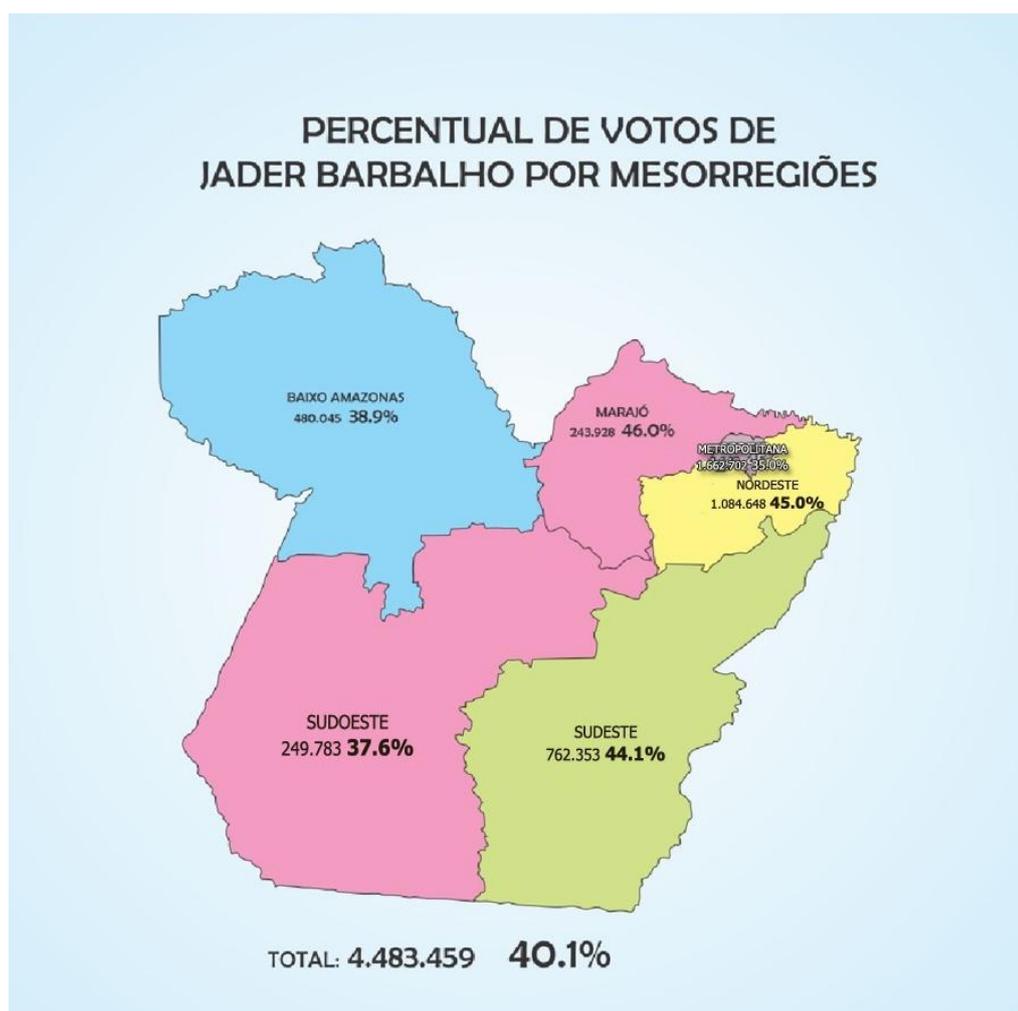
A análise dos dados revelou que o maior contingente de votos do candidato Jader Barbalho, político eleito mesmo impugnado pela ficha limpa, concentrou-se em municípios de **maiores índices de analfabetismo** e de **menor PIB**. A fim de localizarmos geograficamente os votos de Jader Barbalho no Estado, criamos dois mapas distintos. Um, com a distribuição da totalidade de votos do político pelas diferentes mesorregiões do Estado e outro mostrando o índice de concentração de votos do candidato por região.



MAPA 1: Distribuição dos votos de Jader Barbalho por Mesorregiões
Fonte – Criação própria

A análise da distribuição de votos do senador por mesorregião identifica uma tendência de concentração de votos nas regiões Metropolitana (32,3%) e Nordeste do Pará (27,1%). Na leitura da distribuição total dos votos entre região metropolitana e outras regiões do interior do Estado, verifica-se que 32,3% dos votos do senador concentram-se na região Metropolitana de Belém enquanto os demais 67,7% estão no interior.

CONCENTRAÇÃO DOS VOTOS DE JADER POR MESORREGIÕES.



Mapa 2: Percentual de votos de Jader Barbalho por Mesorregiões

Fonte - Criação própria

O mapa da concentração de votos do senador Jader Barbalho em relação ao total de votos válidos de cada região é importante para visualizarmos quais regiões do Pará concentram maior preferência ao candidato. Verifica-se que a mesorregião do **Marajó** é a que apresenta o maior índice de concentração de votos desse político.

Assim, do total de 243.928 votos do Marajó, Jader Barbalho foi votado por 46% dos eleitores. A segunda região com maior concentração de votos de Jader foi a região Nordeste do Pará, onde ele recebeu 45% do total de 1.084.000 votos válidos. Na região sudeste 44,1% dos eleitores também votou em Jader. No Baixo Amazonas, o percentual de votos direcionados a Jader Barbalho foi de 38,9%. Dos votos da região Sudoeste, 37,6% foram

dirigidos a Jader Barbalho. Dos votos da região Metropolitana, 35% foram dirigidos ao senador, ficando assim, nesta região o menor percentual de votação do político.

A partir da análise dos dois quadros, conclui-se que o voto do político Jader Barbalho encontra-se **mais concentrado no interior** do que na capital paraense. O próximo passo será a análise do comportamento do voto de Jader Barbalho em relação às variáveis Renda e Escolaridade nos municípios paraenses.

O banco de dados utilizado, elaborado pelo pesquisador Dornélio Silva, na taxa de analfabetismo, toma como média do Estado a taxa calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para pessoas de 15 anos ou mais de idade, que é de **11%**. Dos 143 municípios (ainda não incluso o município de Mojuí dos Campos), a análise resultou em 66 municípios com índice de analfabetismo abaixo da média do Estado; 68 acima da média e 09 na média do Estado.

Desse quadro, constatamos que nos 68 municípios com taxa de analfabetismo acima da média paraense, Jader Barbalho obteve 45,5% dos votos válidos (apêndice D, p. 85). Já nos 66 municípios com índice de analfabetismo abaixo da média paraense, ou seja, com melhores indicadores nessa área da educação, Jader Barbalho obteve 38,2% dos votos válidos (apêndice F, p.88). Nos municípios que estavam na média paraense do analfabetismo (apêndice E, p. 87), Jader Barbalho obteve 42,5% dos votos válidos (tabela 3).

Tabela 3 - Distribuição votos Jäder/Escolaridade/Índice de Analfabetismo

	MUNICÍPIOS	VOTOS JADER	VOTOS VÁLIDOS	PERCENTUAL VV
ABAIXO DA MÉDIA	66	1244663	3256034	38,2
ACIMA DA MÉDIA	68	497223	1091676	45,5
NA MÉDIA	9	50730	119307	42,5
TOTAL	143	1792616	4467017	40,1

Fonte – TSE/IBGE

Já na variável Renda, analisamos os Estados de acordo com o PIB divulgado pelo IBGE. Para definir Estados de renda média, alta e baixa, tomamos como parâmetro a classificação elaborada pelo pesquisador Dornélio Silva ao estudar a incidência de continuísmo ou alternância de poder nos municípios paraenses. No trabalho, são classificados como municípios de baixa renda aqueles que têm PIB até R\$ 100.000; renda

média, os que apresentam PIB na faixa que vai de R\$ 101.000 até R\$ 999.000; e os de renda alta, os municípios com PIB acima de R\$ 1.000.000.

Na distribuição dos votos de Jader Barbalho de acordo com a variável renda, (tabela 4) verificou-se que nos municípios de baixa renda, o senador Jader Barbalho obteve 45,6% dos votos válidos; nos municípios de renda média, ficou com 43,9% dos votos válidos; e nos municípios considerados ricos, ficou com 35% dos votos válidos. Noutra leitura dos quadros da variável Renda, verificou-se que nos onze municípios de renda mais alta do Estado, o candidato conquistou 35% dos votos válidos.

Tabela 4 - Distribuição votos de Jader/PIB Municípios

	VOTOS	VOTOS VÁLIDOS	PERCENTUAL VV
RENDA BAIXA	264298	579838	45,6
RENDA MÉDIA	825798	1879078	43,9
RENDA ALTA	702520	2008101	35,0
TOTAL	1792616	4467017	40,1

Fonte – TSE/IBGE

Os municípios de mais baixa renda, 60, correspondem a 42,0% do total. Os de renda média (72) representam 50,3% do total de municípios e os de renda mais alta, os 11 mais ricos, correspondem a 7,7% do total de municípios paraenses.

Tabela 5 - Classificação dos municípios por faixa de renda

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS	%
RENDA BAIXA	60	42,0
RENDA MÉDIA	72	50,3
RENDA ALTA	11	7,7
TOTAL	143	100

Fonte – TSE/IBGE

Assim, no estudo da geografia do voto do senador Jader Barbalho, pode-se inferir que a preferência do eleitor pelo candidato concentra-se com mais intensidade nos municípios com **elevados índices de analfabetismo e nos de mais baixa renda do Estado.**

Como os índices de maior concentração de votos do senador encontram-se na região do Marajó, destacamos nesta região os maiores índices com concentração de votos a partir de 40%. Nesta classificação estão 13 municípios (tabela 06), entre eles o município de

menor IDHM do Brasil, Melgaço, que tem IDHM de 0,20. O município com maior percentual de concentração dos votos do senador é Santa Cruz do Arari, com 64,8% dos votos válidos.

Tabela 6 - Maiores percentuais de concentração de votos de Jader Barbalho, no Marajó:

Municípios	Índ. Analfab.	PIB	V.v.Jader
Sta. C. do Arari	9%	28.761	64,8%
Chaves	16%	77.711	62,8%
S.Seb. B. Vista	9%	71.317	61,3%
Currálinho	12%	64.876	60,8%
Gurupá	15%	93.239	52,8%
Soure	7%	93.035	50,6%
C. do Arari	9%	70.871	48,8%
Portel	16%	189.751	47,5%
Muaná	9%	88.487	47,1%
Melgaço	18%	71.610	44,0%
Salvaterra	5%	81.200	42,7%
Bagre	9%	56.429	42,6%
Breves	15%	335.027	42,0%

Distribuição de votos de Paulo Rocha



Mapa – 3: Concentração dos votos de Paulo Rocha por mesorregiões.

Fonte – Assessoria de Paulo Rocha

Na análise da geografia dos votos do candidato Paulo Rocha, verificou-se que a sua maior densidade de votação concentrou-se na região Sudeste, onde obteve 52,2% dos votos.

No Marajó, obteve 46,4 dos votos; no Nordeste, 44,1%; No Sudoeste, 37,8%; no Baixo-Amazonas, 32%. A região Metropolitana foi a que atestou o menor percentual de votos do candidato: 29,7%.

Tabela 7 – Distribuição votos de Paulo Rocha PIB Municípios

RENDAS	VOTOS	VOTOS VÁLIDOS	PERCENTUAL VV
RENDA BAIXA	259885	579838	44,8
RENDA MÉDIA	818167	1879078	43,5
RENDA ALTA	651894	2008101	32,5
TOTAL	1729946	4467017	38,7

Fonte–TSE/IBGE

Na análise do cruzamento dos dados do candidato pelo índice de riqueza (tabela 07) elaborada no nosso banco de dados, Paulo Rocha aparece com maior percentual (44,8%) entre os municípios de renda baixa (apêndice K, p.98), seguido dos municípios de renda média (43,5%) (apêndice L, 100) e os de renda alta (32,5%) (apêndice J, p.97).

Tabela 8 – Média de analfabetismo do Pará: 11%

DISTRIBUIÇÃO VOTOS DE PAULO ROCHA - ÍNDICE DE ANALFABETISMO				
	MUNICÍPIOS	VOTOS PAULO	VOTOS VÁLIDOS	PERCENTUAL VV
ABAIXO DA MÉDIA	66	1192201	3256034	36,6
ACIMA DA MÉDIA	68	489677	1091676	45,5
NA MÉDIA	9	48068	119307	40,3
TOTAL	143	1729946	4467017	38,7

Fonte –TSE/IBGE

No cruzamento de dados por escolaridade (tabela 08), Paulo Rocha aparece com maior percentual de votação nos municípios que estão acima da média do índice de analfabetismo dos municípios paraenses (apêndice H, p.93). Nos 68 municípios com índice acima da média de analfabetismo, Paulo Rocha teve 45,5% dos votos válidos; nos 9

municípios que estão na média do analfabetismo (apêndice I, p.96), teve 40,3% dos votos válidos e nos 66 municípios com percentual abaixo da média do analfabetismo (apêndice G, p.90), teve 36,6%.

Na análise comparada com o candidato Jader Barbalho, verifica-se que os dois candidatos impugnados pela Lei da Ficha Limpa mantiveram-se com maior votação nas mesmas faixas de renda e de escolaridade, ou seja, nos municípios de índices de analfabetismo acima da média do Estado, que é de 11%, e nos municípios de renda mais baixa.

Nossa análise concentra-se no candidato Jader Barbalho por ter superado os impactos da lei da ficha limpa e a campanha midiática em favor da aplicação da lei já em 2010. Observando os mapas de votação de Jader Barbalho em relação aos indicadores de renda e escolaridade, podemos inferir que quanto maior a renda do município, menor o quantitativo de votos de Jader Barbalho. Quanto maior o índice de analfabetismo, maior o quantitativo de votos do candidato no município. Tal resultado aponta para um elevado poder de personalismo de Jader Barbalho, nos levando à conclusão de que, apesar dos impactos registrados ao longo do processo eleitoral, com intensidades diferenciadas entre os dois candidatos impugnados, o voto personalizado aparece como o componente mais importante na decisão do voto nas eleições para o Senado no Pará, em 2010.

A questão do voto personalizado é abordada em pesquisa realizada pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), que traz novos dados sobre a partidarização ou personalização das escolhas no Brasil. A pesquisa integra livro organizado por Glaucio Soares e Lúcio Rennó, que aborda a reforma política brasileira. No trabalho, reunindo vários estudiosos, Nicolau (2006) apresenta resultados de estudos do IUPERJ que confirmam opinião corrente sobre o sistema representativo brasileiro: “a fragilidade dos partidos e o peso dos atributos dos candidatos na escolha para deputado federal”.

De acordo com Nicolau (2006), o sistema em vigor no País, de lista aberta, é apontado como o maior responsável pela personalização do voto no Brasil. Lista aberta é o sistema em que o partido não ordena a lista de candidatos; lista fechada é o sistema em que o partido ordena as listas. O autor destaca definição sobre o voto personalizado que recortamos aqui para melhor entendermos esse conceito:

O voto personalizado refere-se porção do apoio eleitoral de um candidato que se origina em suas qualidades pessoais, qualificações, atividades e desempenho. A parte do voto que não é personalizada inclui apoio a um candidato baseado na sua filiação partidária, determinadas características do eleitor, como classe, religião e etnia, reações às condições nacionais, tais como o estado da economia, e avaliação

centrada no desempenho do partido que está no governo (CAIN, FERREJOHN e FIORINA, 1987, p. 9.)

Os sistemas eleitorais tem efeito direto na escolha eleitoral. Nas democracias que utilizam listas fechadas, a escolha é partidária; já nas que utilizam lista aberta (caso do Brasil), a escolha é personalizada.

Ao analisar o grau de simpatia partidária dos partidos no Brasil, a partir de 1986, o estudo do Iuperj mostra que só quatro partidos são citados com mais de 1% de menções: PT (25,2); PMDB (6,3); PSDB (4,4) e PFL (2,8). Na pesquisa da simpatia do brasileiro por partidos em geral, 57% dos entrevistados afirmaram não ter qualquer simpatia por partido político, enquanto 17% disseram ter simpatia forte por um partido. Fazendo relação entre o voto de legenda e o voto personalizado no Brasil, o estudo mostra que a partir de 1986, só 12% dos eleitores votaram na legenda. Perguntados o que foi mais importante para o eleitor na votação para deputado federal, 82,7% dos eleitores disseram que o candidato era o mais importante.

Os estudos sobre a inconsistência da escolha de um partido político pelo eleitor reforçam a tese do predomínio do voto personalizado nas eleições ao Senado no Pará em 2010, apesar dos esforços dos criadores da Lei da Ficha Limpa em tentar construir um voto mais qualificado para a representação do Estado à Câmara Alta, pela via institucional.

A escolha do eleitor paraense, assim, seguiu a tendência do eleitor brasileiro, obedecendo a uma escolha personalizada. Nas pesquisas do Iuperj 54,4% dos eleitores mencionaram alguma característica pessoal do candidato como conhecimento, passado, trabalho, ideias e propaganda como o mais forte elemento a contar na sua decisão.

CONCLUSÃO

“Um povo pode ter outro comportamento com a entrada em cena de novas instituições, mas os atores são racionais e as regras já estabelecidas e já assimiladas pela tradição, ou por outras razões subjetivas, têm o poder de intervir no comportamento político”.

A frase, captada em diálogo com o professor dr. Roberto Corrêa, traduz bem o espírito do que significou a emergência da Lei da Ficha Limpa no cenário eleitoral brasileiro. Saturados de conviver com casos de corrupção, representantes de dezenas de entidades da sociedade civil organizada, mais especificamente as localizadas no Rio de Janeiro, organizaram o movimento de criação do projeto de iniciativa popular que deu origem à Lei da Ficha Limpa. O novo dispositivo passou a proibir a candidatura de pessoas condenadas em decisão colegiada (por mais de um juiz), e em segunda instância; políticos condenados por crimes considerados graves (como tráfico de drogas, homicídio e corrupção), com pena superior a dois anos de prisão, e quando houvesse dolo; além daqueles que renunciaram para evitar possível cassação.

Após disputas diversas em arenas políticas de variados matizes, a nova lei entrou em vigor, em princípio, já valendo para o pleito de 2010. Mas uma segunda batalha política levou a sua validade para as próximas eleições. Mas o que pudemos observar ao longo do debate que pautou a introdução da Lei da Ficha Limpa no Brasil? Institucionalizou-se que quem não tiver a vida pregressa ilibada não pode ser detentor de cargo público, portanto, não pode ser candidato. Pensou-se que a criação de uma Lei inibidora de candidaturas de quem já tivesse sido processado ou de alguma forma infringido a lei, seria o bastante para termos um voto mais qualificado no Brasil. Mas o que se viu nas eleições do Pará para o Senado corrobora a tese de que o voto do eleitor paraense seguiu outro padrão que não o previsto nos princípios da Lei da Ficha Limpa.

As primeiras análises dos impactos da institucionalização da nova regra indicaram que o remédio apresentava resultados positivos, que a nova regra seria determinante para o comportamento político do eleitor. Candidatos com registros impugnados, bem posicionados nas pesquisas de intenções de votos nos seus Estados, acabaram sucumbindo ao peso dos impedimentos criados pela nova lei. Mas numa análise mais minuciosa viu-se que muitos desses, considerados líderes carismáticos em seus Estados, a exemplo de Jader Barbalho, no Pará; João Alberto Capiberibe, no Amapá; e Cássio Cunha Lima, na Paraíba, mantiveram-se firmes em seus redutos políticos, apontando para a predominância de um voto personalizado,

onde o eleitor vê mais os atributos pessoais do candidato do que propriamente a sua trajetória política histórica.

No caso específico do Pará, os estudos indicaram impactos diferenciados da aplicação da lei, confirmando a hipótese desse trabalho de que o novo dispositivo produziu impactos nas eleições para o Senado no Pará, em 2010, embora esses impactos tenham sido absorvidos de forma diferenciada pelos candidatos atingidos pela Lei da Ficha Limpa.

Para o ex-deputado federal do PT, Paulo Rocha, enquadrado no escândalo do mensalão, e que renunciou ao mandato de deputado federal em 2005, os impactos da Lei da Ficha Limpa tiveram consequências mais fortes sobre sua candidatura por conta da densidade eleitoral do adversário de disputa Jader Barbalho, que também havia renunciado ao mandato para escapar de cassação.

Com a imagem fortemente vinculada ao Partido dos Trabalhadores, Rocha teve seu nome desgastado com o noticiário envolvendo a impugnação de sua candidatura e viu as intenções de voto do eleitorado irem se reduzindo à medida em que avançava o processo de julgamento das impugnações junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Supremo Tribunal Federal (STF). Concorrendo ao pleito com recurso, teve seu processo arquivado após o resultado das eleições, ficando em terceiro lugar na disputa.

Na mesma condição de Rocha, o candidato Jader Barbalho conseguiu escapar ao desgaste provocado pela campanha de aplicação da Lei da Ficha Limpa no Brasil, apesar de apresentar quedas elevadas de intenção de voto no início de sua campanha. Político com mandato desde a década de 60 (foi eleito vereador em 1964, aos 22 anos), conseguiu driblar os primeiros impactos negativos de ter tido sua candidatura impugnada pelo Ministério Público Eleitoral.

Caindo inicialmente em pesquisas eleitorais feitas pelo Ibope de 50% para 42% da preferência do eleitor, enfrentando um forte aparato da mídia local contra sua candidatura e usando como escudo os veículos de comunicação de sua família, conseguiu recuperar-se no jogo político, elegendo-se com quase 1,8 milhão de votos, ficando com a segunda vaga disponível no Senado para o Estado do Pará. A primeira vaga foi conquistada pelo empresário e senador Fernando Flexa Ribeiro, que não teve seu nome vinculado à Lei da Ficha Limpa naquele pleito.

Nas análises dos mapas eleitorais dos candidatos verificou-se que Jader Barbalho e Paulo Rocha disputavam o mesmo nicho eleitoral. Redutos onde predominam eleitores com elevados índices de analfabetismo, acima da média paraense, que é de 11%, em municípios considerados pobres, considerando-se o PIB de cada um. A eleição de Jader Barbalho

confirma tendência de voto personalizado do brasileiro, fato já amplamente constatado em pesquisas de estudiosos da Ciência Política brasileira, como nos estudos desenvolvidos pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), de 2002. Resultados convergem para a opinião do cientista político Jairo Nicolau sobre o peso que os atributos pessoais dos candidatos têm na escolha do parlamentar em detrimento de outros fatores, a exemplo da filiação partidária, no sistema representativo brasileiro. O voto em lista aberta, o sistema em que o partido não ordena a lista de candidatos, invariavelmente, é apontado como um dos principais fatores da personalização do voto no Brasil.

A parte do voto que não é personalizada inclui apoio a um candidato baseado na sua filiação partidária, determinadas características do eleitor, como classe, religião e etnia, reações às condições nacionais, tais como o estado da economia, e avaliação centrada no desempenho do partido que está no governo” (CAIN, FERREJOHN e FIORINA, 1987, p. 9.)

Apesar da introdução do debate sobre a importância da Lei da Ficha Limpa à política brasileira, o voto do eleitor paraense parece ter obedecido à outra lógica que não aquela apregoada pela Lei. Contradizendo o debate, para o qual concorreram mais de um milhão e 300 mil assinaturas de eleitores brasileiros, deflagrou o voto em candidato de perfil classificado como inelegível pela Lei da Ficha Limpa.

Jader Fontenelle Barbalho renunciou ao cargo de senador em 2000, em meio a denúncias de desvio de verbas públicas da Sudam, Banco do Estado do Pará e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Foi preso em 2002 em cenas fartamente divulgadas pela imprensa local e nacional. Enquadrado na Lei da Ficha Limpa por ter renunciado para escapar de possível cassação, terminou a disputa em segundo lugar, com 1.799.762 votos, 207% a mais que na sua eleição anterior para o Senado, em 1994.

Mesmo com Jader não tendo terminado a campanha em primeiro lugar, a preferência do eleitor por esse candidato pode ser visto como um indicador de um padrão de voto do eleitor paraense, que vem sendo mantido ao longo de mais de 40 anos. Desde que se elegeu vereador pela primeira vez, em 1966, até os dias de hoje, o político Jader Barbalho mantém nichos eleitorais quase intocáveis e sempre com capital eleitoral crescente. Ao se eleger para o Senado em 1994, obteve 586.008 votos, registrando um salto de 207,12% na sua segunda campanha à Câmara Alta, em 2010, mesmo às voltas com os desgastes provocados pela Lei da Ficha Limpa. O colégio eleitoral paraense registrou nesse período um crescimento de 71,33%, tendo passado de 2.783.131 eleitores para 4.768.457. E o quantitativo de votos nesse político segue uma curva ascendente, proporcionalmente. Nas eleições de 1994,

obteve 21,05% dos votos totais da eleição; e nas eleições de 2010 ficou com 37,74% do total de votos, o que indica o mesmo padrão de voto presente em quase 20 anos.

Sobre a hipótese de que a polarização do debate em torno da Ficha Limpa, entre os dois principais jornais impressos do Estado, atingiu o eleitor, concluímos que a forte ação da mídia teve um efeito indireto, por meio dos formadores de opinião, e limitado, devido à predisposição do eleitor paraense ao voto personalizado, uma tendência marcante do eleitor brasileiro.

Quanto à questão se boas instituições têm o poder de determinar mudanças estruturais no comportamento político do indivíduo, acreditamos que é inegável a importância da introdução desses dispositivos e do debate que elas provocam. Elas representam o ponto de partida para o surgimento de um novo cidadão, um novo eleitor brasileiro, mais consciente de seus direitos e deveres coletivos, capaz de contribuir para o fortalecimento do estado democrático de direito.

Ressalte-se, porém, que os resultados eleitorais indicam que ainda temos um longo caminho a percorrer até nos livrarmos das amarras impostas em nossa formação social e política. De Oliveira Viana, passando por Raimundo Faoro a Vítor Nunes Leal, é unânime a análise de que a origem da formação do povo brasileiro é marcada pelo amorfismo, apatia, desinteresse pelas instituições sociais, alheamento à ideia de interesse geral; e fraco sentimento coletivo, como analisa Rocha (2004), características que ainda marcam nossa incipiente atividade política.

Encerramos com a convicção de que, a longo prazo, boas instituições podem levar um povo a traçar melhor os caminhos a seguir na busca pelo seu desenvolvimento. Com a superação de indicadores sociais negativos e crônicos, podem funcionar como ferramentas que facilitem escolhas eleitorais mais qualificadas, criando regras limitadoras para a oferta de candidatos, contribuindo para que a prática política, enfim, se aproxime da ética na política, como prega a Lei da Ficha Limpa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alberto Carlos. **A Cabeça do eleitor**. Rio de Janeiro, Editora Record, 2008.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federal, 1988**. Brasília, 2007, 462p.
_____. Lei Complementar nº 135 de 4 de junho de 2010. **Diário Oficial da República Federativa [da] república Federativa do Brasil**, Poder executivo, Brasília, DF, 7 jun. 2010. Seção 1, p.1.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil – 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp64.htm>. Acesso em: 24 mai 2013.
- DOWNS, Anthony. Uma teoria econômica da democracia. São Paulo: EDUSP, 1999
- CATETE, Karlla Gyselle Souza. **A imprensa e a política no Estado do Pará nas eleições majoritárias de 2010: atores, interesses e conflitos**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - PPGCP/UFPA. 2012.
- DIÁRIO DO PARÁ – **DIGITAL** - Web Site do Jornal Diário do Pará
AGOSTO – 2010
- Domingo, 01/08/2010 – No Pará: Ficha Limpa deixa primeiro fora do pleito – A7**
<http://digital.diariodopara.com.br/pc/edicao/01082010>
- Segunda-feira, 02/08/2010 - TRE fará sessões diárias esta semana - A3**
<http://digital.diariodopara.com.br/pc/edicao/02082010>
- Quarta 04/08/2010- TRE ainda julgará 200 registros - A3**
<http://digital.diariodopara.com.br/pc/edicao/04082010>
- Quinta 05/08/2010 – Mantidas candidaturas de Jader e Rocha – A5**
<http://digital.diariodopara.com.br/pc/edicao/05082010>
- Sexta 06/08/2010- TRE vetou 252 registros de candidaturas - A5**
<http://digital.diariodopara.com.br/pc/edicao/06082010>
- Sábado, 07/08/2010 – MPE recorre contra deferimento de candidaturas – A4**
<http://digital.diariodopara.com.br/pc/edicao/07082010>
- Domingo, 08/08/2010 Ao contrário do Maranhão o Pará aplicou a Lei da Ficha Limpa - A6**
<http://digital.diariodopara.com.br/pc/edicao/08082010>
- Quarta, 11/08/2010 MPE faz balanço de recursos – A3 (N)**
<http://digital.diariodopara.com.br/pc/edicao/11082010>
- Domingo,15/08/2010 – Inconstitucionalidades da Lei da Ficha Limpa – Alcimar Moraes – B-8**
<http://digital.diariodopara.com.br/pc/edicao/15082010/brasil>

Quarta, 18/08/2010 – Lei da Ficha Limpa vale para eleições deste ano - A6 (N)
<http://digital.diariodopara.com.br/pc/edicao/18082010>

Terça, 24/08/2010, TSE tem que julgar recursos até amanhã – B3
<http://diariodopara.diarioonline.com.br/N-107645-TSE+TEM+QUE+JULGAR+RECURSOS+ATE+AMANHA.html>

Quinta, 26/08/2010 TSE barra primeiro caso de ficha suja A3
<http://digital.diariodopara.com.br/pc/edicao/26082010>

SETEMBRO – 2010

Quarta, 01/9/2010 TSE mantém Joaquim Roriz inelegível A3
<http://digital.diariodopara.com.br/pc/edicao/01092010>

Quinta, 02/09/2010 Jader mantém candidatura ao Senado A6
<http://digital.diariodopara.com.br/pc/edicao/02092010>

Sexta, 10/09/2010, STF quer julgar Lei da Ficha Limpa até eleição B6
<http://digital.diariodopara.com.br/pc/edicao/10092010/brasil>

Domingo, 12/09/2010, O jogo sujo da Ficha Limpa A11
<http://digital.diariodopara.com.br/pc/edicao/12092010>

Terça, 14/09/2010, TSE indefere candidatura de Paulo Rocha ao Senado A4
<http://digital.diariodopara.com.br/pc/edicao/14092010>

Quarta, 15/09/2010, Perfil Senadores/Jader Barbalho: “Tenho orgulho de minha carreira política” B4
<http://digital.diariodopara.com.br/pc/edicao/15092010/brasil>

Terça, 22/09/2010, Perfil Senadores/Paulo Rocha: “Temos que brigar por mais infraestrutura” B4
<http://digital.diariodopara.com.br/pc/edicao/22092010/brasil>

_____, 22/09/2010, Dividido, STF decide sobre Ficha Limpa – B6
<http://digital.diariodopara.com.br/pc/edicao/22092010/brasil>

Quarta 23/09/2010, Decisão do STF sobre Lei da Ficha Limpa deve sair hoje B4
<http://digital.diariodopara.com.br/pc/edicao/23092010/brasil>

Quinta, 24/09/2010 STF suspende decisão da Ficha Limpa A6
<http://digital.diariodopara.com.br/pc/edicao/24092010>

Sexta, 25/09/2010, Ameaçado pela Ficha Limpa, Roriz renuncia B4
<http://digital.diariodopara.com.br/pc/edicao/25092010/brasil>

Domingo, 27/09/2010, Jader e Rocha reafirmam candidaturas ao Senado B2
<http://digital.diariodopara.com.br/pc/edicao/27092010>

Quarta, 30/09/2010, Jader e Rocha continuam candidatos ao Senado A3

_____, 30/09/2010, **Ana Júlia declara voto em Jader**

<http://digital.diariodopara.com.br/pc/edicao/30092010>

FIGUEIREDO, Marcos. **A decisão do voto. Democracia e racionalidade**. Editora Sumaré. 1991.

GARCIA, Alexandre Navarro et al. Cartilha: **comissão permanente de legislação participativa**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.p. 22

HALL, Peter A. and TAYLOR, Rosemary C. R.. **As três versões do neo-institucionalismo**. *Lua Nova* [online]. 2003, n.58 [cited 2013-01-05], pp. 193-223 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452003000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 maio 2013.

JUSBRASIL, **Lei Ficha Limpa - Lei Complementar 135/10 | Lei Complementar nº 135**, de 4 de junho de 2010. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/823283/lei-ficha-limpa-lei-complementar-135-10>>. Acesso em: 13 set 2013.

K. Thelen e S. Steinmo, “**Historical Institutionalism in Comparative Politics**”, em S. Steinmo et al. (ed.) *Structuring Politics*. O novo institucionalismo
SvenSteinmo em Barry Clark e Joe Foweraker, (eds.) *A Enciclopédia do pensamento democrático*, London: Routledge, (Julho, 2001)

MAGALHÃES, Antonio Carlos. **Jader Barbalho: o Brasil não merece**
Salvador: Santa Helena, 2001 .262 p.

MANIN, Bernard. **As metamorfoses do Governo Representativo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v.10 n. 29, p. 5-34, Out. 1995.

MARCH, James G and OLSEN Johan P. **Neo-institucionalismo: fatores organizacionais na vida política**. *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2008, vol.16, n.31 ISSN 0104-4478. Similarity:0.350249 * CAP 1

MATEO, Simone. **Revista Desafios do Desenvolvimento: Participação Popular - A construção da democracia participativa**. 2011. Ano 8, ed.65. Disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2493:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 07 mai 2013.

MUNDIM, Pedro Santos. **Cientistas Políticos, Comunicólogos e o Papel da Mídia nas Teorias da Decisão do Voto**. Revista Política Hoje, Vol. 338 19, n. 2, 2010.

NICOLAU, Jairo. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582006000400002&lng=en&nrm=iso>. access on 23 Sept. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582006000400002>. NORTH, Douglass C. **La evolución histórica de las formas de gobierno**. *Rev.econ.inst.* [online].2000, vol.2, n.2 ISSN 0124-5996. Similarity: 0.412517.

JORNAL O LIBERAL - DIGITAL. Web Site do Jornal O Liberal.

AGOSTO - 2010

Domingo, 01/08/2010 - TSE promete aplicar a Lei Ficha Limpa

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/08/01/B/paginas/pdf/B12.pdf>

Domingo, 01/08/2010 - Confusão adia julgamento do 1º caso de ficha suja

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/08/01/A/paginas/pdf/A3.pdf>

Segunda, 02/08/2010 - Julgamentos na reta final

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/08/02/B/paginas/pdf/B1.pdf>

Terça, 03/08/2010 - Ficha Limpa barra mais um candidato

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/08/03/B/paginas/pdf/B2.pdf>

_____, 03/08/2010 - TRE nega registro ao Senado

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/08/03/B/paginas/pdf/B1.pdf>

Quarta, 04/08/2010 - TRE promete concluir hoje julgamentos de registros

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/08/04/B/paginas/pdf/B8.pdf>

Quinta, 05/08/2010 - TRE do DF barra candidatura de Roriz

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/08/05/B/paginas/pdf/B4.pdf>

_____, 05/08/2010 - OAB lamenta decisão que aprovou os “fichas sujas” 5 agosto

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/08/05/B/paginas/pdf/B2.pdf>

_____, 05/08/2010 - TRE livra Jäder, Rocha e Sefer

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/08/05/B/paginas/pdf/B1.pdf>

Sexta, 06/08/2010 - CNBB condena o aval a fichas sujas

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/08/06/B/paginas/pdf/B2.pdf>

_____, 06/08/2010 - TRE cassa candidatura de ex-governador da Paraíba

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/08/06/B/paginas/pdf/B3.pdf>

Domingo, 08/08/2010 - “Fichas sujas” dão trabalho ao Judiciário

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/08/08/B/paginas/pdf/B5.pdf>

Segunda, 09/08/2010 Candidatos vetados recorrem ao TER

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/08/09/B/paginas/pdf/B2.pdf>

Terça, 10/08/2010 - Metade dos impugnados recorre novamente ao TER

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/08/10/B/paginas/pdf/B8.pdf>

_____, 10/08/2010 - MPE recorre contra fichas sujas

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/08/10/B/paginas/pdf/B7.pdf>

_____, 10/08/2010 - Desembargador defende o TRE sobre a Ficha Limpa

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/08/10/B/paginas/pdf/B6.pdf>

Quarta, 11/08/2010 - TREs barram 25% dos candidatos impugnados

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/08/11/B/paginas/pdf/B9.pdf>

_____, **11/08/2010 - Procurador crê no veto a fichas sujas**

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/08/11/B/paginas/pdf/B5.pdf>

Quinta, 12/08/2010 - É possível que TSE libere os fichas sujas – 12 agosto

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/08/12/B/paginas/pdf/B9.pdf>

Quarta, 18/08/2010 - TSE confirma que Lei da Ficha Limpa tem validade para estas eleições

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/08/18/B/paginas/pdf/B1.pdf>

Quinta, 19/08/2010 - Lei não é potoca – 19 agosto

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/08/19/A/paginas/pdf/A3.pdf>

Sexta, 20/08/2010 - TSE já sinaliza aplicação da lei contra fichas sujas

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/08/20/B/paginas/pdf/B2.pdf>

Sábado, 21/08/2010 - TSE libera a candidatura de Ivo Cassol ao Senado

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/08/21/B/paginas/pdf/B2.pdf>

_____, **21/08/2010 - TSE admite: alguns “fichas sujas” só serão julgados depois das eleições**

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/08/21/B/paginas/pdf/B1.pdf>

Domingo, 22/08/2010 - PERGUNTINHA – Pedófilo tem ficha limpa? / Aplicação imediata da “Lei da Ficha Limpa”

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/08/22/B/paginas/pdf/B10.pdf>

Terça, 24/08/2010 - Maluf tem a candidatura rejeitada como ficha suja

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/08/24/B/paginas/pdf/B6.pdf>

Quarta, 25/08/2010 - TRE mantém indeferidas três candidaturas do PTB

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/08/25/B/paginas/pdf/B7.pdf>

_____, **25/08/2010 - Seminário discute Ficha Limpa e abuso eleitoral**

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/08/25/B/paginas/pdf/B6.pdf>

Quinta, 26/08/2010 - TSE barra o primeiro com base na Lei da Ficha Limpa

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/08/26/B/paginas/pdf/B9.pdf>

Sábado, 28/08/2010 - Minha análise sobre a lei da “Ficha Limpa” (Jorge Arbage)

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/08/28/A/paginas/pdf/A6.pdf>

Terça, 31/08/2010 - TSE decide se Jader Barbalho e Joaquim Roriz estão inelegíveis

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/08/31/B/paginas/pdf/B1.pdf>

SETEMBRO - 2010

Sexta, 10/09/2010 - STF quer julgar Ficha Limpa antes da eleição

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/09/10/B/paginas/pdf/B1.pdf>

_____, **10/09/2010 - O STF no bom caminho**

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/09/10/A/paginas/pdf/A3.pdf>

Segunda, 14/09/2010 - TSE barra candidatura de Paulo Rocha ao Senado

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/09/14/B/paginas/pdf/B3.pdf>

Terça, 15/09/2010 - O exemplo edificante do TSE

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/09/15/A/paginas/pdf/A3.pdf>

Quinta, 17/09/2010 - Jatene lidera intenções de voto ao governo do Estado

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/09/17/B/paginas/pdf/B2.pdf>

Sábado, 19/09/2010 - Pastor prega moralização e defende a Ficha Limpa

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/09/19/B/paginas/pdf/B4.pdf>

_____, **19/09/2010 - O dia D dos “fichas sujas” no Supremo**

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/09/19/B/paginas/pdf/B10.pdf>

Segunda, 21/09/2010 - OAB sai em defesa da Ficha Limpa

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/09/21/B/paginas/pdf/B5.pdf>

Terça, 22/09/2010 - STF julga caso Roriz e aplicação da “Ficha Limpa

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/09/22/B/paginas/pdf/B1.pdf>

_____, **22/09/2010 - Entidades saem em defesa da Ficha Limpa**

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/09/22/B/paginas/pdf/B2.pdf>

Quarta, 23/09/2010 - Roriz tenta se manter na disputa pelo governo

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/09/23/B/paginas/pdf/B2.pdf>

_____, **23/09/2010 - STF adia decisão para hoje**

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/09/23/B/paginas/pdf/B1.pdf>

Quinta, 24/09/2010 - Empate suspende o julgamento no Supremo Tribunal

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/09/24/B/paginas/pdf/B1.pdf>

_____, **24/09/2010 - “Tenho a ficha e a vida limpas”, diz Simão Jatene**

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/09/24/B/paginas/pdf/B6.pdf>

_____, **24/09/2010 - Candidatos impugnados podem ser substituídos**

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/09/24/B/paginas/pdf/B3.pdf>

_____, **24/09/2010 - Torcidas pró e contra Roriz ocupam a praça**

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/09/24/B/paginas/pdf/B2.pdf>

Sexta, 25/09/2010 - Roriz desiste da candidatura

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/09/25/B/paginas/pdf/B1.pdf>

_____, **25/09/2010 - Para Lewandowski, vale decisão anterior do TSE**

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/09/25/B/paginas/pdf/B2.pdf>

_____, **25/09/2010 - Juristas garantem que lei é constitucional**

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/09/25/B/paginas/pdf/B3.pdf>

Sábado, 26/09/2010 - “TRE trabalha para ter controle sobre tudo”

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/09/26/B/paginas/pdf/B2.pdf>

_____, **26/09/2010 - ONGs defendem legalidade**

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/09/26/B/paginas/pdf/B1.pdf>

_____, **26/09/2010 - Agora, o julgamento do eleitor**

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/09/26/B/paginas/pdf/B14.pdf>

Domingo, 27/09/2010 - Aumenta a expectativa de renúncia

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/09/27/B/paginas/pdf/B1.pdf>

Segunda, 28/09/2010 - Que fale o Supremo

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/09/28/A/paginas/pdf/A3.pdf>

_____, **28/09/2010 - Supremo em busca de saída para impasse**

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/09/28/B/paginas/pdf/B5.pdf>

Terça, 29/09/2010 STF decide se arquivou ou não recurso de Roriz

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/09/29/B/paginas/pdf/B2.pdf>

Quarta, 30/09/2010 - Ficha suja, Jader está inelegível

<http://assinaturas.oliberaldigital.com.br/editions/2010/09/30/B/paginas/pdf/B1.pdf>

PERES, Paulo Sérgio. **Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política.** *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 23, n. 68, out. 2008.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 11 maio 2013.

_____. Paulo Sérgio. **Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política.** *Rev. bras. Ci. Soc.* [online].2008, vol.23, n.68 ISSN 0102-6909.

Similarity:0.352144

P. S. Mundim. **Cientistas Políticos, Comunicólogos e o Papel da Mídia nas Teorias da Decisão do Voto 2010.** *Revista Política Hoje*, Vol. 19, n. 2, 2010.p. 364.

RENNÓ, Lúcio. Escândalos e voto: As eleições presidenciais brasileiras de 2006. **Opinião Pública**, Brasília, v.13.n.2. Campinas. nov. 2007.p. 262.

ROCHA, Carlos. **Algumas interpretações sobre a formação histórica das instituições políticas no Brasil**. Unicamp, 2004.

SOARES, Glaucio e Lúcio Rennó – **Reforma política**: lições da história recente. FGV ed. 2006. Rio de Janeiro.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade, uma teoria social da mídia**. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2008. p.261.

_____. John B. **O escândalo político**: poder e visibilidade na era da mídia Petrópolis, RJ :ed. Vozes, 2002.p.325.

VIANNA, Oliveira. **Instituições Políticas Brasileiras**. Vols., Rio de Janeiro. Editora Record, 1974, Vol. 1.

VICENTINO, Claudio e DORIGO, Gianpaolo. **História geral e do Brasil** – 1 Ed. – São Paulo. Scipione. 2010.

APÊNDICES

Apêndice A – Mapa de votação de Jader em relação a municípios de renda ALTA

MUNICÍPIOS	MESORREGIÃO	POPULAÇÃO	PIB	CLASSIFICAÇÃO	VOTOS JADER	VOTOS VÁLIDOS	% V. V.
Ananindeua	METROPOLITANA	471.980	3.669.747	ALTA	104.634	271.861	38,5
Barcarena	METROPOLITANA	99.859	3.550.233	ALTA	21.676	61.052	35,5
Belém	METROPOLITANA	1.393.399	17.987.323	ALTA	338.953	1.031.527	32,9
Canaã dos Carajás	SUDESTE	26.716	1.559.968	ALTA	5.671	12.025	47,2
Castanhal	METROPOLITANA	173.149	1.449.213	ALTA	40.804	114.433	35,7
Marabá	SUDESTE	233.669	3.601.647	ALTA	43.020	106.092	40,6
Oriximiná	BAIXO AMAZONAS	62.794	1.210.150	ALTA	8.331	40.097	20,8
Paragominas	SUDESTE	97.819	1.235.379	ALTA	26.342	57.495	45,8
Parauapebas	SUDESTE	153.908	15.918.216	ALTA	18.339	59.829	30,7
Santarém	BAIXO AMAZONAS	294.580	2.051.529	ALTA	79.584	201.003	39,6
Tucuruí	SUDESTE	97.128	2.817.702	ALTA	15.166	52.687	28,8
TOTAL		3.105.001	55.051.107		702.520	2.008.101	35

Apêndice B – Mapa de votação de Jader em relação a municípios de renda MÉDIA

MUNICÍPIOS	MESORREGIÃO	POPULAÇÃO	PIB	CLASSIFICAÇÃO	VOTOS JADER	VOTOS VÁLIDOS	% V. V.
Abate-tuba	NORDESTE	141.100	534.335	MÉDIA	35.845	90.232	39,7
Acará	NORDESTE	53.569	235.292	MÉDIA	14.129	29.118	48,5
Afuá	MARAJÓ	35.042	113.754	MÉDIA	5.605	18.176	30,8
Água Azul do Norte	SUDESTE	25.057	194.843	MÉDIA	2.081	7.533	27,6
Alenquer	BAIXO AMAZONAS	52.626	244.365	MÉDIA	8.350	34.613	24,1
Almeirim	BAIXO AMAZONAS	33.614	429.254	MÉDIA	8.723	17.485	49,9
Altamira	SUDOESTE	99.075	724.228	MÉDIA	19.811	58.317	34,0
Augusto Corrêa	NORDESTE	40.497	131.937	MÉDIA	10.774	23.813	45,2
Aurora do Pará	NORDESTE	26.546	126.361	MÉDIA	6.567	14.359	45,7
Baião	NORDESTE	36.882	145.327	MÉDIA	8.647	18.436	46,9
Benevides	METROPOLITANA	51.651	599.178	MÉDIA	14.162	33.063	42,8
Bragança	NORDESTE	113.227	451.834	MÉDIA	28.172	63.194	44,6
Breu Branco	SUDESTE	52.493	514.693	MÉDIA	8.993	20.732	43,4
Breves	MARAJÓ	92.860	335.027	MÉDIA	18.123	43.177	42,0
Bujaru	METROPOLITANA	25.695	316.480	MÉDIA	6.409	15.490	41,4
Cametá	NORDESTE	120.896	378.309	MÉDIA	34.995	74.911	46,7
Capangema	NORDESTE	63.639	501.050	MÉDIA	20.558	42.160	48,8
Capitão Poço	NORDESTE	51.893	188.614	MÉDIA	13.121	32.763	40,0
Conceição do Araguaia	SUDESTE	45.557	269.266	MÉDIA	12.408	24.079	51,5
Concórdia do Pará	NORDESTE	28.216	102.770	MÉDIA	8.374	16.125	51,9
Curionópolis	SUDESTE	18.288	104.120	MÉDIA	4.987	11.959	41,7
Curuçá	NORDESTE	34.294	121.482	MÉDIA	8.945	23.253	38,5
Dom Eliseu	SUDESTE	51.319	271.095	MÉDIA	8.090	19.422	41,7
Eldorado dos Carajás	SUDESTE	31.786	199.893	MÉDIA	5.056	11.913	42,4
Floresta do Araguaia	SUDESTE	17.768	289.169	MÉDIA	4.263	8.173	52,2
Goianésia do Pará	SUDESTE	30.436	147.272	MÉDIA	8.436	16.844	50,1
Igarapé-Açu	NORDESTE	35.887	124.380	MÉDIA	11.660	25.353	46,0
Igarapé-Miri	NORDESTE	58.077	176.826	MÉDIA	20.221	41.461	48,8
IPIXUNA DO PARÁ	NORDESTE	51.309	316.853	MÉDIA	8.983	15.153	59,3
Itaituba	SUDOESTE	97.493	649.261	MÉDIA	15.809	52.057	30,4
Itupiranga	SUDESTE	51.220	217.920	MÉDIA	13.213	22.239	59,4
Jacundá	SUDESTE	51.360	245.537	MÉDIA	10.634	27.126	39,2
Juruti	BAIXO AMAZONAS	47.086	563.174	MÉDIA	12.199	22.965	53,1
Mãe do Rio	NORDESTE	27.904	153.479	MÉDIA	10.665	21.406	49,8
Maracanã	NORDESTE	28.376	105.900	MÉDIA	8.714	19.135	45,5
Marapanim	NORDESTE	26.605	103.525	MÉDIA	7.662	22.072	34,7
Marituba	METROPOLITANA	108.246	633.231	MÉDIA	24.638	59.233	41,6
Medicilândia	SUDOESTE	27.328	163.436	MÉDIA	4.673	14.273	32,7
Moju	NORDESTE	70.018	272.281	MÉDIA	17.427	35.961	48,5
Monte Alegre	BAIXO AMAZONAS	55.462	311.784	MÉDIA	21.198	46.360	45,7

Novo Progresso	SUDOESTE	25.124	221.403	MÉDIA	5.622	11.776	47,7
Novo Repartimento	SUDESTE	62.050	304.847	MÉDIA	10.830	28.216	38,4
Óbidos	BAIXO AMAZONAS	49.333	251.759	MÉDIA	6.999	24.089	29,1
Oeiras do Pará	NORDESTE	28.595	112.478	MÉDIA	8.746	16.951	51,6
Ourilândia do Norte	SUDESTE	27.359	254.447	MÉDIA	6.222	13.658	45,6
Paçará	SUDOESTE	39.979	188.460	MÉDIA	6.651	18.355	36,2
Portel	MARAJÓ	52.172	189.751	MÉDIA	10.867	22.871	47,5
Porto de Moz	BAIXO AMAZONAS	33.956	109.437	MÉDIA	5.737	13.998	41,0
Prainha	BAIXO AMAZONAS	29.349	127.533	MÉDIA	11.230	19.100	58,8
Redenção	SUDESTE	75.556	652.092	MÉDIA	23.803	44.843	53,1
Rio Maria	SUDESTE	17.697	210.051	MÉDIA	4.655	9.943	46,8
Rondon do Pará	SUDESTE	46.964	271.516	MÉDIA	12.702	20.928	60,7
Rurópolis	SUDOESTE	40.087	133.885	MÉDIA	5.429	12.298	44,1
Salinópolis	NORDESTE	37.421	167.124	MÉDIA	13.423	28.268	47,5
Santa Izabel do Pará	METROPOLITANA	59.466	277.845	MÉDIA	13.823	35.047	39,4
Santa Maria das Barreiras	SUDESTE	17.206	103.450	MÉDIA	5.059	7.815	64,7
Santa Maria do Pará	NORDESTE	23.026	107.237	MÉDIA	7.898	17.092	46,2
Santana do Araguaia	SUDESTE	56.153	316.215	MÉDIA	10.166	14.931	68,1
Santo Antônio do Tauá	METROPOLITANA	26.674	105.482	MÉDIA	7.189	19.553	36,8
São Domingos do Araguaia	SUDESTE	23.130	108.289	MÉDIA	5.339	11.455	46,6
São Domingos do Capim	NORDESTE	29.846	104.063	MÉDIA	8.753	20.182	43,4
São Félix do Xingu	SUDESTE	91.340	528.021	MÉDIA	11.944	26.156	45,7
São Geraldo do Araguaia	SUDESTE	25.587	156.937	MÉDIA	7.211	16.609	43,4
São Miguel do Guamá	NORDESTE	51.567	201.904	MÉDIA	12.699	33.937	37,4
Tailândia	NORDESTE	79.297	428.595	MÉDIA	14.395	33.158	43,4
Tomé-Açu	NORDESTE	56.518	269.290	MÉDIA	14.078	28.810	48,9
Tucumã	SUDESTE	33.690	305.967	MÉDIA	7.997	17.583	45,5
Ulianópolis	SUDESTE	43.341	205.947	MÉDIA	4.415	11.829	37,3
Uruará	SUDOESTE	44.789	205.931	MÉDIA	12.458	26.702	46,7
Vigia	NORDESTE	47.889	183.153	MÉDIA	14.213	30.101	47,2
Viseu	NORDESTE	56.716	186.309	MÉDIA	12.223	25.819	47,3
Xinguara	SUDESTE	40.573	474.676	MÉDIA	9.702	22.871	42,4
TOTAL		3.482.847	19.171.629		825.798	1.879.078	43,9

Apêndice C – Quadro X: Mapa de votação de Jader em relação a municípios de renda BAIXA

MUNICÍPIOS	MESORREGIÃO	POPULAÇÃO	PIB	CLASSIFICAÇÃO	VOTOS JADER	VOTOS VÁLIDOS	% V. V.
Abel Figueiredo	SUDESTE	6.780	46.185	BAIXA	2.685	4.226	63,5
Anajás	MARAJÓ	24.759	68.072	BAIXA	4.963	14.185	35,0
Anapu	SUDOESTE	20.543	93.290	BAIXA	5.056	10.698	47,3
Aveiro	SUDOESTE	15.849	52.851	BAIXA	2.957	7.525	39,3
Bagre	MARAJÓ	23.864	56.429	BAIXA	3.742	8.781	42,6
Bannach	SUDESTE	3.431	35.626	BAIXA	1.426	2.441	58,4
Belterra	B. AMAZONAS	16.318	75.174	BAIXA	5.559	12.568	44,2
Bom Jesus do Tocantins	SUDESTE	15.298	81.136	BAIXA	3.759	6.941	54,2
Bonito	NORDESTE	13.630	46.172	BAIXA	3.523	8.982	39,2
Brasil Novo	SUDOESTE	15.690	89.669	BAIXA	5.745	12.046	47,7
Brejo Grande do Araguaia	SUDESTE	7.317	37.132	BAIXA	1.999	4.287	46,6
Cachoeira do Arari	MARAJÓ	20.443	70.871	BAIXA	6.351	13.021	48,8
Cachoeira do Piriá	NORDESTE	26.484	65.189	BAIXA	5.659	8.971	63,1
Chaves	MARAJÓ	21.005	77.711	BAIXA	5.172	8.233	62,8
Colares	NORDESTE	11.381	41.244	BAIXA	3.551	7.982	44,5
Cumaru do Norte	SUDESTE	10.466	99.415	BAIXA	2.426	3.903	62,2
Curralinho	MARAJÓ	28.549	64.876	BAIXA	8.179	13.460	60,8
Curuá	B. AMAZONAS	12.254	64.068	BAIXA	2.045	8.118	25,2
Faro	B. AMAZONAS	8.177	43.943	BAIXA	1.952	4.439	44,0
Garrafão do Norte	NORDESTE	25.034	90.802	BAIXA	7.202	14.332	50,3
Gurupá	MARAJÓ	29.062	93.239	BAIXA	6.610	12.530	52,8
Inhangapi	METROPOLITANA	10.037	36.331	BAIXA	4.000	8.590	46,6
Irituia	NORDESTE	31.364	92.260	BAIXA	8.277	19.718	42,0
Jacareacanga	SUDOESTE	14.103	93.910	BAIXA	2.014	5.120	39,3
Limoeiro do Ajuru	NORDESTE	25.021	94.276	BAIXA	8.579	14.594	58,8
Magalhães Barata	NORDESTE	8.115	27.837	BAIXA	2.503	6.078	41,2
Melgaço	MARAJÓ	24.808	71.610	BAIXA	4.096	9.311	44,0
Mocajuba	NORDESTE	26.731	94.067	BAIXA	7.523	18.537	40,6
Muaná	MARAJÓ	34.204	88.487	BAIXA	8.062	17.101	47,1
Nova Esperança do Piriá	NORDESTE	20.158	70.406	BAIXA	6.071	11.617	52,3
Nova Ipixuna	SUDESTE	14.645	62.146	BAIXA	4.597	9.174	50,1
Nova Timboteua	NORDESTE	13.670	49.592	BAIXA	4.271	9.484	45,0
Ourém	NORDESTE	16.311	57.421	BAIXA	4.248	12.422	34,2
Palestina do Pará	SUDESTE	7.475	35.074	BAIXA	1.819	4.586	39,7
Pau d'Arco	SUDESTE	6.033	38.518	BAIXA	3.232	4.655	69,4
Peixe-Boi	NORDESTE	7.854	26.429	BAIXA	2.918	6.489	45,0
Piçarra	SUDESTE	12.697	93.391	BAIXA	2.625	6.621	39,6
Placas	B. AMAZONAS	23.934	85.015	BAIXA	4.046	8.980	45,1
Ponta de Pedras	MARAJÓ	25.999	88.285	BAIXA	4.687	14.577	32,2
Primavera	NORDESTE	10.268	33.450	BAIXA	3.223	7.556	42,7
Quatipuru	NORDESTE	12.411	51.425	BAIXA	2.642	7.629	34,6
Salvaterra	MARAJÓ	20.183	81.200	BAIXA	6.042	14.135	42,7

Santa Bárbara do Pará	METROPOLITANA	17.141	66.930	BAIXA	5.812	12.853	45,2
Santa Cruz do Arari	MARAJÓ	8.155	28.761	BAIXA	3.276	5.056	64,8
Santa Luzia do Pará	NORDESTE	19.424	66.143	BAIXA	7.184	13.827	52,0
Santarém Novo	NORDESTE	6.141	23.519	BAIXA	2.267	5.327	42,6
São Caetano de Odivelas	NORDESTE	16.891	66.245	BAIXA	4.361	13.378	32,6
São Francisco do Pará	NORDESTE	15.060	65.188	BAIXA	4.888	11.320	43,2
São João da Ponta	NORDESTE	5.265	19.258	BAIXA	1.896	4.538	41,8
São João de Pirabas	NORDESTE	20.647	77.124	BAIXA	5.422	11.942	45,4
São João do Araguaia	SUDESTE	13.155	49.877	BAIXA	3.335	7.283	45,8
São Sebastião da Boa Vista	MARAJÓ	22.904	71.317	BAIXA	9.113	14.867	61,3
Sapucaia	SUDESTE	5.047	42.712	BAIXA	1.535	3.251	47,2
Senador José Porfírio	SUDOESTE	13.045	53.293	BAIXA	2.332	6.120	38,1
Soure	MARAJÓ	23.001	93.035	BAIXA	7.304	14.447	50,6
Terra Alta	NORDESTE	10.262	29.635	BAIXA	3.354	8.349	40,2
Terra Santa	B. AMAZONAS	16.949	64.080	BAIXA	3.673	9.788	37,5
Tracuateua	NORDESTE	27.455	82.556	BAIXA	7.080	18.353	38,6
Trairão	SUDOESTE	16.875	76.409	BAIXA	2.486	6.682	37,2
Vitória do Xingu	SUDOESTE	13.431	87.264	BAIXA	2.944	7.814	37,7
TOTAL		993.203	3.827.570		264.298	579.838	45,58

Apêndice D – Votação de Jader X municípios com índice de analfabetismo ACIMA DA MÉDIA

MUNICÍPIOS	MESORREGIÃO	POPULAÇÃO	IND. ANALF.	%	CLASSIFICAÇÃO ANALFABETISMO	VOTOS JADER	VOTOS VÁLIDOS	% V. V.
Abel Figueiredo	SUDESTE	6.780	821	12%	ACIMA DA MÉDIA	2.685	4.226	63,5
Acará	NORDESTE	53.569	9.472	18%	ACIMA DA MÉDIA	14.129	29.118	48,5
Afuá	MARAJÓ	35.042	6.650	19%	ACIMA DA MÉDIA	5.605	18.176	30,8
Água Azul do Norte	SUDESTE	25.057	3.519	14%	ACIMA DA MÉDIA	2.081	7.533	27,6
Almeirim	BAIXO AMAZONAS	33.614	3.920	12%	ACIMA DA MÉDIA	8.723	17.485	49,9
Anajás	MARAJÓ	24.759	4.436	18%	ACIMA DA MÉDIA	4.963	14.185	35,0
Augusto Corrêa	NORDESTE	40.497	5.597	14%	ACIMA DA MÉDIA	10.774	23.813	45,2
Aurora do Pará	NORDESTE	26.546	3.728	14%	ACIMA DA MÉDIA	6.567	14.359	45,7
Aveiro	SUDOESTE	15.849	1.923	12%	ACIMA DA MÉDIA	2.957	7.525	39,3
Bannach	SUDESTE	3.431	533	16%	ACIMA DA MÉDIA	1.426	2.441	58,4
Bom Jesus do Tocantins	SUDESTE	15.298	2.762	18%	ACIMA DA MÉDIA	3.759	6.941	54,2
Bonito	NORDESTE	13.630	1.786	13%	ACIMA DA MÉDIA	3.523	8.982	39,2
Brasil Novo	SUDOESTE	15.690	2.576	16%	ACIMA DA MÉDIA	5.745	12.046	47,7
Brejo Grande do Araguaia	SUDESTE	7.317	1.084	15%	ACIMA DA MÉDIA	1.999	4.287	46,6
Breves	MARAJÓ	92.860	14.391	15%	ACIMA DA MÉDIA	18.123	43.177	42,0
Cachoeira do Pirá	NORDESTE	26.484	4.029	15%	ACIMA DA MÉDIA	5.659	8.971	63,1
Capitão Poço	NORDESTE	51.893	10.142	20%	ACIMA DA MÉDIA	13.121	32.763	40,0
Chaves	MARAJÓ	21.005	3.357	16%	ACIMA DA MÉDIA	5.172	8.233	62,8
Conceição do Araguaia	SUDESTE	45.557	6.091	13%	ACIMA DA MÉDIA	12.408	24.079	51,5
Concórdia do Pará	NORDESTE	28.216	3.379	12%	ACIMA DA MÉDIA	8.374	16.125	51,9
Curionópolis	SUDESTE	18.288	2.998	16%	ACIMA DA MÉDIA	4.987	11.959	41,7
Currálinho	MARAJÓ	28.549	3.380	12%	ACIMA DA MÉDIA	8.179	13.460	60,8
Dom Eliseu	SUDESTE	51.319	6.508	13%	ACIMA DA MÉDIA	8.090	19.422	41,7
Eldora do dos Carajás	SUDESTE	31.786	4.547	14%	ACIMA DA MÉDIA	5.056	11.913	42,4
Floresta do Araguaia	SUDESTE	17.768	2.063	12%	ACIMA DA MÉDIA	4.263	8.173	52,2
Garrafão do Norte	NORDESTE	25.034	5.243	21%	ACIMA DA MÉDIA	7.202	14.332	50,3
Goianésia do Pará	SUDESTE	30.436	3.921	13%	ACIMA DA MÉDIA	8.436	16.844	50,1
Gurupá	MARAJÓ	29.062	4.235	15%	ACIMA DA MÉDIA	6.610	12.530	52,8
Igarapé-Miri	NORDESTE	58.077	7.354	13%	ACIMA DA MÉDIA	20.221	41.461	48,8
Irituia	NORDESTE	31.364	3.977	13%	ACIMA DA MÉDIA	8.277	19.718	42,0
Itaituba	SUDOESTE	97.493	11.984	12%	ACIMA DA MÉDIA	15.809	52.057	30,4
Itupiranga	SUDESTE	51.220	9.150	18%	ACIMA DA MÉDIA	13.213	22.239	59,4
Jacareacanga	SUDOESTE	14.103	5.163	37%	ACIMA DA MÉDIA	2.014	5.120	39,3
Jacundá	SUDESTE	51.360	6.508	13%	ACIMA DA MÉDIA	10.634	27.126	39,2
Mãe do Rio	NORDESTE	27.904	3.389	12%	ACIMA DA MÉDIA	10.665	21.406	49,8
Melgaço	MARAJÓ	24.808	4.386	18%	ACIMA DA MÉDIA	4.096	9.311	44,0
Moju	NORDESTE	70.018	9.421	13%	ACIMA DA MÉDIA	17.427	35.961	48,5
Monte Alegre	BAIXO AMAZONAS	55.462	6.984	13%	ACIMA DA MÉDIA	21.198	46.360	45,7
Nova Esperança do Pirá	NORDESTE	20.158	3.882	19%	ACIMA DA MÉDIA	6.071	11.617	52,3
Nova Ipixuna	SUDESTE	14.645	1.961	13%	ACIMA DA MÉDIA	4.597	9.174	50,1

Nova Timboteua	NORDESTE	13.670	1.653	12%	ACIMA DA MÉDIA	4.271	9.484	45,0
Novo Progresso	SUDOESTE	25.124	3.160	13%	ACIMA DA MÉDIA	5.622	11.776	47,7
Novo Repartimento	SUDESTE	62.050	7.308	12%	ACIMA DA MÉDIA	10.830	28.216	38,4
Ourém	NORDESTE	16.311	2.179	13%	ACIMA DA MÉDIA	4.248	12.422	34,2
Pacajá	SUDOESTE	39.979	4.787	12%	ACIMA DA MÉDIA	6.651	18.355	36,2
Palestina do Pará	SUDESTE	7.475	1.495	20%	ACIMA DA MÉDIA	1.819	4.586	39,7
Pau d'Arco	SUDESTE	6.033	1.138	19%	ACIMA DA MÉDIA	3.232	4.655	69,4
Peixe-Boi	NORDESTE	7.854	1.441	18%	ACIMA DA MÉDIA	2.918	6.489	45,0
Piçarra	SUDESTE	12.697	2.063	16%	ACIMA DA MÉDIA	2.625	6.621	39,6
Portel	MARAJÓ	52.172	8.311	16%	ACIMA DA MÉDIA	10.867	22.871	47,5
Prainha	BAIXO AMAZONAS	29.349	3.652	12%	ACIMA DA MÉDIA	11.230	19.100	58,8
Primavera	NORDESTE	10.268	1.346	13%	ACIMA DA MÉDIA	3.223	7.556	42,7
Quatipuru	NORDESTE	12.411	1.879	15%	ACIMA DA MÉDIA	2.642	7.629	34,6
Rondon do Pará	SUDESTE	46.964	6.018	13%	ACIMA DA MÉDIA	12.702	20.928	60,7
Santa Luzia do Pará	NORDESTE	19.424	3.588	18%	ACIMA DA MÉDIA	7.184	13.827	52,0
Santa Maria das Barreiras	SUDESTE	17.206	2.183	13%	ACIMA DA MÉDIA	5.059	7.815	64,7
Santa Maria do Pará	NORDESTE	23.026	3.538	15%	ACIMA DA MÉDIA	7.898	17.092	46,2
Santarém Novo	NORDESTE	6.141	740	12%	ACIMA DA MÉDIA	2.267	5.327	42,6
São Domingos do Araguaia	SUDESTE	23.130	3.282	14%	ACIMA DA MÉDIA	5.339	11.455	46,6
São Domingos do Capim	NORDESTE	29.846	4.572	15%	ACIMA DA MÉDIA	8.753	20.182	43,4
São Geraldo do Araguaia	SUDESTE	25.587	3.998	16%	ACIMA DA MÉDIA	7.211	16.609	43,4
São João de Pirabas	NORDESTE	20.647	2.539	12%	ACIMA DA MÉDIA	5.422	11.942	45,4
São João do Araguaia	SUDESTE	13.155	2.379	18%	ACIMA DA MÉDIA	3.335	7.283	45,8
Senador José Porfírio	SUDOESTE	13.045	2.743	21%	ACIMA DA MÉDIA	2.332	6.120	38,1
Tracuateua	NORDESTE	27.455	3.766	14%	ACIMA DA MÉDIA	7.080	18.353	38,6
Uruará	SUDOESTE	44.789	6.300	14%	ACIMA DA MÉDIA	12.458	26.702	46,7
Viseu	NORDESTE	56.716	8.697	15%	ACIMA DA MÉDIA	12.223	25.819	47,3
Vitória do Xingu	SUDOESTE	13.431	1.815	14%	ACIMA DA MÉDIA	2.944	7.814	37,7
TOTAL		2.007.903	293820			497.223	1.091.676	45,5

Apêndice E - Votação de Jader X municípios com índice de analfabetismo NA MÉDIA (11%)

MUNICÍPIOS	MESORREGIÃO	POPULAÇÃO	IND. ANALF.	%	CLASSIFICAÇÃO ANALFABETISMO	VOTOS JADER	VOTOS VÁLIDOS	% V. V.
Bujaru	METROPOLITANA	25.695	2.842	11%	NA MÉDIA	6.409	15.490	41,4
Igarapé-Açu	NORDESTE	35.887	4.017	11%	NA MÉDIA	11.660	25.353	46,0
Inhangapi	METROPOLITANA	10.037	1.130	11%	NA MÉDIA	4.000	8.590	46,6
Medicilândia	SUDOESTE	27.328	2.881	11%	NA MÉDIA	4.673	14.273	32,7
Ourilândia do Norte	SUDESTE	27.359	3.008	11%	NA MÉDIA	6.222	13.658	45,6
Porto de Moz	BAIXO AMAZONAS	33.956	3.757	11%	NA MÉDIA	5.737	13.998	41,0
Rio Maria	SUDESTE	17.697	1.950	11%	NA MÉDIA	4.655	9.943	46,8
São Francisco do Pará	NORDESTE	15.060	1.704	11%	NA MÉDIA	4.888	11.320	43,2
Trairão	SUDOESTE	16.875	1.837	11%	NA MÉDIA	2.486	6.682	37,2
TOTAL		209.894	23.126			50.730	119.307	42,5

Apêndice F - Votação de Jader X municípios com índice de analfabetismo ABAIXO DA MÉDIA

MUNICÍPIOS	MESORREGIÃO	POPULAÇÃO	IND. ANALF.	%	CLASSIFICAÇÃO ANALFABETISMO	VOTOS JADER	VOTOS VÁLIDOS	% V. V.
Abaetetuba	NORDESTE	141.100	12.996	9%	ABAIXO DA MÉDIA	35.845	90.232	39,7
Alenquer	BAIXO AMAZONAS	52.626	3.990	8%	ABAIXO DA MÉDIA	8.350	34.613	24,1
Altamira	SUDOESTE	99.075	8.750	9%	ABAIXO DA MÉDIA	19.811	58.317	34,0
Ananindeua	METROPOLITANA	471.980	14.314	3%	ABAIXO DA MÉDIA	104.634	271.861	38,5
Anapu	SUDOESTE	20.543	1.638	8%	ABAIXO DA MÉDIA	5.056	10.698	47,3
Bagre	MARAJÓ	23.864	2.114	9%	ABAIXO DA MÉDIA	3.742	8.781	42,6
Baião	NORDESTE	36.882	2.241	6%	ABAIXO DA MÉDIA	8.647	18.436	46,9
Barcarena	METROPOLITANA	99.859	4.713	5%	ABAIXO DA MÉDIA	21.676	61.052	35,5
Belém	METROPOLITANA	1.393.399	42.827	3%	ABAIXO DA MÉDIA	338.953	1.031.527	32,9
Belterra	BAIXO AMAZONAS	16.318	1.654	10%	ABAIXO DA MÉDIA	5.559	12.568	44,2
Benevides	METROPOLITANA	51.651	2.337	5%	ABAIXO DA MÉDIA	14.162	33.063	42,8
Bragança	NORDESTE	113.227	11.644	10%	ABAIXO DA MÉDIA	28.172	63.194	44,6
Breu Branco	SUDESTE	52.493	4.740	9%	ABAIXO DA MÉDIA	8.993	20.732	43,4
Cachoeira do Arari	MARAJÓ	20.443	1.741	9%	ABAIXO DA MÉDIA	6.351	13.021	48,8
Cametá	NORDESTE	120.896	8.654	7%	ABAIXO DA MÉDIA	34.995	74.911	46,7
Canaã dos Carajás	SUDESTE	26.716	1.295	5%	ABAIXO DA MÉDIA	5.671	12.025	47,2
Capangema	NORDESTE	63.639	6.224	10%	ABAIXO DA MÉDIA	20.558	42.160	48,8
Castanhal	METROPOLITANA	173.149	10.538	6%	ABAIXO DA MÉDIA	40.804	114.433	35,7
Colares	NORDESTE	11.381	880	8%	ABAIXO DA MÉDIA	3.551	7.982	44,5
Cumaru do Norte	SUDESTE	10.466	838	8%	ABAIXO DA MÉDIA	2.426	3.903	62,2
Curuá	BAIXO AMAZONAS	12.254	842	7%	ABAIXO DA MÉDIA	2.045	8.118	25,2
Curuçá	NORDESTE	34.294	1.781	5%	ABAIXO DA MÉDIA	8.945	23.253	38,5
Faro	BAIXO AMAZONAS	8.177	824	10%	ABAIXO DA MÉDIA	1.952	4.439	44,0
Ipixuna do Pará	NORDESTE	51.309	5.250	10%	ABAIXO DA MÉDIA	8.983	15.153	59,3
Juruti	BAIXO AMAZONAS	47.086	2.486	5%	ABAIXO DA MÉDIA	12.199	22.965	53,1
Limoeiro do Ajuru	NORDESTE	25.021	2.338	9%	ABAIXO DA MÉDIA	8.579	14.594	58,8
Magalhães Barata	NORDESTE	8.115	792	10%	ABAIXO DA MÉDIA	2.503	6.078	41,2
Marabá	SUDESTE	233.669	17.792	8%	ABAIXO DA MÉDIA	43.020	106.092	40,6
Maracanã	NORDESTE	28.376	2.627	9%	ABAIXO DA MÉDIA	8.714	19.135	45,5
Marapanim	NORDESTE	26.605	1.693	6%	ABAIXO DA MÉDIA	7.662	22.072	34,7
Marituba	METROPOLITANA	108.246	4.315	4%	ABAIXO DA MÉDIA	24.638	59.233	41,6
Mocajuba	NORDESTE	26.731	1.604	6%	ABAIXO DA MÉDIA	7.523	18.537	40,6
Muaná	MARAJÓ	34.204	3.170	9%	ABAIXO DA MÉDIA	8.062	17.101	47,1
Óbidos	BAIXO AMAZONAS	49.333	4.083	8%	ABAIXO DA MÉDIA	6.999	24.089	29,1
Oeiras do Pará	NORDESTE	28.595	2.953	10%	ABAIXO DA MÉDIA	8.746	16.951	51,6
Oriziminá	BAIXO AMAZONAS	62.794	3.943	6%	ABAIXO DA MÉDIA	8.331	40.097	20,8
Paragominas	SUDESTE	97.819	9.092	9%	ABAIXO DA MÉDIA	26.342	57.495	45,8
Parauapebas	SUDESTE	153.908	6.770	4%	ABAIXO DA MÉDIA	18.339	59.829	30,7
Placas	BAIXO AMAZONAS	23.934	1.851	8%	ABAIXO DA MÉDIA	4.046	8.980	45,1

Ponta de Pedras	MARAJÓ	25.999	2.345	9%	ABAIXO DA MÉDIA	4.687	14.577	32,2
Redenção	SUDESTE	75.556	6.271	8%	ABAIXO DA MÉDIA	23.803	44.843	53,1
Rurópolis	SUDOESTE	40.087	3.498	9%	ABAIXO DA MÉDIA	5.429	12.298	44,1
Salinópolis	NORDESTE	37.421	2.970	8%	ABAIXO DA MÉDIA	13.423	28.268	47,5
Salvaterra	MARAJÓ	20.183	1.082	5%	ABAIXO DA MÉDIA	6.042	14.135	42,7
Santa Bárbara do Pará	METROPOLITANA	17.141	841	5%	ABAIXO DA MÉDIA	5.812	12.853	45,2
Santa Cruz do Arari	MARAJÓ	8.155	731	9%	ABAIXO DA MÉDIA	3.276	5.056	64,8
Santa Izabel do Pará	METROPOLITANA	59.466	3.432	6%	ABAIXO DA MÉDIA	13.823	35.047	39,4
Santana do Araguaia	SUDESTE	56.153	4.052	7%	ABAIXO DA MÉDIA	10.166	14.931	68,1
Santarem	BAIXO AMAZONAS	294.580	17.551	6%	ABAIXO DA MÉDIA	79.584	201.003	39,6
Santo Antônio do Tauá	METROPOLITANA	26.674	1.909	7%	ABAIXO DA MÉDIA	7.189	19.553	36,8
São Caetano de Odivelas	NORDESTE	16.891	1.358	8%	ABAIXO DA MÉDIA	4.361	13.378	32,6
São Félix do Xingu	SUDESTE	91.340	4.929	5%	ABAIXO DA MÉDIA	11.944	26.156	45,7
São João da Ponta	NORDESTE	5.265	418	8%	ABAIXO DA MÉDIA	1.896	4.538	41,8
São Miguel do Guamá	NORDESTE	51.567	5.239	10%	ABAIXO DA MÉDIA	12.699	33.937	37,4
São Sebastião da Boa Vista	MARAJÓ	22.904	2.005	9%	ABAIXO DA MÉDIA	9.113	14.867	61,3
Sapucaia	SUDESTE	5.047	344	7%	ABAIXO DA MÉDIA	1.535	3.251	47,2
Soure	MARAJÓ	23.001	1.512	7%	ABAIXO DA MÉDIA	7.304	14.447	50,6
Tailândia	NORDESTE	79.297	5.740	7%	ABAIXO DA MÉDIA	14.395	33.158	43,4
Terra Alta	NORDESTE	10.262	625	6%	ABAIXO DA MÉDIA	3.354	8.349	40,2
Terra Santa	BAIXO AMAZONAS	16.949	1.113	7%	ABAIXO DA MÉDIA	3.673	9.788	37,5
Tomé-Açu	NORDESTE	56.518	5.149	9%	ABAIXO DA MÉDIA	14.078	28.810	48,9
Tucumã	SUDESTE	33.690	2.553	8%	ABAIXO DA MÉDIA	7.997	17.583	45,5
Tucuruí	SUDESTE	97.128	4.983	5%	ABAIXO DA MÉDIA	15.166	52.687	28,8
Ulianópolis	SUDESTE	43.341	2.750	6%	ABAIXO DA MÉDIA	4.415	11.829	37,3
Vigia	NORDESTE	47.889	3.198	7%	ABAIXO DA MÉDIA	14.213	30.101	47,2
Xinguara	SUDESTE	40.573	3.908	10%	ABAIXO DA MÉDIA	9.702	22.871	42,4
TOTAL		5.363.254	308.840			1.244.663	3.256.034	38,2

Apêndice G – Quadro Mapa de votação de Paulo Rocha em relação a municípios com índice de analfabetismo ABAIXO DA MÉDIA

MUNICÍPIOS	MESORREGIÃO	POPULAÇÃO	IND. ANALF.	%	CLASSIFICAÇÃO ANALFABETISMO	VOTOS PAULO	VOTOS VÁLIDOS	% V. V.
Abaetetuba	NORDESTE	141.100	12.996	9%	ABAIXO DA MÉDIA	42.852	90.232	47,5
Alenquer	BAIXO AMAZONAS	52.626	3.990	8%	ABAIXO DA MÉDIA	9.800	34.613	10,9
Altamira	SUDOESTE	99.075	8.750	9%	ABAIXO DA MÉDIA	19.093	58.317	21,2
Ananindeua	METROPOLITANA	471.980	14.314	3%	ABAIXO DA MÉDIA	81.880	271.861	90,7
Anapu	SUDOESTE	20.543	1.638	8%	ABAIXO DA MÉDIA	3.289	10.698	3,6
Bagre	MARAJÓ	23.864	2.114	9%	ABAIXO DA MÉDIA	3.508	8.781	3,9
Baião	NORDESTE	36.882	2.241	6%	ABAIXO DA MÉDIA	9.713	18.436	10,8
Barcarena	METROPOLITANA	99.859	4.713	5%	ABAIXO DA MÉDIA	26.757	61.052	29,7
Belém	METROPOLITANA	1.393.399	42.827	3%	ABAIXO DA MÉDIA	286.774	1.031.527	317,8
Belterra	BAIXO AMAZONAS	16.318	1.654	10%	ABAIXO DA MÉDIA	4.589	12.568	5,1
Benevides	METROPOLITANA	51.651	2.337	5%	ABAIXO DA MÉDIA	10.991	33.063	12,2
Bragança	NORDESTE	113.227	11.644	10%	ABAIXO DA MÉDIA	31.591	63.194	35,0
Breu Branco	SUDESTE	52.493	4.740	9%	ABAIXO DA MÉDIA	11.630	20.732	12,9
Cachoeira do Arari	MARAJÓ	20.443	1.741	9%	ABAIXO DA MÉDIA	7.570	13.021	8,4
Cametá	NORDESTE	120.896	8.654	7%	ABAIXO DA MÉDIA	34.522	74.911	38,3
Canaã dos Carajás	SUDESTE	26.716	1.295	5%	ABAIXO DA MÉDIA	7.068	12.025	7,8
Capanema	NORDESTE	63.639	6.224	10%	ABAIXO DA MÉDIA	19.441	42.160	21,5
Castanhal	METROPOLITANA	173.149	10.538	6%	ABAIXO DA MÉDIA	32.790	114.433	36,3
Colares	NORDESTE	11.381	880	8%	ABAIXO DA MÉDIA	3.726	7.982	4,1
Cumarú do Norte	SUDESTE	10.466	838	8%	ABAIXO DA MÉDIA	1.945	3.903	2,2
Curuá	BAIXO AMAZONAS	12.254	842	7%	ABAIXO DA MÉDIA	3.854	8.118	4,3
Curuçá	NORDESTE	34.294	1.781	5%	ABAIXO DA MÉDIA	11.104	23.253	12,3
Faro	BAIXO AMAZONAS	8.177	824	10%	ABAIXO DA MÉDIA	3.072	4.439	3,4
Ipixuna do Pará	NORDESTE	51.309	5.250	10%	ABAIXO DA MÉDIA	6.473	15.153	7,2
Juruti	BAIXO AMAZONAS	47.086	2.486	5%	ABAIXO DA MÉDIA	11.131	22.965	12,3
Limoeiro do Ajuru	NORDESTE	25.021	2.338	9%	ABAIXO DA MÉDIA	8.425	14.594	9,3
Magalhães Barata	NORDESTE	8.115	792	10%	ABAIXO DA MÉDIA	3.419	6.078	3,8
Marabá	SUDESTE	233.669	17.792	8%	ABAIXO DA MÉDIA	64.393	106.092	71,4
Maracanã	NORDESTE	28.376	2.627	9%	ABAIXO DA MÉDIA	8.820	19.135	9,8
Marapanim	NORDESTE	26.605	1.693	6%	ABAIXO DA MÉDIA	5.972	22.072	6,6
Marituba	METROPOLITANA	108.246	4.315	4%	ABAIXO DA MÉDIA	21.002	59.233	23,3
Mocajuba	NORDESTE	26.731	1.604	6%	ABAIXO DA MÉDIA	9.093	18.537	10,1

Muaná	MARAJÓ	34.204	3.170	9%	ABAIXO DA MÉDIA	9.135	17.101	10,1
Óbidos	BAIXO AMAZONAS	49.333	4.083	8%	ABAIXO DA MÉDIA	16.185	24.089	17,9
Oeiras do Pará	NORDESTE	28.595	2.953	10%	ABAIXO DA MÉDIA	6.797	16.951	7,5
Oriximiná	BAIXO AMAZONAS	62.794	3.943	6%	ABAIXO DA MÉDIA	10.813	40.097	12,0
Paragominas	SUDESTE	97.819	9.092	9%	ABAIXO DA MÉDIA	19.036	57.495	21,1
Parauapebas	SUDESTE	153.908	6.770	4%	ABAIXO DA MÉDIA	33.750	59.829	37,4
Placas	BAIXO AMAZONAS	23.934	1.851	8%	ABAIXO DA MÉDIA	2.899	8.980	3,2
Ponta de Pedras	MARAJÓ	25.999	2.345	9%	ABAIXO DA MÉDIA	7.512	14.577	8,3
Redenção	SUDESTE	75.556	6.271	8%	ABAIXO DA MÉDIA	22.748	44.843	25,2
Rurópolis	SUDOESTE	40.087	3.498	9%	ABAIXO DA MÉDIA	5.069	12.298	5,6
Salinópolis	NORDESTE	37.421	2.970	8%	ABAIXO DA MÉDIA	8.209	28.268	9,1
Salvaterra	MARAJÓ	20.183	1.082	5%	ABAIXO DA MÉDIA	6.210	14.135	6,9
Santa Bárbara do Pará	METROPOLITANA	17.141	841	5%	ABAIXO DA MÉDIA	4.584	12.853	5,1
Santa Cruz do Arari	MARAJÓ	8.155	731	9%	ABAIXO DA MÉDIA	2.682	5.056	3,0
Santa Izabel do Pará	METROPOLITANA	59.466	3.432	6%	ABAIXO DA MÉDIA	13.592	35.047	15,1
Santana do Araguaia	SUDESTE	56.153	4.052	7%	ABAIXO DA MÉDIA	6.058	14.931	6,7
Santarém	BAIXO AMAZONAS	294.580	17.551	6%	ABAIXO DA MÉDIA	54.301	201.003	60,2
Santo Antônio do Tauá	METROPOLITANA	26.674	1.909	7%	ABAIXO DA MÉDIA	7.541	19.553	8,4
São Caetano de Odivelas	NORDESTE	16.891	1.358	8%	ABAIXO DA MÉDIA	3.919	13.378	4,3
São Félix do Xingu	SUDESTE	91.340	4.929	5%	ABAIXO DA MÉDIA	11.402	26.156	12,6
São João da Ponta	NORDESTE	5.265	418	8%	ABAIXO DA MÉDIA	1.921	4.538	2,1
São Miguel do Guamá	NORDESTE	51.567	5.239	10%	ABAIXO DA MÉDIA	9.739	33.937	10,8
São Sebastião da Boa Vista	MARAJÓ	22.904	2.005	9%	ABAIXO DA MÉDIA	7.606	14.867	8,4
Sapucaia	SUDESTE	5.047	344	7%	ABAIXO DA MÉDIA	1.112	3.251	1,2
Soure	MARAJÓ	23.001	1.512	7%	ABAIXO DA MÉDIA	8.596	14.447	9,5
Tailândia	NORDESTE	79.297	5.740	7%	ABAIXO DA MÉDIA	11.605	33.158	12,9
Terra Alta	NORDESTE	10.262	625	6%	ABAIXO DA MÉDIA	3.776	8.349	4,2
Terra Santa	BAIXO AMAZONAS	16.949	1.113	7%	ABAIXO DA MÉDIA	3.534	9.788	3,9
Tomé-Açu	NORDESTE	56.518	5.149	9%	ABAIXO DA MÉDIA	16.118	28.810	17,9

Tucumã	SUDESTE	33.690	2.553	8%	ABAIXO DA MÉDIA	8.223	17.583	9,1
Tucuruí	SUDESTE	97.128	4.983	5%	ABAIXO DA MÉDIA	34.332	52.687	38,0
Ulianópolis	SUDESTE	43.341	2.750	6%	ABAIXO DA MÉDIA	5.744	11.829	6,4
Vigia	NORDESTE	47.889	3.198	7%	ABAIXO DA MÉDIA	11.451	30.101	12,7
Xinguara	SUDESTE	40.573	3.908	10%	ABAIXO DA MÉDIA	9.715	22.871	10,8
TOTAL		5.363.254	308.840			1.192.201	3.256.034	36,6

Apêndice H – Quadro Mapa de votação de Paulo Rocha em relação a municípios com índice de analfabetismo ACIMA DA MÉDIA

MUNICÍPIOS	MESORREGIÃO	POPULAÇÃO	IND. ANALF.	%	CLASSIFICAÇÃO ANALFABETISMO	VOTOS PAULO	VOTOS VÁLIDOS	% V. V.
Abel Figueiredo	SUDESTE	6.780	821	12%	ACIMA DA MÉDIA	2.233	4.226	2,5
Acará	NORDESTE	53.569	9.472	18%	ACIMA DA MÉDIA	15.890	29.118	17,6
Afuá	MARAJÓ	35.042	6.650	19%	ACIMA DA MÉDIA	5.683	18.176	6,3
Água Azul do Norte	SUDESTE	25.057	3.519	14%	ACIMA DA MÉDIA	3.065	7.533	3,4
Almeirim	BAIXO AMAZONAS	33.614	3.920	12%	ACIMA DA MÉDIA	8.418	17.485	9,3
Anajás	MARAJÓ	24.759	4.436	18%	ACIMA DA MÉDIA	4.846	14.185	5,4
Augusto Corrêa	NORDESTE	40.497	5.597	14%	ACIMA DA MÉDIA	13.793	23.813	15,3
Aurora do Pará	NORDESTE	26.546	3.728	14%	ACIMA DA MÉDIA	4.911	14.359	5,4
Aveiro	SUDOESTE	15.849	1.923	12%	ACIMA DA MÉDIA	3.754	7.525	4,2
Bannach	SUDESTE	3.431	533	16%	ACIMA DA MÉDIA	1.072	2.441	1,2
Bom Jesus do Tocantins	SUDESTE	15.298	2.762	18%	ACIMA DA MÉDIA	3.408	6.941	3,8
Bonito	NORDESTE	13.630	1.786	13%	ACIMA DA MÉDIA	3.597	8.982	4,0
Brasil Novo	SUDOESTE	15.690	2.576	16%	ACIMA DA MÉDIA	3.237	12.046	3,6
Brejo Grande do Araguaia	SUDESTE	7.317	1.084	15%	ACIMA DA MÉDIA	2.201	4.287	2,4
Breves	MARAJÓ	92.860	14.391	15%	ACIMA DA MÉDIA	17.773	43.177	19,7
Cachoeira do Piriá	NORDESTE	26.484	4.029	15%	ACIMA DA MÉDIA	3.847	8.971	4,3
Capitão Poço	NORDESTE	51.893	10.142	20%	ACIMA DA MÉDIA	9.571	32.763	10,6
Chaves	MARAJÓ	21.005	3.357	16%	ACIMA DA MÉDIA	4.067	8.233	4,5
Conceição do Araguaia	SUDESTE	45.557	6.091	13%	ACIMA DA MÉDIA	11.442	24.079	12,7
Concórdia do Pará	NORDESTE	28.216	3.379	12%	ACIMA DA MÉDIA	7.137	16.125	7,9
Curionópolis	SUDESTE	18.288	2.998	16%	ACIMA DA MÉDIA	3.983	11.959	4,4
Curralinho	MARAJÓ	28.549	3.380	12%	ACIMA DA MÉDIA	8.402	13.460	9,3
Dom Eliseu	SUDESTE	51.319	6.508	13%	ACIMA DA MÉDIA	11.123	19.422	12,3
Eldorado dos Carajás	SUDESTE	31.786	4.547	14%	ACIMA DA MÉDIA	6.848	11.913	7,6
Floresta do Araguaia	SUDESTE	17.768	2.063	12%	ACIMA DA MÉDIA	4.528	8.173	5,0
Garrafão do Norte	NORDESTE	25.034	5.243	21%	ACIMA DA MÉDIA	8.852	14.332	9,8
Goianésia do Pará	SUDESTE	30.436	3.921	13%	ACIMA DA MÉDIA	9.412	16.844	10,4
Gurupá	MARAJÓ	29.062	4.235	15%	ACIMA DA MÉDIA	7.005	12.530	7,8

Igarapé-Miri	NORDESTE	58.077	7.354	13%	ACIMA DA MÉDIA	17.353	41.461	19,2
Irituia	NORDESTE	31.364	3.977	13%	ACIMA DA MÉDIA	9.730	19.718	10,8
Itaituba	SUDOESTE	97.493	11.984	12%	ACIMA DA MÉDIA	27.014	52.057	29,9
Itupiranga	SUDESTE	51.220	9.150	18%	ACIMA DA MÉDIA	14.326	22.239	15,9
Jacareacanga	SUDOESTE	14.103	5.163	37%	ACIMA DA MÉDIA	1.841	5.120	2,0
Jacundá	SUDESTE	51.360	6.508	13%	ACIMA DA MÉDIA	13.760	27.126	15,2
Mãe do Rio	NORDESTE	27.904	3.389	12%	ACIMA DA MÉDIA	7.166	21.406	7,9
Melgaço	MARAJÓ	24.808	4.386	18%	ACIMA DA MÉDIA	3.499	9.311	3,9
Moju	NORDESTE	70.018	9.421	13%	ACIMA DA MÉDIA	19.895	35.961	22,0
Monte Alegre	BAIXO AMAZONAS	55.462	6.984	13%	ACIMA DA MÉDIA	9.882	46.360	11,0
Nova Esperança do Pirιά	NORDESTE	20.158	3.882	19%	ACIMA DA MÉDIA	4.814	11.617	5,3
Nova Ipixuna	SUDESTE	14.645	1.961	13%	ACIMA DA MÉDIA	3.703	9.174	4,1
Nova Timboteua	NORDESTE	13.670	1.653	12%	ACIMA DA MÉDIA	3.966	9.484	4,4
Novo Progresso	SUDOESTE	25.124	3.160	13%	ACIMA DA MÉDIA	5.135	11.776	5,7
Novo Repartimento	SUDESTE	62.050	7.308	12%	ACIMA DA MÉDIA	18.271	28.216	20,2
Ourém	NORDESTE	16.311	2.179	13%	ACIMA DA MÉDIA	3.916	12.422	4,3
Pacajá	SUDOESTE	39.979	4.787	12%	ACIMA DA MÉDIA	7.849	18.355	8,7
Palestina do Pará	SUDESTE	7.475	1.495	20%	ACIMA DA MÉDIA	1.915	4.586	2,1
Pau d'Arco	SUDESTE	6.033	1.138	19%	ACIMA DA MÉDIA	2.540	4.655	2,8
Peixe-Boi	NORDESTE	7.854	1.441	18%	ACIMA DA MÉDIA	2.525	6.489	2,8
Piçarra	SUDESTE	12.697	2.063	16%	ACIMA DA MÉDIA	2.982	6.621	3,3
Portel	MARAJÓ	52.172	8.311	16%	ACIMA DA MÉDIA	9.292	22.871	10,3
Prainha	BAIXO AMAZONAS	29.349	3.652	12%	ACIMA DA MÉDIA	5.833	19.100	6,5
Primavera	NORDESTE	10.268	1.346	13%	ACIMA DA MÉDIA	2.180	7.556	2,4
Quatipuru	NORDESTE	12.411	1.879	15%	ACIMA DA MÉDIA	2.974	7.629	3,3
Rondon do Pará	SUDESTE	46.964	6.018	13%	ACIMA DA MÉDIA	12.881	20.928	14,3
Santa Luzia do Pará	NORDESTE	19.424	3.588	18%	ACIMA DA MÉDIA	5.429	13.827	6,0
Santa Maria das Barreiras	SUDESTE	17.206	2.183	13%	ACIMA DA MÉDIA	4.661	7.815	5,2
Santa Maria do Pará	NORDESTE	23.026	3.538	15%	ACIMA DA MÉDIA	5.607	17.092	6,2
Santarém Novo	NORDESTE	6.141	740	12%	ACIMA DA MÉDIA	2.530	5.327	2,8
São Domingos do Araguaia	SUDESTE	23.130	3.282	14%	ACIMA DA MÉDIA	6.215	11.455	6,9
São Domingos do	NORDESTE	29.846	4.572	15%	ACIMA DA MÉDIA	7.457	20.182	8,3

Capim								
São Geraldo do Araguaia	SUDESTE	25.587	3.998	16%	ACIMA DA MÉDIA	5.048	16.609	5,6
São João de Pirabas	NORDESTE	20.647	2.539	12%	ACIMA DA MÉDIA	5.986	11.942	6,6
São João do Araguaia	SUDESTE	13.155	2.379	18%	ACIMA DA MÉDIA	4.022	7.283	4,5
Senador José Porfírio	SUDOESTE	13.045	2.743	21%	ACIMA DA MÉDIA	2.463	6.120	2,7
Tracuateua	NORDESTE	27.455	3.766	14%	ACIMA DA MÉDIA	8.098	18.353	9,0
Uruará	SUDOESTE	44.789	6.300	14%	ACIMA DA MÉDIA	4.538	26.702	5,0
Viseu	NORDESTE	56.716	8.697	15%	ACIMA DA MÉDIA	19.312	25.819	21,4
Vitória do Xingu	SUDOESTE	13.431	1.815	14%	ACIMA DA MÉDIA	2.971	7.814	3,3
TOTAL		2.007.903	293820			489.677	1.091.676	45,5

Apêndice I – Quadro Mapa de votação de Paulo Rocha em relação a municípios com índice de analfabetismo NA MÉDIA

MUNICÍPIOS	MESORREGIÃO	POPULAÇÃO	IND. ANALF.	%	CLASSIFICAÇÃO ANALFABETISMO	VOTOS PAULO	VOTOS VÁLIDOS	% V. V.
Bujaru	METROPOLITANA	25.695	2.842	11%	NA MÉDIA	6.701	15.490	7,4
Igarapé-Açu	NORDESTE	35.887	4.017	11%	NA MÉDIA	8.964	25.353	9,9
Inhangapi	METROPOLITANA	10.037	1.130	11%	NA MÉDIA	2.053	8.590	2,3
Medicilândia	SUDOESTE	27.328	2.881	11%	NA MÉDIA	5.040	14.273	5,6
Ourilândia do Norte	SUDESTE	27.359	3.008	11%	NA MÉDIA	6.375	13.658	7,1
Porto de Moz	BAIXO AMAZONAS	33.956	3.757	11%	NA MÉDIA	6.223	13.998	6,9
Rio Maria	SUDESTE	17.697	1.950	11%	NA MÉDIA	5.461	9.943	6,1
São Francisco do Pará	NORDESTE	15.060	1.704	11%	NA MÉDIA	4.190	11.320	4,6
Trairão	SUDOESTE	16.875	1.837	11%	NA MÉDIA	3.061	6.682	3,4
TOTAL		209.894	23.126			48.068	119.307	40,3

Apêndice J – Quadro Mapa de votação de Paulo Rocha em relação a municípios de renda ALTA

MUNICÍPIOS	MESORREGIÃO	POPULAÇÃO	PIB	CLASSIFICAÇÃO	VOTOS PAULO	VOTOS VÁLIDOS	% V. V.
Ananindeua	METROPOLITANA	471.980	3.669.747	ALTA	81.880	271.861	90,7
Barcarena	METROPOLITANA	99.859	3.550.233	ALTA	26.757	61.052	29,7
Belém	METROPOLITANA	1.393.399	17.987.323	ALTA	286.774	1.031.527	317,8
Canaã dos Carajás	SUDESTE	26.716	1.559.968	ALTA	7.068	12.025	7,8
Castanhal	METROPOLITANA	173.149	1.449.213	ALTA	32.790	114.433	36,3
Marabá	SUDESTE	233.669	3.601.647	ALTA	64.393	106.092	71,4
Oriximiná	BAIXO AMAZONAS	62.794	1.210.150	ALTA	10.813	40.097	12,0
Paragominas	SUDESTE	97.819	1.235.379	ALTA	19.036	57.495	21,1
Parauapebas	SUDESTE	153.908	15.918.216	ALTA	33.750	59.829	37,4
Santarém	BAIXO AMAZONAS	294.580	2.051.529	ALTA	54.301	201.003	60,2
Tucuruí	SUDESTE	97.128	2.817.702	ALTA	34.332	52.687	38,0
TOTAL		3.105.001	55.051.107		651.894	2.008.101	32,5

Apêndice K – Quadro Mapa de votação de Paulo Rocha em relação a municípios de renda **BAIXA**

MUNICÍPIOS	MESORREGIÃO	POPULAÇÃO	PIB	CLASSIFICAÇÃO	VOTOS PAULO	VOTOS VÁLIDOS	% V. V.
Abel Figueiredo	SUDESTE	6.780	46.185	BAIXA	2.233	4.226	2,5
Anajás	MARAJÓ	24.759	68.072	BAIXA	4.846	14.185	5,4
Anapu	SUDOESTE	20.543	93.290	BAIXA	3.289	10.698	3,6
Aveiro	SUDOESTE	15.849	52.851	BAIXA	3.754	7.525	4,2
Bagre	MARAJÓ	23.864	56.429	BAIXA	3.508	8.781	3,9
Bannach	SUDESTE	3.431	35.626	BAIXA	1.072	2.441	1,2
Belterra	BAIXO AMAZONAS	16.318	75.174	BAIXA	4.589	12.568	5,1
Bom Jesus do Tocantins	SUDESTE	15.298	81.136	BAIXA	3.408	6.941	3,8
Bonito	NORDESTE	13.630	46.172	BAIXA	3.597	8.982	4,0
Brasil Novo	SUDOESTE	15.690	89.669	BAIXA	3.237	12.046	3,6
Brejo Grande do Araguaia	SUDESTE	7.317	37.132	BAIXA	2.201	4.287	2,4
Cachoeira do Arari	MARAJÓ	20.443	70.871	BAIXA	7.570	13.021	8,4
Cachoeira do Piriá	NORDESTE	26.484	65.189	BAIXA	3.847	8.971	4,3
Chaves	MARAJÓ	21.005	77.711	BAIXA	4.067	8.233	4,5
Colares	NORDESTE	11.381	41.244	BAIXA	3.726	7.982	4,1
Cumaru do Norte	SUDESTE	10.466	99.415	BAIXA	1.945	3.903	2,2
Currálinho	MARAJÓ	28.549	64.876	BAIXA	8.402	13.460	9,3
Curuá	BAIXO AMAZONAS	12.254	64.068	BAIXA	3.854	8.118	4,3
Faro	BAIXO AMAZONAS	8.177	43.943	BAIXA	3.072	4.439	3,4
Garrafão do Norte	NORDESTE	25.034	90.802	BAIXA	8.852	14.332	9,8
Gurupá	MARAJÓ	29.062	93.239	BAIXA	7.005	12.530	7,8
Inhangapi	METROPOLITANA	10.037	36.331	BAIXA	2.053	8.590	2,3
Irituia	NORDESTE	31.364	92.260	BAIXA	9.730	19.718	10,8
Jacareacanga	SUDOESTE	14.103	93.910	BAIXA	1.841	5.120	2,0
Limoeiro do Ajuru	NORDESTE	25.021	94.276	BAIXA	8.425	14.594	9,3
Magalhães Barata	NORDESTE	8.115	27.837	BAIXA	3.419	6.078	3,8
Melgaço	MARAJÓ	24.808	71.610	BAIXA	3.499	9.311	3,9
Mocajuba	NORDESTE	26.731	94.067	BAIXA	9.093	18.537	10,1
Muaná	MARAJÓ	34.204	88.487	BAIXA	9.135	17.101	10,1
Nova Esperança do Piriá	NORDESTE	20.158	70.406	BAIXA	4.814	11.617	5,3
Nova Ipixuna	SUDESTE	14.645	62.146	BAIXA	3.703	9.174	4,1
Nova Timboteua	NORDESTE	13.670	49.592	BAIXA	3.966	9.484	4,4

Ourém	NORDESTE	16.311	57.421	BAIXA	3.916	12.422	4,3
Palestina do Pará	SUDESTE	7.475	35.074	BAIXA	1.915	4.586	2,1
Pau d'Arco	SUDESTE	6.033	38.518	BAIXA	2.540	4.655	2,8
Peixe-Boi	NORDESTE	7.854	26.429	BAIXA	2.525	6.489	2,8
Piçarra	SUDESTE	12.697	93.391	BAIXA	2.982	6.621	3,3
Placas	BAIXO AMAZONAS	23.934	85.015	BAIXA	2.899	8.980	3,2
Ponta de Pedras	MARAJÓ	25.999	88.285	BAIXA	7.512	14.577	8,3
Primavera	NORDESTE	10.268	33.450	BAIXA	2.180	7.556	2,4
Quatipuru	NORDESTE	12.411	51.425	BAIXA	2.974	7.629	3,3
Salvaterra	MARAJÓ	20.183	81.200	BAIXA	6.210	14.135	6,9
Santa Bárbara do Pará	METROPOLITANA	17.141	66.930	BAIXA	4.584	12.853	5,1
Santa Cruz do Arari	MARAJÓ	8.155	28.761	BAIXA	2.682	5.056	3,0
Santa Luzia do Pará	NORDESTE	19.424	66.143	BAIXA	5.429	13.827	6,0
Santarém Novo	NORDESTE	6.141	23.519	BAIXA	2.530	5.327	2,8
São Caetano de Odivelas	NORDESTE	16.891	66.245	BAIXA	3.919	13.378	4,3
São Francisco do Pará	NORDESTE	15.060	65.188	BAIXA	4.190	11.320	4,6
São João da Ponta	NORDESTE	5.265	19.258	BAIXA	1.921	4.538	2,1
São João de Pirabas	NORDESTE	20.647	77.124	BAIXA	5.986	11.942	6,6
São João do Araguaia	SUDESTE	13.155	49.877	BAIXA	4.022	7.283	4,5
São Sebastião da Boa Vista	MARAJÓ	22.904	71.317	BAIXA	7.606	14.867	8,4
Sapucaia	SUDESTE	5.047	42.712	BAIXA	1.112	3.251	1,2
Senador José Porfírio	SUDOESTE	13.045	53.293	BAIXA	2.463	6.120	2,7
Soure	MARAJÓ	23.001	93.035	BAIXA	8.596	14.447	9,5
Terra Alta	NORDESTE	10.262	29.635	BAIXA	3.776	8.349	4,2
Terra Santa	BAIXO AMAZONAS	16.949	64.080	BAIXA	3.534	9.788	3,9
Tracuateua	NORDESTE	27.455	82.556	BAIXA	8.098	18.353	9,0
Trairão	SUDOESTE	16.875	76.409	BAIXA	3.061	6.682	3,4
Vitória do Xingu	SUDOESTE	13.431	87.264	BAIXA	2.971	7.814	3,3
TOTAL		993.203	3.827.570		259.885	579.838	44,8

Apêndice L – Quadro Mapa de votação de Paulo Rocha em relação a municípios de renda MÉDIA

MUNICÍPIOS	MESORREGIÃO	POPULAÇÃO	PIB	CLASSIFICAÇÃO	VOTOS PAULO	VOTOS VÁLIDOS	% V. V.
Abaetetuba	NORDESTE	141.100	534.335	MÉDIA	42.852	90.232	47,5
Acará	NORDESTE	53.569	235.292	MÉDIA	15.890	29.118	17,6
Afuá	MARAJÓ	35.042	113.754	MÉDIA	5.683	18.176	6,3
Água Azul do Norte	SUDESTE	25.057	194.843	MÉDIA	3.065	7.533	3,4
Alenquer	BAIXO AMAZONAS	52.626	244.365	MÉDIA	9.800	34.613	10,9
Almeirim	BAIXO AMAZONAS	33.614	429.254	MÉDIA	8.418	17.485	9,3
Altamira	SUDOESTE	99.075	724.228	MÉDIA	19.093	58.317	21,2
Augusto Corrêa	NORDESTE	40.497	131.937	MÉDIA	13.793	23.813	15,3
Aurora do Pará	NORDESTE	26.546	126.361	MÉDIA	4.911	14.359	5,4
Baião	NORDESTE	36.882	145.327	MÉDIA	9.713	18.436	10,8
Benevides	METROPOLITANA	51.651	599.178	MÉDIA	10.991	33.063	12,2
Bragança	NORDESTE	113.227	451.834	MÉDIA	31.591	63.194	35,0
Breu Branco	SUDESTE	52.493	514.693	MÉDIA	11.630	20.732	12,9
Breves	MARAJÓ	92.860	335.027	MÉDIA	17.773	43.177	19,7
Bujaru	METROPOLITANA	25.695	316.480	MÉDIA	6.701	15.490	7,4
Cametá	NORDESTE	120.896	378.309	MÉDIA	34.522	74.911	38,3
Capanema	NORDESTE	63.639	501.050	MÉDIA	19.441	42.160	21,5
Capitão Poço	NORDESTE	51.893	188.614	MÉDIA	9.571	32.763	10,6
Conceição do Araguaia	SUDESTE	45.557	269.266	MÉDIA	11.442	24.079	12,7
Concórdia do Pará	NORDESTE	28.216	102.770	MÉDIA	7.137	16.125	7,9
Curionópolis	SUDESTE	18.288	104.120	MÉDIA	3.983	11.959	4,4
Curuçá	NORDESTE	34.294	121.482	MÉDIA	11.104	23.253	12,3
Dom Eliseu	SUDESTE	51.319	271.095	MÉDIA	11.123	19.422	12,3
Eldorado dos Carajás	SUDESTE	31.786	199.893	MÉDIA	6.848	11.913	7,6
Floresta do Araguaia	SUDESTE	17.768	289.169	MÉDIA	4.528	8.173	5,0
Goianésia do Pará	SUDESTE	30.436	147.272	MÉDIA	9.412	16.844	10,4
Igarapé-Açu	NORDESTE	35.887	124.380	MÉDIA	8.964	25.353	9,9
Igarapé-Miri	NORDESTE	58.077	176.826	MÉDIA	17.353	41.461	19,2
Ipixuna do Pará	NORDESTE	51.309	316.853	MÉDIA	6.473	15.153	7,2
Itaituba	SUDOESTE	97.493	649.261	MÉDIA	27.014	52.057	29,9
Itupiranga	SUDESTE	51.220	217.920	MÉDIA	14.326	22.239	15,9
Jacundá	SUDESTE	51.360	245.537	MÉDIA	13.760	27.126	15,2
Juruti	BAIXO AMAZONAS	47.086	563.174	MÉDIA	11.131	22.965	12,3

Mãe do Rio	NORDESTE	27.904	153.479	MÉDIA	7.166	21.406	7,9
Maracanã	NORDESTE	28.376	105.900	MÉDIA	8.820	19.135	9,8
Marapanim	NORDESTE	26.605	103.525	MÉDIA	5.972	22.072	6,6
Marituba	METROPOLITANA	108.246	633.231	MÉDIA	21.002	59.233	23,3
Medicilândia	SUDOESTE	27.328	163.436	MÉDIA	5.040	14.273	5,6
Moju	NORDESTE	70.018	272.281	MÉDIA	19.895	35.961	22,0
Monte Alegre	BAIXO AMAZONAS	55.462	311.784	MÉDIA	9.882	46.360	11,0
Novo Progresso	SUDOESTE	25.124	221.403	MÉDIA	5.135	11.776	5,7
Novo Repartimento	SUDESTE	62.050	304.847	MÉDIA	18.271	28.216	20,2
Óbidos	BAIXO AMAZONAS	49.333	251.759	MÉDIA	16.185	24.089	17,9
Oeiras do Pará	NORDESTE	28.595	112.478	MÉDIA	6.797	16.951	7,5
Ourilândia do Norte	SUDESTE	27.359	254.447	MÉDIA	6.375	13.658	7,1
Pacajá	SUDOESTE	39.979	188.460	MÉDIA	7.849	18.355	8,7
Portel	MARAJÓ	52.172	189.751	MÉDIA	9.292	22.871	10,3
Porto de Moz	BAIXO AMAZONAS	33.956	109.437	MÉDIA	6.223	13.998	6,9
Prainha	BAIXO AMAZONAS	29.349	127.533	MÉDIA	5.833	19.100	6,5
Redenção	SUDESTE	75.556	652.092	MÉDIA	22.748	44.843	25,2
Rio Maria	SUDESTE	17.697	210.051	MÉDIA	5.461	9.943	6,1
Rondon do Pará	SUDESTE	46.964	271.516	MÉDIA	12.881	20.928	14,3
Rurópolis	SUDOESTE	40.087	133.885	MÉDIA	5.069	12.298	5,6
Salinópolis	NORDESTE	37.421	167.124	MÉDIA	8.209	28.268	9,1
Santa Izabel do Pará	METROPOLITANA	59.466	277.845	MÉDIA	13.592	35.047	15,1
Santa Maria das Barreiras	SUDESTE	17.206	103.450	MÉDIA	4.661	7.815	5,2
Santa Maria do Pará	NORDESTE	23.026	107.237	MÉDIA	5.607	17.092	6,2
Santana do Araguaia	SUDESTE	56.153	316.215	MÉDIA	6.058	14.931	6,7
Santo Antônio do Tauá	METROPOLITANA	26.674	105.482	MÉDIA	7.541	19.553	8,4
São Domingos do Araguaia	SUDESTE	23.130	108.289	MÉDIA	6.215	11.455	6,9
São Domingos do Capim	NORDESTE	29.846	104.063	MÉDIA	7.457	20.182	8,3
São Félix do Xingu	SUDESTE	91.340	528.021	MÉDIA	11.402	26.156	12,6
São Geraldo do Araguaia	SUDESTE	25.587	156.937	MÉDIA	5.048	16.609	5,6
São Miguel do Guamá	NORDESTE	51.567	201.904	MÉDIA	9.739	33.937	10,8
Tailândia	NORDESTE	79.297	428.595	MÉDIA	11.605	33.158	12,9

Tomé-Açu	NORDESTE	56.518	269.290	MÉDIA	16.118	28.810	17,9
Tucumã	SUDESTE	33.690	305.967	MÉDIA	8.223	17.583	9,1
Ulianópolis	SUDESTE	43.341	205.947	MÉDIA	5.744	11.829	6,4
Uruará	SUDOESTE	44.789	205.931	MÉDIA	4.538	26.702	5,0
Vigia	NORDESTE	47.889	183.153	MÉDIA	11.451	30.101	12,7
Viseu	NORDESTE	56.716	186.309	MÉDIA	19.312	25.819	21,4
Xinguara	SUDESTE	40.573	474.676	MÉDIA	9.715	22.871	10,8
TOTAL		3.482.847	19.171.629		818.167	1.879.078	43,5